

MESTRADO EM DIREITO  
ORIENTADO PARA A INVESTIGAÇÃO

***Responsabilidade civil na imprensa - em especial, a responsabilidade  
do director da publicação periódica e da empresa jornalística***

Raquel Ferreira Carlos

Orientadora: Professora Doutora Maria da Graça Trigo

Lisboa, Outubro de 2015

MESTRADO EM DIREITO  
ORIENTADO PARA A INVESTIGAÇÃO

***Responsabilidade civil na imprensa - em especial, a responsabilidade  
do director da publicação periódica e da empresa jornalística***

Raquel Ferreira Carlos

Orientadora: Professora Doutora Maria da Graça Trigo

Lisboa, Outubro de 2015

## INTRODUÇÃO

Se a liberdade de expressão e de informação merecem um estudo aprofundado com vista ao desenvolvimento de formas de garantia cada vez mais sofisticadas, não merece menos atenção o estudo dos limites dessa mesma liberdade, em especial quando exercida através de meios de comunicação social, entre os quais a imprensa.

Não sendo a liberdade de imprensa um valor absoluto, existem bens jurídicos cuja protecção justifica limitações à mesma. Porém, num Estado de Direito democrático, tais limitações não operam *a priori*, num esquema de censura prévia, mas antes *a posteriori*, através de formas de responsabilidade que constituem o reverso da liberdade exercida.

Entre tais formas de responsabilidade, conta-se a responsabilidade civil, que abrange não só a indemnização pela violação de bens jurídicos ético-sociais fundamentais protegidos pelo Direito Penal, como também a vasta área do ressarcimento de danos que, não merecendo tutela penal pela sua menor gravidade, não podem deixar de ser ressarcidos pela via civil.

No âmbito da imprensa, a responsabilidade civil incidirá, em primeira linha, sobre os jornalistas, em regra os autores dos conteúdos publicados. Contudo, conforme se verá, aos directores das publicações periódicas e às empresas jornalísticas é também assacada responsabilidade civil, de diferentes formas.

Com o presente trabalho, pretende-se delimitar o regime de responsabilidade civil emergente de factos cometidos por meio da imprensa aplicável aos directores e empresas jornalísticas. Para isso, proceder-se-á, em primeiro lugar, a um enquadramento jurídico da liberdade de imprensa, suas limitações e formas de responsabilidade no ordenamento jurídico Português. Em seguida, iniciar-se-á a análise do regime da responsabilidade civil por factos cometidos através da imprensa, procedendo-se a um exame dos principais sujeitos ou agentes da imprensa, bem como dos requisitos gerais da responsabilidade civil, com as especificidades decorrentes da actividade da imprensa, reservando ainda uma secção para um breve excurso sobre o tema da colisão entre os direitos de personalidade e as liberdades de expressão e informação.

Por fim, chegar-se-á ao cerne do nosso trabalho, em que, já com o devido enquadramento prévio, se poderá analisar com especial acuidade o regime da responsabilidade civil do director da publicação periódica e da empresa jornalística, confrontando a lei com o modo

como os tribunais a têm interpretado e aplicado neste âmbito. Em especial, proceder-se-á à análise de uma corrente jurisprudencial que preconiza a existência de uma presunção de culpa do director, no âmbito da responsabilidade civil, procurando expressar fundamentadamente a nossa discordância face a esse entendimento, à luz das normas legais em vigor nesta matéria. Procurar-se-á, ainda, analisar os moldes em que é legalmente consagrado o regime da responsabilidade civil da empresa jornalística, bem como aferir da sua relação com o regime da responsabilidade civil do comitente.

## **I – A imprensa no ordenamento jurídico português**

### **1. A Lei de Imprensa**

Apesar da sua subalternização relativamente à televisão e apesar das transformações que tem sofrido com a transferência para plataformas digitais, a imprensa assume ainda uma importância notável enquanto uma das principais formas de comunicação social em Portugal<sup>1</sup>. A actividade da imprensa é actualmente regulada pela Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro<sup>2</sup> – designada Lei de Imprensa. Esta Lei veio substituir o Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro, e conta já com as alterações introduzidas pela Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e pela Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio.

A lei de imprensa anteriormente vigente, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro, surgiu num contexto histórico muito específico: menos de um ano após a viragem política que ocorreu em Portugal no dia 25 de Abril de 1974. O ambiente pós-revolucionário que se fazia sentir no país transparece do próprio preâmbulo daquele diploma que, abundante em referências políticas, expressamente afirma a aprovação daquela lei de imprensa como uma das traves-mestras do programa do Movimento das Forças Armadas. Não obstante o circunstancialismo em que nasceu, esta lei marcou o início de um novo período de liberalização da imprensa, com a rejeição e abolição da censura prévia e de qualquer forma de repressão administrativa, a consagração do direito à informação e a cláusula de consciência do jornalista. Contudo, esta lei foi sendo “ultrapassada” pelo processo revolucionário subsequente à sua aprovação<sup>3</sup>. As modificações que sofreu<sup>4</sup> são ilustrativas da instabilidade desse processo, que nunca permitiu alcançar a solidez almejada de um diploma legislativo desta importância. Ainda assim, só mais de vinte anos volvidos sobre a data da sua publicação, surgiu a Proposta de Lei n.º 90/VII, na sequência da qual veio aquele diploma a ser revogado e aprovada a LI actualmente vigente. Na exposição de motivos da referida proposta de lei, era referido que as modificações que foram sendo introduzidas na antiga lei

---

<sup>1</sup> Sobre os novos desafios da comunicação social em Portugal, cf. ARONS DE CARVALHO / MONTEIRO CARDOSO / JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, *Direito da Comunicação Social*, 3.ª ed., Texto Editores, Lisboa, 2012, pp. 59-62.

<sup>2</sup> Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 9/99, de 4 de Março.

<sup>3</sup> Cf. ARONS DE CARVALHO / MONTEIRO CARDOSO / JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, *Direito da Comunicação Social* (...), p. 53.

<sup>4</sup> O Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro, foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 181/76, de 9 de Março, pelo Decreto-Lei n.º 377/88, de 24 de Outubro, pela Lei n.º 15/90, de 30 de Junho, pela Lei n.º 15/95, de 25 de Maio, e pela Lei n.º 8/96, de 14 de Março.

de imprensa, “longe de acompanharem as exigências da realidade subjacente, vieram não só comprometer a coerência e a sistematização das normas como esvaziar de conteúdo alguns direitos dos jornalistas”. Assim, com a nova LI pretendia-se “uma revisão profunda do quadro [ora] vigente”, conferindo “uma nova coerência às normas reguladoras da imprensa” e “atribuir sentido útil aos princípios constitucionais relativos à liberdade de imprensa”. A “maior transparência” na propriedade das publicações, “o reforço das competências dos directores, bem como dos conselhos de redacção”, o “aperfeiçoamento das normas sobre direito de resposta e de rectificação”, “a consagração de novas regras sobre a autoria nos crimes de imprensa, com a supressão da responsabilidade solidária dos directores, assim como de outras normas inibidoras dos seus direitos” e a “sujeição do julgamento dos crimes de imprensa ao regime processual penal geral, salvo nos aspectos estritamente decorrentes da sua especificidade” foram as principais inovações da nova LI.

## 2. O conceito de imprensa

Antes de estudar as normas da LI, em especial as normas relativas à responsabilidade civil no âmbito da actividade da imprensa, é importante perceber o seu âmbito de aplicação.

Como a própria designação sugere, esta lei regula a imprensa. Mas cumpre aferir, afinal, em que consiste a “imprensa”.

De uma forma geral, existem várias acepções da palavra “imprensa”. Numa **acepção material e objectiva**, a imprensa consubstancia os próprios documentos impressos, distribuídos gratuitamente ou vendidos ao público, que constituem os comumente designados jornais ou revistas. Noutra **acepção organizacional e subjectiva**, o acento tónico é colocado nas pessoas singulares e colectivas que produzem e gerem o resultado final expresso nesses jornais e revistas, *i.e.* os jornalistas e as empresas jornalísticas. Estas duas acepções são utilizadas de forma indistinta, tanto se afirmando que determinado facto foi divulgado *na* imprensa como *pela* imprensa.

Ao lado da rádio e da televisão, o conceito de imprensa constitui uma “espécie” de um “género” mais amplo: o meio de comunicação social<sup>5</sup>. Ao contrário do que poderia resultar da

---

<sup>5</sup> Neste ponto, seguimos LUÍS BRITO CORREIA, que, analisando o Direito da Comunicação Social sob um prisma

versão original da Constituição da República Portuguesa de 1976<sup>6</sup>, o conceito constitucional de imprensa é hoje um “conceito restrito, afastando-se o conceito amplo, que nela abrangia tanto a imprensa escrita como a audiovisual”<sup>7</sup>. Como tal, a LI integra o núcleo de legislação da comunicação social, juntamente com a Lei da Rádio<sup>8</sup> e a Lei da Televisão<sup>9</sup>.

Para efeitos da LI, “[i]ntegram o conceito de imprensa (...) todas as reproduções impressas de textos ou imagens disponíveis ao público, quaisquer que sejam os processos de impressão e reprodução e o modo de distribuição utilizado” (cf. artigo 9.º, n.º 1, da LI).

Seguidamente ao n.º 1, que estabelece o **conceito positivo** de imprensa, o artigo 9.º, no seu n.º 2, procede à delimitação do **conceito negativo** de imprensa, excluindo do seu âmbito vários casos que o legislador achou por bem referir expressamente, para que sobre eles não subsistisse qualquer dúvida. Assim, não integram o conceito de imprensa os “boletins de empresa, relatórios, estatísticas, listagens, catálogos, mapas, desdobráveis publicitários, cartazes, folhas volantes, programas, anúncios, avisos, impressos oficiais e os correntemente utilizados nas relações sociais e comerciais”.

Destas normas resulta, desde já, que o conceito de imprensa consagrado na LI é um **conceito amplo**. Seguimos, neste ponto, MARIA MANUEL BASTOS e NEUZA LOPES que, no seu comentário ao artigo 9.º da LI<sup>10</sup>, apontam como “elementos constitutivos do conceito: i) existência de material impresso e ii) disponibilização ao público (seja através de distribuição gratuita ou mediante a venda)”.

Logo no artigo seguinte da LI, o artigo 10.º, o legislador concretiza o que sejam as “reproduções impressas”, designando-as por “**publicações**” e procedendo à sua classificação em várias modalidades, segundo diferentes critérios, que passamos a identificar:

- *critério da periodicidade da edição*, estabelecido na alínea a), segundo o qual as publicações podem ser classificadas como periódicas ou não periódicas, consoante sejam “editadas em série contínua, sem limite definido de duração, sob o mesmo título

---

constitucional, afirma que “após as Revisões constitucionais de 1982 e de 1989, não parece restarem dúvidas quanto à utilização do conceito de comunicação social, como género, de que são espécies a imprensa, a rádio e a televisão” (cf. *Direito da Comunicação Social*, I, Almedina, Coimbra, 2000, p. 26).

<sup>6</sup> Cf. LUÍS BRITO CORREIA, *Direito da Comunicação Social*, I, (...), p. 26, nota 2; NUNO E SOUSA, *A Liberdade de Imprensa*, Almedina, Coimbra, 1984, pp. 18 ss.

<sup>7</sup> Cf. LUÍS BRITO CORREIA, *Direito da Comunicação Social*, I, (...), p. 26.

<sup>8</sup> Lei n.º 54/2010, de 24 de Dezembro, que já sofreu as alterações dadas pela Lei n.º 38/2014, de 9 de Julho.

<sup>9</sup> Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho, objecto de várias alterações, entre as quais a mais recentemente operada pela Lei n.º 40/2014, de 9 de Julho.

<sup>10</sup> Cf. *Comentário à Lei de Imprensa e ao Estatuto do Jornalista*, Coimbra Editora, Coimbra, 2011, pp. 41-42.

e abrangendo períodos determinados de tempo” ou “editadas de uma só vez, em volumes ou fascículos, com conteúdo normalmente homogéneo”, respectivamente (cf. artigo 11.º);

- *critério da nacionalidade*, estabelecido na alínea b), segundo o qual as publicações podem ser classificadas como portuguesas ou estrangeiras, consoante sejam “editadas em qualquer parte do território português, independentemente da língua em que forem redigidas, sob marca e responsabilidade de editor português ou com nacionalidade de qualquer Estado membro da União Europeia, desde que tenha sede ou qualquer forma de representação permanente em território nacional” ou “editadas noutros países ou em Portugal sob marca e responsabilidade de empresa ou organismo oficial estrangeiro que não preencha os requisitos previstos no número anterior”, respectivamente, encontrando-se as publicações estrangeiras difundidas em Portugal sujeitas aos preceitos da LI, “à excepção daqueles que, pela sua natureza, lhes não sejam aplicáveis” (cf. artigo 12.º);
- *critério da função*, estabelecido na alínea c), segundo o qual as publicações podem ser classificadas como doutrinárias ou informativas, consoante visem, “pelo conteúdo ou perspectiva de abordagem”, “predominantemente divulgar qualquer ideologia ou credo religioso” ou “visem predominantemente a difusão de informações ou notícias”, respectivamente (cf. artigo 13.º, n.ºs 1 e 2), e, dentro das últimas, o *critério do objecto*, segundo o qual as publicações informativas podem ser classificadas como publicações de informação geral (cf. artigo 13.º, n.º 3) ou como publicações de informação especializada (cf. artigo 13.º, n.º 4), consoante “tenham por objecto predominante a divulgação de notícias ou informações de carácter não especializado” ou “se ocupem predominantemente de uma matéria, designadamente científica, literária, artística ou desportiva”, respectivamente;
- *critério do âmbito geográfico*, estabelecido na alínea d), segundo o qual as publicações podem ser classificadas como publicações de âmbito nacional, regional ou destinadas às comunidades portuguesas, consoante “se destinem a ser postas à venda na generalidade do território nacional”, “tratando predominantemente temas de interesse nacional ou internacional”, ou “se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais”, “pelo seu conteúdo e distribuição”, ou “se ocupem



predominantemente de assuntos a elas respeitantes”, “sendo portuguesas nos termos do artigo 12.º”, respectivamente (cf. artigo 14.º).

O conceito legal de imprensa que resulta da LI vigente, é, como já referimos, bastante amplo e, além disso, mais preciso e menos duvidoso que a “[d]efinição de imprensa” que outrora se lia no artigo 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro. Esta norma definia a imprensa como abrangendo “todas as reproduções impressas para serem difundidas, que serão designadas por publicações, com excepção dos impressos oficiais e dos correntemente utilizados nas relações sociais”. A redacção do artigo 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro, manteve-se inalterada até este ser revogado pela actual LI, não obstante as sucessivas alterações que aquele Decreto-Lei sofreu. No entanto, a referida norma não deixou de levantar dúvidas quanto ao que se devesse entender como imprensa, para efeitos do âmbito de aplicação das normas que a pretendiam regular. Acompanhando os avanços tecnológicos que se foram verificando nesta área, a jurisprudência contribuiu para esclarecer que o conceito de imprensa não se poderia limitar a abranger apenas as publicações produzidas através de determinados métodos de impressão, em detrimento de outros que fossem surgindo com o tempo. Destacamos, neste ponto, o acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 25 de Julho de 1984<sup>11</sup>, que esclareceu que “[a] expressão [«]reprodução impressa[»] abrange todos os métodos de impressão possíveis, incluindo o *off-set*, as fotocópias e os diversos copiadores, mais ou menos manuais e a *álcool*, mais ou menos electrónicos e a *stencil*”. Este esclarecimento deixou de ser necessário em face do actual conceito de imprensa, constante do artigo 9.º, n.º 1, da LI. Esta norma refere expressamente que se encontram abrangidas pela definição legal de imprensa “todas as reproduções impressas de textos ou imagens disponíveis ao público, *quaisquer que sejam os processos de impressão e reprodução*”<sup>12</sup>. Esta redacção da norma, ao contrário da anterior, consagra um **conceito aberto** de imprensa, que permite receber dentro dele quaisquer processos de impressão que tenham surgido desde a sua entrada em vigor (em 1999), bem como os que venham a surgir no futuro, enquanto se mantiver em vigor. Também o “modo de distribuição utilizado” pode ser qualquer um, à luz daquela norma, desde que estejam em causa “reproduções impressas de textos ou imagens disponíveis ao público”.

Neste âmbito, não podemos deixar de fazer referência à questão de saber se a designada *imprensa em formato digital ou on-line*, isto é, as publicações de textos e imagens divulgadas

---

<sup>11</sup> Disponível na *Colectânea de Jurisprudência*, ano IX, 1984, n.º 4, p. 245.

<sup>12</sup> Itálico nosso.

ao público através da Internet e de aplicações informáticas e telefónicas, se encontra abrangida pela definição legal de imprensa, com a consequência da aplicação, em bloco, do regime jurídico que regula a imprensa e a sujeição às normas que o integram. Efectivamente, o artigo 9.º, n.º 1, da LI apenas se refere às “reproduções **impressas**”<sup>13</sup> ao enunciar o conceito de imprensa. Assim, numa interpretação literal deste preceito, as reproduções de textos ou imagens disponíveis ao público que não sejam impressas, como por exemplo as disponíveis em formato digital ou *on-line*, não estariam abrangidas pelo conceito de imprensa. No entanto, aquela norma não deixa, logo em seguida, de salvaguardar que aquelas são abrangidas por essa noção “quaisquer que sejam os processos de impressão e reprodução e o modo de distribuição utilizado”. Numa interpretação teleológica e actualista do preceito, as publicações em formato digital ou *on-line* deverão considerar-se abrangidas pelo conceito de imprensa, já que o elemento formal da reprodução impressa é, de entre todos os elementos apontados pelo artigo 9.º da LI, o menos importante. A nosso ver, os elementos mais importantes da definição legal de imprensa são o da periodicidade e o da disponibilidade ao público. O elemento formal da reprodução impressa deve ser compreendido como um resquício da origem da imprensa, em que a evolução tecnológica trazida pela impressão possibilitou a repetição ou multiplicação em massa do papel com textos ou imagens. Assim, mesmo esse elemento formal pode ser reconduzido ao elemento da disponibilidade e acessibilidade ao público, e assim por ele absorvido e consumido, perante a magnitude que os meios electrónicos e a Internet assumem nos dias de hoje. Esta aceção tem sido a adoptada pelos reguladores da comunicação social em Portugal. A Entidade Reguladora para a Comunicação Social tem entendido que se deve considerar que “o artigo 9.º comporta a inclusão das publicações electrónicas, uma vez que um jornal «on-line» não constitui um género diferente relativamente às publicações não digitais”<sup>14</sup>, entendimento que não diverge do seguido pela anterior Alta Autoridade para a Comunicação Social<sup>15</sup>. Reforçando este entendimento, encontramos no artigo 13.º do Decreto Regulamentar n.º 8/99, de 9 de Junho<sup>16</sup>, que regula o registo de órgãos de comunicação social, uma referência expressa às publicações

---

<sup>13</sup> Negrito nosso.

<sup>14</sup> Cf. MARIA MANUEL BASTOS / NEUZA LOPES, *Comentário à Lei de Imprensa e ao Estatuto do Jornalista* (...), pp. 43-44. Cf. deliberações da ERC 18/CONT-I/2009, de 29 de Julho, 2/PUB-INT/2008, de 26 de Novembro, e 11/RG-I/2007, de 30 de Maio.

<sup>15</sup> A Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, extinguiu a AACCS, procedendo à criação da ERC, que, assim, veio substituir aquela, enquanto regulador da comunicação social em Portugal. Seguindo a orientação apontada, cf. deliberações da AACCS de 17 de Junho de 2001, de 24 de Julho de 2001, de 14 de Agosto de 2001 e de 17 de Outubro de 2001.

<sup>16</sup> Na sua versão actual, resultante da republicação operada pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2009, de 27 de Janeiro.

electrónicas. Este preceito estabelece a exigência de que as publicações periódicas efectuem o registo antes de iniciar a sua edição, referindo expressamente que tal se aplica mesmo às edições electrónicas<sup>17</sup>. Além disso, nos termos do artigo 6º, alínea b), dos Estatutos da ERC<sup>18</sup>, estão sujeitas à supervisão e intervenção do Conselho Regulador todas as entidades que, sob jurisdição do Estado Português, prossigam actividades de comunicação social, em particular, “as pessoas singulares ou colectivas que editem publicações periódicas, independentemente do suporte de distribuição que utilizem.” Como aponta a própria entidade reguladora, na sua deliberação 18/CONT-I/2009, de 29 de Julho, “este preceito, reflectindo o princípio fundamental – há muito consagrado a nível comunitário – da neutralidade do suporte, atribui ao Conselho Regulador da ERC a competência de supervisão e intervenção relativamente aos jornais electrónicos”. Assim, entendemos que actualmente não existem dúvidas quanto à aplicação do regime jurídico da imprensa às publicações que se encontram simultaneamente nas versões em papel e electrónica. Careceria de sentido que, por exemplo, o mesmo texto, contendo exactamente o mesmo conteúdo e provindo dos mesmos autores e disponibilizado em nome da mesma empresa jornalística, estivesse ou não sujeito às normas de responsabilidade civil e penal que se aplicam à imprensa (com as suas múltiplas especificidades), consoante fosse lido em formato de papel ou através do computador. A dúvida poderá existir ainda quanto às publicações que já nascem *on-line* ou cuja disponibilização é exclusivamente operada electronicamente, uma vez que pode nem sequer ser possível aferir quem são as pessoas singulares ou colectivas responsáveis por tal publicação, se os mesmos não se identificarem, o que gera algumas dificuldades neste âmbito.

À luz das considerações acima expendidas, em linha com a nossa interpretação do artigo 9.º da LI, defendemos a adopção de um **conceito amplo e material de imprensa**, nos termos do qual se poderia prescindir do requisito formal da impressão, acolhendo o princípio da neutralidade do suporte, para acentuar antes os requisitos da periodicidade e da disponibilidade ao público, que verdadeiramente caracterizam a imprensa na sua função de via difusora de informação e opinião.

---

<sup>17</sup> O artigo 13.º do Decreto Regulamentar n.º 8/99, de 9 de Junho (republicado pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2009, de 27 de Janeiro) tem a seguinte redacção: “As entidades proprietárias de publicações periódicas não podem iniciar a sua edição, mesmo electrónica, antes de efectuado o registo” (sublinhado nosso).

<sup>18</sup> Aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, não tendo sofrido qualquer alteração até à presente data.

### 3. A liberdade de imprensa e as suas limitações

Desde logo, no seu artigo 2.º, a CRP enuncia como uma das bases do Estado de Direito Democrático, imediatamente a seguir à “soberania popular”, o “pluralismo de expressão”, intimamente ligado à organização política democrática. Ora, não é possível haver pluralismo de expressão sem que haja uma imprensa livre. Assim, quando a CRP estabelece, no seu artigo 9.º, como tarefa fundamental do Estado a de “garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de Direito Democrático”, esta abrange a defesa e promoção do pluralismo de expressão e a garantia da liberdade de expressão e informação, bem como a garantia da liberdade de imprensa e meios de comunicação social. Estas últimas são integradas sistematicamente na CRP como “direitos, liberdades e garantias”, no Título II. Mais concretamente, são classificadas como “direitos, liberdades e garantias **pessoais**”<sup>19</sup>, integradas no Capítulo I do Título II, em oposição aos “direitos, liberdades e garantias de participação política” (Capítulo II) e aos “direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores” (Capítulo III).

Encontramos, assim, no artigo 37.º, o preceito constitucional que enuncia a “liberdade de expressão e informação”, e, no artigo 38.º, a afirmação da “liberdade de imprensa e meios de comunicação social”.

No âmbito do artigo 37.º da CRP, os constitucionalistas JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS distinguem a liberdade de expressão da liberdade de informação, considerando que a primeira surge ligada à “liberdade de *expressão do pensamento*” e ao “desenvolvimento da personalidade (artigo 26.º, n.º 1 [da CRP])”, enquanto que a segunda “tem em vista, ao invés, a interiorização de algo externo”, consistindo “em apreender ou dar a apreender factos e notícias”, nela prevalecendo “o elemento cognoscitivo”<sup>20</sup>. Ambas são garantidas pelo artigo 37.º, que no seu n.º 1 estabelece que “[t]odos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações”. A proibição de “qualquer tipo ou forma de censura” que impeça ou limite o exercício destes direitos é expressamente afirmada no n.º 2 do artigo 37.º. Contudo, o legislador constitucional reconhece que no exercício destes direitos podem ser cometidas infracções que, por força do n.º 3 do artigo 37.º, se encontram “submetidas aos princípios gerais de direito criminal ou do

---

<sup>19</sup> Negrito nosso.

<sup>20</sup> Cf. *Constituição Portuguesa Anotada*, I, Coimbra Editora, Coimbra, 2005, pp. 428-429.

ilícito de mera ordenação social, sendo a sua apreciação respectivamente da competência dos tribunais judiciais ou de entidade administrativa independente, nos termos da lei”. Por sua vez, o n.º 4 do artigo 37.º, consagra os direitos de resposta e de rectificação, bem como o direito a indemnização pelos danos sofridos, neste âmbito. Enquanto o direito de resposta constitui um “específico direito de expressão frente a outro direito de expressão”, garantindo “o direito ao bom nome e reputação contra afirmações ou referências, ainda que indirectas, que o possam afectar”, por seu turno o direito de rectificação “reporta-se ao direito de informação e tem por objecto corrigir afirmações ou referências menos verdadeiras ou erróneas”<sup>21</sup>. O campo de excelência para o exercício destes direitos são os meios de comunicação social, tais como a imprensa – conforme veremos, a LI não deixou de regular especificamente as condições de exercício e as garantias subjacentes aos direitos de resposta e rectificação (cf. artigos 24.º e seguintes).

A liberdade de imprensa surge no artigo 38.º da CRP como uma expressão institucional das liberdades individuais de expressão e informação consagradas no artigo 37.º da CRP<sup>22</sup>. O sentido de imprensa tomado pelo legislador constitucional não corresponde, no entanto, ao conceito de imprensa que delimitámos acima, com base no artigo 9.º da LI. Ainda que o conceito de imprensa que resulta da LI seja um conceito amplo, reconduz-se à imprensa escrita, distinguindo-se da rádio e da televisão, cuja actividade é regulada por leis específicas (respectivamente, a LR<sup>23</sup> e a LT<sup>24</sup>). Por sua vez, no artigo 38.º da CRP, a imprensa é “tomada em sentido lato, compreendendo a imprensa escrita e quaisquer outros meios de comunicação social”<sup>25</sup>, tais como a rádio e a televisão. No n.º 1 do artigo 38.º, é expressamente afirmada a garantia da liberdade de imprensa, sendo enunciadas no n.º 2 como corolários da mesma “[a] liberdade de expressão e criação dos jornalistas” (cf. alínea a), bem como o direito destes “ao acesso às fontes de informação e à protecção da independência e do sigilo profissionais” (cf. alínea b), e “[o] direito de fundação de jornais e de quaisquer outras publicações, independentemente de autorização administrativa, caução ou habilitação prévias” (cf. alínea c).

Como garantia de transparência, o n.º 3 do artigo 38.º estabelece uma imposição

---

<sup>21</sup> Cf. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, I, (...), p. 431.

<sup>22</sup> Cf. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, I, (...), p. 434.

<sup>23</sup> Lei n.º 54/2010, de 24 de Dezembro, que já sofreu as alterações dadas pela Lei n.º 38/2014, de 9 de Julho.

<sup>24</sup> Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho, objecto de várias alterações, entre as quais a mais recentemente operada pela Lei n.º 40/2014, de 9 de Julho.

<sup>25</sup> Cf. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, I, (...), p. 434.

constitucional de que a lei assegure “com carácter genérico, a divulgação da titularidade e dos meios de financiamento dos órgãos de comunicação social”. Esta divulgação faz-se mediante a existência de um “registo prévio, obrigatório e de acesso público” (cf. artigo 5.º, n.º 2, da LI), sendo também, em especial, a transparência da propriedade das empresas jornalísticas constituídas sob a forma de sociedade anónima assegurada pela imposição da natureza nominativa das acções (cf. artigo 16.º, n.º 1, da LI). Por sua vez, no n.º 4 do artigo 38.º, o legislador constitucional incumbiu o Estado de assegurar “a **liberdade** e a **independência** dos órgãos de comunicação social perante o poder político e o poder económico, impondo o *princípio da especialidade das empresas titulares de órgãos de informação geral*, tratando-as e apoiando-as de forma não discriminatória e impedindo a sua concentração, designadamente através de participações múltiplas ou cruzadas”. Além disso, o Estado é, por imposição constitucional, incumbido de assegurar “a existência e o funcionamento de um **serviço público** de rádio e de televisão” (cf. artigo 38.º, n.º 5, da CRP), devendo “[a] estrutura e o funcionamento dos meios de comunicação social do sector público (...) salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração e os demais poderes públicos, bem como assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião” (cf. artigo 38.º, n.º 6, da CRP). Uma das formas através das quais o legislador constitucional pretendeu assegurar a liberdade de imprensa, foi impondo, no artigo 39.º da CRP, a existência de uma **entidade reguladora** dos meios de comunicação social – actualmente, a ERC<sup>26</sup>.

Por força do artigo 16.º, n.º 2, da CRP, “[o]s preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem”. Ora, o artigo 19.º da DUDH<sup>27</sup> estabelece que “[t]odo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”. Porém, a DUDH não deixou simultaneamente de prever no artigo 12.º o imperativo segundo o qual “[n]inguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação”, acrescentando que “[c]ontra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a protecção da lei”. De igual modo, a

---

<sup>26</sup> Conforme já foi referido *supra*, a Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, extinguiu a AACS, procedendo à criação da ERC, que, assim, veio substituir aquela, enquanto regulador da comunicação social em Portugal.

<sup>27</sup> De 10 de Dezembro de 1948. Texto oficial em português publicado no Diário da República, I Série, n.º 57, de 9 de Março de 1978, pp. 489 ss., mediante aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Convenção Europeia dos Direitos do Homem<sup>28</sup>, aprovada em Portugal através da Lei n.º 65/78, de 13 de Outubro, e acolhida no nosso ordenamento jurídico à luz do artigo 8.º, n.º 2, da CRP, não deixou de prever o direito à liberdade de expressão acompanhado da responsabilidade subjacente ao exercício do mesmo. Efectivamente, estabelece o n.º 1 do artigo 10.º CEDH que “[q]ualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão” e que “[e]ste direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de transmitir informações ou ideias sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas e sem considerações de fronteiras”. Contudo, o n.º 2 do mesmo preceito seguidamente afirma que “[o] exercício destas liberdades, porquanto implica deveres e responsabilidades, pode ser submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei, que constituam *providências necessárias, numa sociedade democrática*, para a segurança nacional, a integridade territorial ou a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a protecção da saúde ou da moral, a protecção da honra ou dos direitos de outrem, para impedir a divulgação de informações confidenciais, ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do poder judicial”. Contudo, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem tem interpretado de forma muito restritiva as limitações à liberdade de expressão, em nome do “pluralismo, (...) tolerância e (...) espírito de abertura, fundamentais numa sociedade democrática”<sup>29</sup>, como veremos adiante.

É, assim, “nos termos da Constituição”, que a LI estabelece, logo no seu primeiro artigo, a garantia da liberdade de imprensa (cf. artigo 1.º, n.º 1). No entanto, a afirmação da liberdade de imprensa, surge, tanto na LI como na CRP, sempre acompanhada de normas que estabelecem os seus limites.

Encontramos, desde logo, no artigo 37.º, n.º 4, da CRP uma referência geral à responsabilidade civil resultante de actos praticados através da imprensa. Assim, a par da tutela penal dos bens jurídicos cuja ofensa pode resultar da actuação da imprensa (artigo 37.º, n.º 3), a CRP não descuroa a “necessidade ou conveniência social de reparar o dano sofrido pelo lesado”<sup>30</sup> que resulte de actos ilícitos e culposos praticados através da imprensa. Neste sentido, o artigo 2.º, n.º 2, da LI estabelece como formas de garantir o direito dos cidadãos à informação, entre outros, o “reconhecimento dos direitos de resposta e de rectificação” (alínea c), a “identificação e veracidade da publicidade” (alínea d), o “acesso à Alta Autoridade para

---

<sup>28</sup> De 4 de Novembro de 1950.

<sup>29</sup> Cf. ARONS DE CARVALHO / MONTEIRO CARDOSO / JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, *Direito da Comunicação Social* (...), p. 98.

<sup>30</sup> Cf. ANTUNES VARELA, *Das Obrigações em Geral*, I, 10.ª ed., Almedina, Coimbra, 2000, pp. 148 e 523.



a Comunicação Social<sup>31</sup>, para salvaguarda da isenção e do rigor informativos” (alínea e) e o “respeito pelas normas deontológicas no exercício da actividade jornalística” (alínea f).

Já o artigo 3º da LI enuncia os limites da liberdade de imprensa, entre os quais a garantia dos “direitos ao bom nome, à reserva da intimidade da vida privada, à imagem e à palavra dos cidadãos”, que integram a tutela geral da personalidade estabelecida no artigo 70º do Código Civil.

A responsabilidade civil por actos praticados na imprensa surge, desde logo, como imperativo constitucional, no n.º 4 do artigo 37º da CRP, que estabelece que “[a] todas as pessoas, singulares ou colectivas, é assegurado, em condições de igualdade e eficácia (...) o direito a indemnização pelos danos sofridos”. É, então, desde logo, a própria CRP que admite que do exercício dos direitos fundamentais de expressão e informação possam resultar danos, que devem justamente ser ressarcidos através dos mecanismos da responsabilidade civil.

Face a todo este enquadramento, a LI, naturalmente, não deixou de regular, em especial, a responsabilidade civil emergente de factos cometidos no seio do seu âmbito de aplicação, em especial no seu artigo 29.º, que será meticolosamente analisado ao longo deste trabalho.

Contudo, antes de entrar a fundo na análise do regime da **responsabilidade civil**, não podemos deixar de enunciar as outras formas de responsabilidade no seio da imprensa, acompanhadas da respectiva sede legal:

- **responsabilidade penal ou criminal**, cujo regime especial consta dos artigos 30.º a 34.º e 37.º a 39.º da LI, bem como do artigo 19.º do Estatuto do Jornalista<sup>32</sup>, em harmonia com o regime geral do Código Penal (com especial acuidade, no seio da imprensa, refiram-se os crimes contra a honra previstos nos artigos 180.º, 181.º, 185.º e 187.º, os crimes contra a reserva da vida privada previstos nos artigos 192.º, 194.º, n.º 3, e 195.º, bem como outros crimes susceptíveis de ser cometidos através da comunicação social, previstos nos artigos 240.º, n.º 2, 251.º, 297.º, 298.º, 316.º, 322.º, n.º 2, 323.º, 326.º, 328.º, 330.º, 332.º, 365.º e 371.º, todos do CP)<sup>33</sup>;
- **responsabilidade contra-ordenacional**, cujo regime especial consta dos artigos 35.º e

---

<sup>31</sup> Esta referência à AACS encontra-se desactualizada, uma vez que, conforme foi já referido *supra*, a Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, extinguiu a AACS, procedendo à criação da ERC, que, assim, veio substituir aquela, enquanto regulador da comunicação social em Portugal.

<sup>32</sup> Aprovado pela Lei n.º 1/99, de 1 de Janeiro, que sofreu entretanto as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/2007, de 6 de Novembro, e pela Rectificação n.º 114/2007, de 20 de Dezembro.

<sup>33</sup> Cf. ARONS DE CARVALHO / MONTEIRO CARDOSO / JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, *Direito da Comunicação Social* (...), p. 348.



36.º da LI, bem como do artigo 20.º do EJ;

- **responsabilidade disciplinar**, cujo regime consta 21.º do EJ.

## II - O regime da responsabilidade civil na imprensa

### 1. O artigo 29.º da Lei de Imprensa

O preceito que regula, em especial, a responsabilidade civil na imprensa é o **artigo 29.º** da LI, precisamente sob a epígrafe “Responsabilidade Civil”.

Por força das normas constitucionais a que fizemos antes referência aquando do enquadramento constitucional desta matéria, em especial o artigo 37.º, n.º 4, da CRP, e também por força dos próprios princípios gerais de Direito Civil, ainda que inexistisse um preceito específico que regulasse a responsabilidade civil na LI, nunca se poderia concluir que os actos praticados na imprensa não seriam passíveis de responsabilidade civil, porquanto a imprensa e os seus agentes não são certamente subtraídos à responsabilização pelos conteúdos criados e publicados no seu âmbito. Isto porque os factos cometidos através da imprensa não escapam ao princípio geral da responsabilidade civil extracontratual plasmado no artigo 483.º do CC.

Afigura-se que o **n.º 1** do referido artigo 29.º da LI nada acrescenta ao que já resultaria dos princípios gerais de Direito Civil. Estabelece este preceito que “[n]a determinação das formas de efectivação da responsabilidade civil emergente de factos cometidos por meio da imprensa observam-se os princípios gerais.” Ora, esta remissão para os **princípios gerais** no seio da responsabilidade civil, não pode deixar de ser entendida como uma remissão para as normas do CC que estabelecem o regime geral da responsabilidade civil por factos ilícitos ou responsabilidade civil extracontratual, correspondentes aos artigos 483.º e seguintes.

O artigo 29.º, **n.º 2**, da LI estabelece que “[n]o caso de escrito ou imagem inseridos numa publicação periódica com conhecimento e sem oposição do director ou seu substituto legal, as empresas jornalísticas são solidariamente responsáveis com o autor pelos danos que tiverem causado”. Assim, desta norma resulta a **responsabilidade solidária** das empresas jornalísticas face ao autor do escrito ou imagem inseridos numa publicação periódica, desde que a publicação em causa tenha sido feita com conhecimento e sem oposição do director ou seu substituto legal.

## 2. Os principais agentes da imprensa

Referimos as várias acepções de “imprensa”, tendo destacado, como uma delas, uma acepção organizacional e subjectiva daquele conceito. Nesta acepção, o enfoque é dado às pessoas singulares e colectivas que produzem e gerem as publicações (jornais e revistas). Assim, são os próprios jornalistas e empresas jornalísticas que constituem a imprensa.

Com base no artigo 29.º, n.º 2, da LI, podemos obter uma visão geral dos sujeitos ou agentes que constituem a ou operam na imprensa (consoante a acepção, mais subjectiva, ou mais objectiva, em que seja utilizado o conceito), sendo passíveis de responsabilidade civil nessa qualidade. Estabelece aquele preceito que “[n]o caso de escrito ou imagem inseridos numa publicação periódica com conhecimento e sem oposição do director ou seu substituto legal, as empresas jornalísticas são solidariamente responsáveis com o autor pelos danos que tiverem causado”. Como foi apontado, esta norma consagra um regime de responsabilidade solidária das empresas jornalísticas com o autor do escrito ou imagem inseridos numa publicação periódica. Esse regime de responsabilidade solidária encontra-se, todavia, condicionando à verificação do facto de a publicação em causa ter sido feita com conhecimento e sem oposição do director ou seu substituto legal.

Sem prejuízo de uma análise mais detalhada do regime estabelecido pelo artigo 29.º, n.º 2, da LI e das questões que o mesmo levanta, à qual procederemos mais adiante, aqui chegados, constatamos que a redacção desta norma fornece um bom ponto de partida para identificar os três principais agentes da imprensa: o **autor material do conteúdo publicado**, o **director da publicação periódica** e a **empresa jornalística**.

### 2.1. O autor material do conteúdo publicado

Na maior parte dos casos, o autor material do conteúdo publicado na imprensa é um jornalista, isto é, alguém que exerce “como ocupação principal, permanente e remunerada (...) com capacidade editorial funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação, com fins informativos, pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por qualquer

outro meio electrónico de difusão” - cf. artigo 1.º, n.º 1, do EJ<sup>34</sup>.

Todavia, muitas vezes são publicados na imprensa conteúdos cuja autoria não pertence a um jornalista, como é o caso das respostas a entrevistas, artigos de opinião, cartas dos leitores, etc. Nestes casos, não terão aplicação as normas deontológicas subjacentes ao exercício da actividade dos jornalistas, constantes do EJ, entre as quais as que os vinculam a “[i]nformar com rigor e isenção, rejeitando o sensacionalismo e demarcando claramente os factos da opinião” (cf. artigo 14.º, n.º 1, alínea a), do EJ).

É nosso entendimento que o EJ não interfere com o regime da responsabilidade civil resultante da LI. Como resulta do *supra* exposto, o EJ incide primordialmente sobre a deontologia dos jornalistas, enunciando os princípios, direitos e deveres subjacentes ao exercício da sua actividade. Como não podia deixar de ser, este diploma não se limita a enunciar as regras deontológicas do jornalismo, estabelecendo também consequências para a sua violação, aferidas em sede da jurisdição disciplinar, regulada em especial no artigo 21.º do EJ e no Estatuto Disciplinar dos Jornalistas<sup>35</sup>. Contudo, a responsabilidade disciplinar do jornalista é regulada de uma forma que não prejudica o regime da responsabilidade civil resultante da LI, como resulta da primeira parte dos artigos 14.º, n.º 3, e 22.º, ambos do EJ<sup>36</sup>. Tal conclusão é ainda assegurada pelo EDJ, de cujo artigo 3.º, n.º 1, resulta o reconhecimento de que “[a] responsabilidade disciplinar perante a [Comissão da Carteira Profissional de Jornalista] coexiste com quaisquer outras previstas na lei”.

A responsabilidade civil dos jornalistas corresponde a uma vasta área de estudo integrado com a deontologia da profissão que transcende os objectivos do presente trabalho. Assim, o papel do jornalista enquanto agente da imprensa susceptível de responsabilização pelos conteúdos por si criados não será um tópico a que daremos especial enfoque neste trabalho, que visa antes a abordagem mais aprofundada do papel dos directores e empresas jornalísticas na imprensa e do regime da sua responsabilidade civil.

No entanto, há que ressaltar que o próprio director da publicação pode ser o autor do escrito ou imagem. Nesse caso, ele será civilmente responsabilizado nos mesmos termos em que o

---

<sup>34</sup> Como já referido *supra*, este estatuto foi aprovado pela Lei n.º 1/99, de 1 de Janeiro, que sofreu entretanto as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/2007, de 6 de Novembro, e pela Rectificação n.º 114/2007, de 20 de Dezembro.

<sup>35</sup> Aprovado pela CCPJ, em deliberação tomada no dia 26 de Junho de 2008, e publicado em anexo ao Aviso n.º 23504/2008, de 4 de Setembro, disponível na Parte C do Diário da República, 2.ª série, n.º 180, de 17 de Setembro de 2008.

<sup>36</sup> Em ambas, “[s]em prejuízo da responsabilidade civil (...) que ao caso couber nos termos gerais (...)”.

são os jornalistas, uma vez que, mesmo que o director não seja jornalista, é equiparado a jornalista “para efeitos de garantia de acesso à informação, de sujeição às normas éticas da profissão e ao regime de incompatibilidades”, nos termos do artigo 15.º, n.º 1, do EJ, conforme melhor se verá *infra*.

## 2.2. O director da publicação periódica

O artigo 11.º da LI define como **publicações periódicas** “as publicações editadas em série contínua, sem limite definido de duração, sob o mesmo título e abrangendo períodos determinados de tempo” e, por sua vez, como publicações não periódicas as “publicações editadas de uma só vez, em volumes ou fascículos, com conteúdo normalmente homogéneo”.

A LI delinea uma determinada estrutura que as publicações periódicas devem adoptar, estabelecendo determinados requisitos que estas devem cumprir, entre as quais a designação de um director (cf. artigo 19.º, n.º 1). Uma vez que a LI apenas refere a *obrigatoriedade da designação de um director* para as publicações periódicas, deve entender-se que, para as restantes publicações, não existe semelhante exigência legal, não obstante se constatar da realidade da imprensa em Portugal (e não só) que na grande maioria das publicações existe um director. Compreende-se a razão desta solução legal. Sendo editadas em série contínua (diária, semanal, mensal, etc.), sem limite de duração, as publicações periódicas implicam uma estrutura e organização interna bastante mais robusta e minuciosa que as restantes. Para além de exigirem mais recursos humanos e materiais, exigem uma capacidade de produção, coordenação e controlo dos conteúdos publicados bastante maior, dada a sua periodicidade. Assim, compreende-se que a lei apenas exija a designação de um director para as publicações periódicas, deixando ao critério das pessoas responsáveis pelas publicações não periódicas a conveniência em designar alguém para assumir semelhante papel de direcção das mesmas.

O director da publicação periódica é, necessariamente, uma **pessoa singular** que exerce funções no seio de uma empresa jornalística. Ora, nos termos do artigo 7.º, empresa jornalística é aquela que tem como actividade principal a edição de publicações periódicas, das quais é proprietária. Assim, a empresa jornalística é a pessoa colectiva - geralmente, uma sociedade comercial – responsável pela publicação periódica e, simultaneamente, a entidade proprietária da mesma. Assim, é esta que, nos termos do artigo 19.º, n.º 2, tem competência para a designação e demissão do director, ouvido o conselho de redacção. O conselho de

redacção, por sua vez, é um órgão consultivo e deliberativo da publicação periódica constituída por mais de cinco jornalistas, eleito por todos os jornalistas que a compõem por escrutínio secreto e segundo regulamento por eles aprovado (cf. artigo 23.º), sendo este órgão presidido pelo director (cf. artigo 20.º, n.º 1, alínea d). A audição prévia do conselho de redacção não tem lugar aquando da nomeação do primeiro director da publicação e nas publicações doutrinárias (cf. artigo 19.º, n.º 4). Nos restantes casos, este órgão é ouvido antes da designação ou demissão do director que o preside, apresentando à entidade proprietária, a quem compete a referida designação ou demissão, o seu parecer fundamentado, no prazo de cinco dias a contar da recepção do respectivo pedido de emissão (cf. artigo 19.º, n.º 3).

Por vezes, principalmente em publicações periódicas de maior dimensão, surge a necessidade de ter alguém que assista o director nas suas funções e assuma o exercício das mesmas sempre que aquele não esteja disponível para o fazer. É assim que o artigo 21.º estabelece que “[n]as publicações com mais de cinco jornalistas o director pode ser coadjuvado por um ou mais **directores-adjuntos ou subdirectores**, que o substituem nas suas ausências ou impedimentos”. Enquanto a eleição de um conselho de redacção é legalmente imposta para as publicações periódicas com mais de cinco jornalistas (cf. artigo 23.º, n.º 1), o mesmo não sucede em relação à designação de directores-adjuntos e subdirectores. Embora um dos requisitos para a designação destes seja precisamente o número de jornalistas que compõem a publicação periódica, que também aqui tem de ser superior a cinco, o artigo 21.º, n.º 1, estabelece a designação de directores-adjuntos e subdirectores como uma **faculdade** e não como um dever, no âmbito das referidas publicações periódicas. Tal resulta claro da redacção da norma do artigo 21.º, n.º 1, com a utilização da forma verbal “pode”, em oposição à injunção que resulta do artigo 23.º n.º 1, com a utilização da forma verbal “elegem”, que não parece deixar margem para qualquer discricionariedade quanto à necessidade da existência de um conselho de redacção nas publicações periódicas com mais de cinco jornalistas. Uma vez que o artigo 21.º, n.º 2, estabelece que se aplica, com as necessárias adaptações, aos directores-adjuntos e subdirectores o disposto no artigo 19.º, a decisão que, como já se viu, é livre e discricionária, nas publicações periódicas com mais de cinco jornalistas, de designar um director-adjunto ou subdirector cabe à entidade proprietária da publicação, ouvido o conselho de redacção (cf. artigo 19.º, n.º 2).

Ao director da publicação periódica **compet**e, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, da LI:

- a) “Orientar, superintender e determinar o conteúdo da publicação”;

b) “Elaborar o estatuto editorial, nos termos do n.º 2 do artigo 17.º”;

c) “Designar os jornalistas com funções de chefia e coordenação”;

d) “Presidir ao conselho de redacção”;

e) “Representar o periódico perante quaisquer autoridades em tudo quanto diga respeito a matérias da sua competência e às funções inerentes ao seu cargo”.

Como já referido, nas publicações periódicas com mais de cinco jornalistas, o director pode ser coadjuvado no exercício de todas estas competências por directores-adjuntos e subdirectores (cf. artigo 21.º, n.º 1). Por sua vez, o **conselho de redacção**, quando exista, desempenha também um importante papel de auxílio e assistência do director. Desde logo, nos termos do artigo 23.º, n.º 2, alínea c), compete ao conselho de redacção “[p]ronunciar-se, a solicitação do director, sobre a conformidade de escritos ou imagens publicitários com a orientação editorial da publicação”. Neste âmbito, o conselho assume funções de órgão consultivo ao serviço da direcção, no âmbito da publicação periódica. Além disso, o conselho de redacção pode cooperar com a direcção no exercício das competências previstas nas alíneas a), b) e e) do n.º 1 do artigo 20.º, por força do artigo 23.º, n.º 2, alínea d). Isto significa que as funções de orientação, superintendência e determinação do conteúdo da publicação, de elaboração do estatuto editorial e de representação do periódico perante quaisquer autoridades podem, nas publicações com mais de cinco jornalistas, ser exercidas conjuntamente pelo director e pelo conselho de redacção, prevalecendo, no entanto, em qualquer caso, a competência do director no âmbito destas funções, uma vez que a lei apenas refere a intervenção do conselho de redacção, nesta sede, como facultativa (“pode”) e a título de cooperação com a direcção (cf. artigo 23.º, n.º 2, alínea d).

Analisadas as competências do director, passemos então às **prerrogativas** que lhe assistem, no exercício das suas funções. Estabelece o n.º 2 do artigo 20.º que “[o] director tem direito a:

a) Ser ouvido pela entidade proprietária em tudo o que disser respeito à gestão dos recursos humanos na área jornalística, assim como à oneração ou alienação dos imóveis onde funcionem serviços da redacção que dirige;

b) Ser informado sobre a situação económica e financeira da entidade proprietária e sobre a sua estratégia em termos editoriais.”

A prerrogativa enunciada na alínea a) exprime a ideia de que o director funciona como elo de ligação entre a empresa jornalística, entidade proprietária da publicação, e o conjunto formado

pelos meios humanos e materiais de produção que constituem a publicação periódica em si mesma. O facto de, como foi referido, o director ser uma pessoa singular e a empresa jornalística uma pessoa colectiva faz com que o director sirva muitas vezes como intermediário entre os administradores da empresa jornalística e os jornalistas. Inteirado do funcionamento da redacção que dirige no dia-a-dia, o director está, assim, mais próximo dos problemas e das necessidades, podendo contribuir de forma relevante para a gestão dos recursos humanos na área jornalística, daí que a lei estabeleça o **direito de audição prévia** do director face à entidade proprietária nesse âmbito.

Já o **direito de informação** (direito a ser informado) estabelecido na alínea b) pode ser compreendido numa lógica de transparência da entidade proprietária da publicação para com o director. Este tem todo o interesse em conhecer a situação económica e financeira da empresa para poder adequar a gestão dos recursos da redacção a essa situação. Além disso, só conhecendo a estratégia editorial da empresa o director pode adoptar critérios de orientação, superintendência e determinação do conteúdo da publicação, no exercício das suas competências (cf. artigo 20.º, n.º 1, alínea a).

Afigura-se que, na maioria dos casos, o director da publicação periódica será um jornalista<sup>37</sup>. Porém, quando não o seja, por força do artigo 15.º, n.º 1, do EJ, o director é equiparado a um jornalista, desde que exerça de forma efectiva e permanente as suas funções de direcção da publicação periódica. Esta equiparação é operada “para efeitos de garantia de acesso à informação, de sujeição às normas éticas da profissão e ao regime de incompatibilidades” (cf. primeira parte da referida norma do EJ).

O director da publicação periódica desempenha um importante papel nos procedimentos legais estabelecidos nos artigos 25.º, 26.º e 27.º para o exercício dos **direitos de resposta e de rectificação**. Na definição de VITAL MOREIRA<sup>38</sup>, o direito de resposta consubstancia “o poder, que assiste a todo aquele que seja pessoalmente afectado por notícia, comentário ou referência

---

<sup>37</sup> A definição de jornalista consta do artigo 1.º do EJ: “1 - São considerados jornalistas aqueles que, como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem com capacidade editorial funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação, com fins informativos, pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por qualquer outro meio electrónico de difusão. 2 - Não constitui actividade jornalística o exercício de funções referidas no número anterior quando desempenhadas ao serviço de publicações que visem predominantemente promover actividades, produtos, serviços ou entidades de natureza comercial ou industrial. 3 - São ainda considerados jornalistas os cidadãos que, independentemente do exercício efectivo da profissão, tenham desempenhado a actividade jornalística em regime de ocupação principal, permanente e remunerada durante 10 anos seguidos ou 15 interpolados, desde que solicitem e mantenham actualizado o respectivo título profissional.”

<sup>38</sup> Cf. *O Direito de Resposta na Comunicação Social*, Coimbra Editora, Coimbra, 1994, pp. 9 ss.



saída num órgão de comunicação social, de fazer publicar ou transmitir nesse mesmo órgão, gratuitamente, um texto seu contendo um desmentido, rectificação ou defesa”. Nos termos do artigo 25.º, n.º 3, é ao director da publicação periódica na qual tenha sido publicada a referência pessoal que cabe receber do visado “[o] texto da resposta ou da rectificação, se for caso disso, acompanhado de imagem (...) com assinatura e identificação do autor, e através de procedimento que comprove a sua recepção”, pelo que, naturalmente, o director ficará responsável pela publicação deste conteúdo, desde que este observe os requisitos legais (cf. artigo 25, n.º 4, e artigo 26.º). É, assim, ao director que caberá decidir sobre a recusa da publicação da resposta ou rectificação, nos termos do artigo 26.º, n.º 7, quando estas forem “intempestivas, provierem de pessoa sem legitimidade, carecerem manifestamente de todo e qualquer fundamento ou contrariarem o disposto no n.º 4” do artigo 25.<sup>39</sup> Quando o direito de resposta ou de rectificação não seja satisfeito ou seja infundadamente recusado, este pode ser coercivamente efectivado mediante pedido do interessado, junto dos tribunais ou da ERC<sup>40</sup>, nos termos do artigo 27.º. Nestes casos de efectivação coerciva do direito de resposta e de rectificação, é o director que não tenha dado satisfação àqueles direitos “notificado por via postal para contestar no prazo de dois dias, após o que será proferida em igual prazo a decisão, da qual há recurso com efeito meramente devolutivo” (cf. artigo 27.º, n.º 2). Caso o tribunal ou a ERC, consoante o caso, considerem o pedido do visado procedente, ordenam a publicação da resposta ou rectificação nos prazos legalmente estabelecidos<sup>41</sup>, “acompanhada da menção de que a publicação é efectuada por efeito de decisão judicial ou por deliberação da [ERC]<sup>42</sup>” (cf. artigo 27.º, n.º 4).

No entanto, nos termos do artigo 24.º, n.º 5, os direitos de resposta e de rectificação “são independentes do procedimento criminal pelo facto da publicação, bem como do direito à

---

<sup>39</sup> Nos termos do qual, “[o] conteúdo da resposta ou da rectificação é limitado pela relação directa e útil com o escrito ou imagem respondidos, não podendo a sua extensão exceder 300 palavras ou a da parte do escrito que a provocou, se for superior, descontando a identificação, a assinatura e as fórmulas de estilo, nem conter expressões desproporcionadamente desprimorosas ou que envolvam responsabilidade criminal, a qual, neste caso, bem como a eventual responsabilidade civil, só ao autor da resposta ou da rectificação podem ser exigidas”.

<sup>40</sup> Embora o artigo 27.º da LI se refira ainda à AACS, esta referência encontra-se desactualizada e deve ser entendida como sendo feita para a ERC, enquanto actual entidade reguladora, por força da Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro.

<sup>41</sup> Nos termos do artigo 26.º, n.º 2, os prazos de publicação da resposta ou rectificação são os seguintes: “a) Dentro de dois dias a contar da recepção, se a publicação for diária; b) No primeiro número impresso após o segundo dia posterior à recepção, tratando-se de publicação semanal; c) No primeiro número distribuído após o 7.º dia posterior à recepção, no caso das demais publicações periódicas.”

<sup>42</sup> O artigo faz referência à AACS, porém, tal referência encontra-se desactualizada, uma vez que, conforme referido *supra*, a Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, extinguiu a AACS, procedendo à criação da ERC, que, assim, veio substituir aquela, enquanto regulador da comunicação social em Portugal.

indemnização pelos danos por ela causados”. Como tal, independentemente de aqueles direitos se verificarem ou não na esfera de determinada pessoa, quer esta os exerça ou não, haverá sempre lugar a indemnização pelos danos causados pela publicação, caso todos os pressupostos da responsabilidade civil se verifiquem<sup>43</sup>.

### 2.3. A empresa jornalística

A LI proclama, no seu artigo 5.º, um princípio de liberdade de empresa, por força do qual “[é] livre a constituição de empresas jornalísticas, editoriais ou noticiosas (...)” - cf. n.º 1. A liberdade de *empresa* surge, neste âmbito, como decorrência natural da própria liberdade de *imprensa* que, implica, entre outros, “[o] direito de fundação de jornais e quaisquer outras publicações, independentemente de autorização administrativa, caução ou habilitação prévias”, conforme dispõe o artigo 2.º, n.º 1, alínea b), da LI. A consagração deste direito na LI resulta directamente da CRP, que o consagra no seu artigo 38.º, n.º 2, alínea c).

Embora seja abstractamente possível configurar a existência de um jornal, revista ou qualquer outra publicação periódica sem um substrato empresarial subjacente, a verdade é que, na esmagadora maioria dos casos, o funcionamento daqueles é globalmente imputado a um centro de interesses, direitos e deveres que se consubstancia numa pessoa colectiva. E, embora a pessoa colectiva por detrás da publicação possa ser uma associação ou uma fundação, é de notar que a maior parte das vezes estamos perante verdadeiras sociedades comerciais, com intuito lucrativo, que correspondem ao conceito de empresa, embora estes não sejam sinónimos. É a própria CRP que reconhece a maior frequência com que é assumida a forma empresarial neste âmbito, ao assumir que os titulares de órgãos de informação geral serão empresas, no n.º 4 do artigo 38.º. E é nesse sentido que o Estado é incumbido, por força de tal preceito constitucional, de assegurar “a liberdade e a independência dos órgãos de comunicação social perante o poder político e o poder económico, impondo o princípio da especialidade das empresas titulares de órgãos de informação geral, tratando-as e apoiando-as de forma não discriminatória e impedindo a sua concentração, designadamente através de participações múltiplas ou cruzadas”. Nesta sede, são também chamados à colação o artigo 61.º, n.º 1, da CRP, que garante a liberdade de iniciativa económica privada, ou, de modo

---

<sup>43</sup> “Da mesma forma, os pressupostos do direito de resposta não impõem necessariamente que os factos que o originaram constituam ilícito civil ou penal”, cf. ARONS DE CARVALHO, “O Direito de Resposta e de Retificação” in *Media, Direito e Democracia*, Almedina, Coimbra, 2014, p. 200.

genérico, a liberdade de empresa<sup>44</sup>, e o artigo 86.º, que enuncia o papel do Estado nas empresas privadas.

Note-se, no entanto, que a liberdade de empresa proclamada no artigo 5.º, n.º 1, da LI não deixa de se encontrar limitada à observância de requisitos legais (“observados os requisitos da presente lei”). É assim que, nos termos do n.º 2 daquele artigo, “[o] Estado assegura a existência de um registo prévio, obrigatório e de acesso público das: a) [p]ublicações periódicas portuguesas; b) [e]mpresas jornalísticas nacionais, com indicação dos detentores do respectivo capital social; c) [e]mpresas noticiosas nacionais”. Como resulta do n.º 3 do mesmo artigo, o regime do referido registo consta do Decreto Regulamentar n.º 8/99, de 9 de Junho.

Como referido, é possível configurar a existência de uma publicação periódica sem um substrato empresarial subjacente, embora seja mais frequente o funcionamento daqueles no seio de uma empresa, quase sempre com a forma de pessoa colectiva. No plano jurídico da propriedade das publicações, é legalmente admissível que as publicações sejam propriedade quer de uma pessoa singular, quer de uma pessoa colectiva, conforme resulta do disposto no artigo 6.º da LI.

Ao referir-se a “empresas proprietárias de publicações” no artigo 7.º, a LI chama à colação um conceito que, até no seio do Direito Comercial, é considerado polissémico, sendo que “a própria lei não utiliza o termo sempre com o mesmo significado”<sup>45</sup>. No entanto, seguindo uma acepção ampla adoptada pela doutrina, “por empresa podemos entender (...) uma organização autónoma de factores produtivos relevante no mercado e actuando para este, dedicada a uma actividade económico-produtiva, envolvendo a produção e comercialização de bens e/ou a prestação de serviços”<sup>46</sup>. Não obstante acolhermos o conceito de empresa na sua acepção ampla, não podemos deixar de reconhecer que, na sociedade portuguesa actual, as empresas proprietárias de publicações no seio da imprensa se organizam maioritariamente sob a forma de sociedades comerciais, uma vez que têm como escopo principal da sua actividade o lucro. E nada choca que assim seja, mesmo sem deixar de reconhecer que a imprensa prossegue uma actividade dotada de grande interesse público na divulgação de informação, em desenvolvimento dos direitos constitucionalmente consagrados de liberdade de expressão e

---

<sup>44</sup> Sobre a liberdade de empresa como componente do sistema e o conceito de empresa na CRP, cf. EVARISTO MENDES, “Constituição e direito comercial” in *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, Coimbra Editora, Coimbra, 2012, pp. 635-671.

<sup>45</sup> Cf. FÁTIMA GOMES, *Manual de Direito Comercial*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2012, p. 57.

<sup>46</sup> Cf. FÁTIMA GOMES, *Manual de Direito Comercial* (...), p. 58.

informação, no seio de um Estado de Direito Democrático. Para assegurar que o conteúdo essencial deste valor constitucional da imprensa não é deformado pelo escopo lucrativo das empresas proprietárias das publicações, o Estado assegura, nos termos do artigo 38.º, n.ºs 5 e 6, da CRP, a existência e funcionamento de um sector público no âmbito dos meios de comunicação social. No entanto, mesmo fora do espectro do sector público dos meios de comunicação social, não deixa de ser prosseguido o interesse público subjacente à imprensa, pois o facto de as empresas proprietárias de publicações assumirem, na sua grande maioria, a forma de sociedades comerciais, com o consequente escopo lucrativo das mesmas, não mutila a função de grande interesse público que lhes subjaz, através da qual, no exercício da sua actividade, assumem importantes responsabilidades cívicas no que toca a informar os cidadãos, independentemente da intervenção do Estado na sua estrutura interna.

Decorre do artigo 7.º da LI que as **empresas proprietárias de publicações** podem ser classificadas em “**jornalísticas** ou **editoriais**, consoante tenham como actividade principal a edição de publicações periódicas ou de publicações não periódicas”, respectivamente. Já aqui foi referido que as publicações periódicas são, nos termos do artigo 11.º, n.º 1, as “publicações editadas em série contínua, sem limite definido de duração, sob o mesmo título e abrangendo períodos determinados de tempo”, por oposição às publicações não periódicas que, nos termos do n.º 2 daquele artigo, são as “publicações editadas de uma só vez, em volumes ou fascículos, com conteúdo normalmente homogéneo”. A LI enuncia ainda, no artigo 8.º, n.º 1, a modalidade das empresas **noticiosas**, que têm por objecto principal a recolha e distribuição de notícias, comentários ou imagens. No entanto, por força do n.º 2 daquele artigo, as empresas noticiosas estão sujeitas ao regime jurídico das empresas jornalísticas.

O regime jurídico das empresas jornalísticas encontra-se regulado no Capítulo IV da LI, sob a epígrafe “[o]rganização das empresas jornalísticas”, nos artigos 19.º e seguintes. A este propósito, não é demais reiterar, de modo sintético, o que acima foi desenvolvido sobre as publicações periódicas e a sua estrutura interna, aquando da análise da posição do director no seio da publicação periódica.

À estrutura essencial delineada pela LI para as publicações periódicas, acresce ainda, por força do artigo 4.º da LI, em razão do interesse público que subjaz à imprensa, a obrigação de as empresas jornalísticas ou noticiosas notificarem a ERC<sup>47</sup> quando adquiram participações

---

<sup>47</sup> Esta referência à AACS encontra-se desactualizada, uma vez que, conforme foi já referido *supra*, a Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, extinguiu a AACS, procedendo à criação da ERC, que, assim, veio substituir

em entidades congéneres (cf. n.º 2). Além disso, estas empresas estão sujeitas ao “regime geral de defesa e promoção da **concorrência**, nomeadamente no que diz respeito às práticas proibidas, em especial o abuso de posição dominante, e à concentração de empresas” (cf. n.º 3). Ainda, quando empresas deste tipo participem em operações de concentração de empresas, as decisões da Autoridade da Concorrência estão sujeitas a parecer prévio da ERC, “o qual deverá ser negativo quando estiver comprovadamente em causa a livre expressão e confronto das diversas correntes de opinião, sendo neste caso vinculativo para a Autoridade da Concorrência” (cf. n.º 4).

Como foi referido aquando da análise do papel do director enquanto agente da imprensa, a LI apenas refere a obrigatoriedade de director para as publicações periódicas, nos termos do artigo 19.º, n.º 1. Como tal, deve entender-se que, para as restantes publicações, não existe semelhante exigência legal, não obstante se constatar que, na prática, que a grande maioria das publicações de imprensa possuem um director. Assim, embora o capítulo IV da LI tenha como epígrafe “[o]rganização das empresas jornalísticas”, desde logo, resulta do n.º 1 do artigo 19.º que a existência de um director só é legalmente obrigatória para as publicações periódicas.

A empresa jornalística, enquanto entidade proprietária da publicação periódica, possui, nos termos do artigo 19.º, n.º 2, competência para a designação e demissão do director, ouvido o conselho de redacção.

É precisamente a empresa jornalística, e apenas esta, que, nos termos do artigo 29.º n.º 2, pode ser solidariamente responsável com o autor pelos danos que o escrito ou imagem da autoria deste inserido na publicação periódica da qual aquela é proprietária tenha causado. A condição legalmente exigida para que se verifique a responsabilidade solidária da empresa jornalística prende-se com a actuação do director no processo de publicação do conteúdo em causa. Efectivamente, só no caso de o conteúdo ter sido inserido na publicação periódica com conhecimento e sem oposição do director ou seu substituto legal, é que a empresa jornalística é solidariamente responsável com o autor pelos danos que tiverem sido causados. Este regime de responsabilidade solidária será aprofundado mais adiante, após a análise dos requisitos gerais da responsabilidade civil sob o prisma da actividade da imprensa.

---

aquela, enquanto regulador da comunicação social em Portugal.

### 3. Pressupostos da responsabilidade civil

A presente análise prende-se com o estudo do regime de responsabilidade civil extracontratual por factos cometidos através da imprensa. Para este efeito, releva a definição legal de imprensa analisada *supra*, que consta do artigo 9.º da LI, segundo o qual “[i]ntegram o conceito de imprensa (...) todas as reproduções impressas de textos ou imagens disponíveis ao público, quaisquer que sejam os processos de impressão e reprodução e o modo de distribuição utilizado”. É no âmbito das publicações impressas contendo textos ou imagens disponíveis ao público, vulgarmente em jornais ou revistas, que constituem a imprensa, que nos propomos analisar a responsabilidade civil extracontratual.

Não obstante as especificidades relacionadas com o facto de estar em causa um meio de comunicação social, não deixam de ter aplicação os princípios gerais da responsabilidade civil extracontratual<sup>48</sup>. Isto resulta da própria remissão expressa que é feita para esses princípios pelo artigo 29.º, n.º 1, da LI (“[n]a determinação das formas de efectivação da responsabilidade civil emergente de factos cometidos por meio da imprensa observam-se os princípios gerais”). Como tal, os pressupostos da responsabilidade civil na imprensa não deixam de ser encontrados na fórmula clássica segundo a qual, para que nasça a obrigação de indemnizar, o lesante tem de ter praticado um acto ilícito, culposo e danoso, com a verificação de um nexo de causalidade entre o facto e o dano. No fundo, esta fórmula resulta da própria letra do artigo 483.º, n.º 1, do CC, que enuncia o princípio geral em matéria de responsabilidade civil extracontratual da seguinte forma: “[a]quele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação”. Daqui resulta que a enumeração clássica dos pressupostos ou requisitos da responsabilidade civil extracontratual se traduza na exigência da verificação dos seguintes elementos: (i) facto; (ii) ilicitude; (iii) culpa; (iv) dano; e (v) nexo de causalidade entre o facto e o dano<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> Cf. COUTINHO RIBEIRO, *Lei de Imprensa (anotada) e Legislação Conexa*, Quid Juris, Lisboa, 2001, p. 75; MORAES ROCHA, *Nova Lei de Imprensa*, Livraria Petrony Lda., Lisboa, 1999, p. 90; MARIA MANUEL BASTOS / NEUZA LOPES, *Comentário à Lei de Imprensa e ao Estatuto do Jornalista (...)*, p. 118, FERNANDO CONDESSO, *Direito da Comunicação Social (Lições)*, Almedina, Coimbra, 2007, pp. 330-331.

<sup>49</sup> Esta é a “terminologia técnica corrente entre os tratadistas” no Direito Civil, cf., por todos, ANTUNES VARELA, *Das Obrigações Em Geral*, I, (...), p. 526. Adoptando esta formulação, a título meramente exemplificativo, cf. MENEZES CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, VIII – *Direito das Obrigações: Gestão de negócios. Enriquecimento sem causa. Responsabilidade civil*, Almedina, Coimbra, 2014, p. 434, MENEZES LEITÃO, *Direito*

A análise dos requisitos da responsabilidade civil será aqui desenvolvida sob o prisma do específico tema que é objecto deste estudo: a responsabilidade civil na imprensa. Será, assim, necessário adaptar a verificação de cada requisito às circunstâncias concretas e próprias em que se desenrola a actividade dos agentes da imprensa. Como tal, esta análise terá não só em conta a responsabilidade civil do autor do conteúdo publicado (na maior parte dos casos, um jornalista), como também, com especial acuidade face às questões que pretendemos abordar após essa análise, a responsabilidade civil do director da publicação periódica e da empresa jornalística.

### 3.1. O facto

Para que se possa considerar verificado este primeiro requisito da responsabilidade civil, temos de estar perante um **facto voluntário** do lesante. É necessário que o facto tenha sido “dominável ou controlável pela vontade”, traduzindo-se num verdadeiro “comportamento” ou em qualquer “forma de conduta humana”, pois só perante estes fará sentido aferir dos restantes requisitos da responsabilidade civil, nomeadamente da ilicitude e da culpa<sup>50</sup>.

Nesta medida, podemos estar perante um **facto positivo**, *i.e.* uma acção, ou perante um **facto negativo**, *i.e.* uma omissão. Quanto ao facto positivo, no âmbito da imprensa, tratar-se-á, em regra, do acto do jornalista traduzido na criação do conteúdo publicado, *v.g.* a redacção do texto da notícia ou artigo, a criação ou inserção da imagem. A par deste acto de directa autoria e criação do conteúdo, pode ser simultaneamente relevante a acção da empresa jornalística e/ou do director da publicação, que se traduz na publicação e divulgação daquele conteúdo. No entanto, na maior parte dos casos, quanto a estes dois últimos agentes da imprensa, assumirá maior relevância a sua responsabilidade por omissão. Nos termos do artigo 486.º do CC, “[a]s simples omissões dão lugar à obrigação de reparar os danos, quando, independentemente dos outros requisitos legais, havia, por força da lei ou de negócio jurídico,

---

*das Obrigações*, I, 12.<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2015, pp. 256-257, CARNEIRO DA FRADA, *Direito civil – Responsabilidade civil – O método do caso*, Almedina, Coimbra, 2006, p. 63, BRANDÃO PROENÇA, *Direito das Obrigações – Relatório sobre o programa, o conteúdo e os métodos de ensino da disciplina*, Publicações Universidade Católica, Porto, 2007, pp. 179-195, RIBEIRO DE FARIA, *Direito das Obrigações*, I, Almedina, Coimbra, 1990, p. 413. Ainda antes da vigência do CC de 1966, VAZ SERRA adoptava uma formulação que apenas variava desta que veio a ser generalizadamente adoptada pelos civilistas portugueses na referência a “acção”, em vez de “facto” (embora já se reconhecesse que tal conceito compreendia tanto as acções ou factos positivos como as omissões ou factos negativos), e na referência a “antijuridicidade”, em vez de “ilicitude”, cf. “Requisitos da responsabilidade civil”, in *Boletim do Ministério da Justiça*, nº 92, Janeiro de 1960, p. 39.

<sup>50</sup> Cf. ANTUNES VARELA, *Das Obrigações Em Geral*, I, (...), p. 527.



o dever de praticar o acto omitido”. Daqui resulta que, ao contrário do que sucede na responsabilidade civil baseada numa acção (facto positivo), só haverá responsabilidade civil por omissão (facto negativo) nos casos em que o agente que omitiu determinado acto se encontrava legal ou contratualmente obrigado a praticá-lo<sup>51</sup>. E é neste ponto que se torna discutível a extensão da responsabilidade civil por omissão do director da publicação periódica. Na falta de clareza legislativa quanto a este ponto, subsiste a questão de saber se, e em que medida, o director se encontra adstrito a um dever de conhecimento antecipado das matérias a publicar em ordem a impedir a divulgação daquelas susceptíveis de gerar responsabilidade civil. Menos discutível é a resposta à questão de saber se esse dever existe em ordem a evitar que, com a publicação de determinadas matérias, sejam cometidos crimes. Pelo menos desde a prolação do acórdão do Tribunal Constitucional n.º 270/87<sup>52</sup>, se não antes, resulta claro que a resposta a esta última questão será afirmativa, dada a gravidade das ofensas a bens jurídicos penalmente tutelados. Neste ponto, remetemos para a análise a que procederemos no final deste trabalho.

### 3.2. A ilicitude

Para além da verificação de um facto voluntário do lesante, é necessário, para que haja lugar a obrigação de indemnizar, que tal facto seja ilícito. Mas em que se traduz a ilicitude?

Conforme resulta do artigo 483.º do CC<sup>53</sup>, existem duas principais formas de ilicitude: a violação de direitos de outrem e a violação de disposições legais destinadas a proteger interesses alheios.

A *primeira forma de ilicitude (violação de direitos de outrem)* implica a violação de um direito subjectivo ou, noutra perspectiva, o desrespeito de um dever geral de abstenção ou de

---

<sup>51</sup> Como adiantaremos com maior acuidade a propósito do pressuposto da ilicitude, os casos mais frequentes de responsabilidade civil na imprensa correspondem a violações de direitos de personalidade, pelo que existem algumas especificidades a apontar, nomeadamente, neste âmbito, “em regra, pode ser fonte de responsabilidade a violação de direito de personalidade que ocorre por acção, mas não é de excluir que ela exista nos casos que a violação ocorre por omissão, sempre que e apenas quando for de afirmar a existência de um dever de praticar o acto omitido”, cf. AAVV, *Comentário ao Código Civil – Parte Geral*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2014, p. 173.

<sup>52</sup> Datado de 10 de Julho de 1987 (proc. n.º 244/86, 1.ª secção, relator MONTEIRO DINIS), disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos>.

<sup>53</sup> Sobre o conceito de ilicitude que resulta deste artigo do CC, em especial, cf. NUNO PINTO OLIVEIRA, “Sobre o conceito de ilicitude do art. 483º do Código Civil”, in *Estudos em Homenagem a Francisco José Veloso*, Braga, 2002, pp 521-544.



não ingerência na esfera de acção do titular de um direito absoluto.

Na esmagadora maioria dos casos, os factos geradores de responsabilidade civil na imprensa traduzir-se-ão na *violação de direitos de personalidade*, entre os quais o direito à reserva sobre a intimidade da vida privada, o direito à imagem e o direito ao crédito e ao bom nome. Tal é reconhecido consensualmente pela doutrina que, ao abordar a responsabilidade civil por factos cometidos através da imprensa, se refere aos factos violadores de direitos de personalidade como as situações mais frequentes neste âmbito, ou mesmo disserta sobre estes no âmbito do tema sem sequer fazer referência a qualquer outro tipo de factos ilícitos, tal a frequência e a evidência com que, nesta sede, surgem os direitos de personalidade.<sup>54</sup> Da mesma forma, na jurisprudência, os casos de responsabilidade civil na imprensa decididos pelos tribunais superiores prendem-se, quase exclusivamente, com a violação de direitos de personalidade. O principal desafio com o qual os tribunais se deparam, neste âmbito, traduz-se precisamente em decidir, perante cada caso concreto, sobre a solução a dar ao conflito entre os direitos de liberdade de imprensa e de informação, por um lado, e os direitos de personalidade, por outro<sup>55</sup>. Neste âmbito, é frequente o recurso ao instituto da colisão de direitos, conforme veremos na análise que reservamos para a secção 5 do presente capítulo.

A ilicitude pela violação de direitos de personalidade corresponde à violação de direitos subjectivos, *i.e.* à primeira das formas de ilicitude *supra* enunciadas. Ora, “[o]s direitos de personalidade são posições jurídicas fundamentais do homem que ele tem pelo simples facto de nascer e viver; são aspectos imediatos da existência de integração do homem; são condições essenciais ao seu ser e devir; revelam o conteúdo necessário da personalidade; são emanções da personalidade humana em si; são direitos de exigir de outrem o respeito da própria personalidade; têm por objecto, não algo de exterior ao sujeito, mas modos de ser físicos e morais da pessoa ou bens da personalidade física, moral e jurídica ou manifestações parcelares da personalidade humana”<sup>56</sup>. Como tal, estes direitos de personalidade são objecto de uma ampla tutela, que resulta, desde logo, do artigo 26.º da CRP. Este preceito

---

<sup>54</sup> Cf. ARONS DE CARVALHO / MONTEIRO CARDOSO / JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, *Direito da Comunicação Social* (...), pp. 378 ss.; MARIA MANUEL BASTOS / NEUZA LOPES, *Comentário à Lei de Imprensa e ao Estatuto do Jornalista* (...), p. 118; MORAES ROCHA, *Nova Lei de Imprensa* (...), p. 91; LUÍS BRITO CORREIA, *Direito da Comunicação Social*, I, (...), p. 575 e pp. 587 ss.

<sup>55</sup> Cf., a título de exemplo, os acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 29-01-2015 (proc. n.º 24412/02.6TVLSB.L1.S1, relator: TÁVORA VICTOR), 21-10-2014 (proc. n.º 941/09.0TVLSB.L1.S1, relator: GREGÓRIO SILVA JESUS), 20-01-2010 (proc. n.º 1839/06.9TVLSB.L1.S1, relator: FONSECA RAMOS) e 08-03-2007 (proc. n.º 07B566, relator: SALVADOR DA COSTA). Disponíveis em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>56</sup> Cf. JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, IV, 3.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2000, pp. 58-59.

constitucional consagra como direitos, liberdades e garantias pessoais alguns direitos de personalidade, tais como “os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação”. Enquanto direitos, liberdades e garantias, estes direitos encontram-se ao abrigo do regime do artigo 18.º da CRP, sendo, assim, os preceitos que os regulam directamente aplicáveis e vinculativos para entidades públicas e privadas (n.º 1), só podendo ser restringidos de forma tal que se limite ao “necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos” (n.º 2), devendo as normas que estabeleçam essas restrições revestir carácter geral e abstracto, não podendo ter efeito retroactivo nem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial daqueles direitos (n.º 3). Como notam os constitucionalistas JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS<sup>57</sup>, “depois de enunciados os direitos básicos relativos à vida e à integridade física e moral” - respectivamente, nos artigos 24.º e 25.º da CRP - “são tipificados, neste artigo 26.º «outros direitos pessoais», também implicados no princípio geral do respeito pela dignidade e personalidade humana”. Assim, “[e]sta disposição apresenta-se, concretamente, como a sede fundamental do direito geral de personalidade”, constituindo “expressão directa do postulado básico da dignidade humana que a Constituição consagra logo no artigo 1.º como valor básico logicamente anterior à própria ideia do Estado de Direito democrático e que constitui a referência primeira em matéria de direitos fundamentais”. É assim que o direito geral de personalidade se tornou hoje “um dado consensual na doutrina constitucional e civilística dos diversos países com experiências jurídicas próximas da nossa”, trazendo uma “tutela abrangente de todas as formas de lesão de bens de personalidade independentemente de estarem ou não tipicamente consagrados”<sup>58</sup>.

É sob este pano de fundo constitucional que, no plano civil, a tutela geral da personalidade é proclamada pelo artigo 70.º do CC de forma ampla, à semelhança do que sucede nos demais países europeus<sup>59</sup>. Trata-se de um “direito-quadro” ou de uma cláusula geral através da qual “a lei protege os indivíduos contra qualquer ofensa ilícita ou ameaça de ofensa à sua personalidade física ou moral” (cf. artigo 70.º, n.º 1). Como não podia deixar de ser, para além de proclamar a tutela geral dos direitos de personalidade, a lei concretiza os meios através dos

---

<sup>57</sup> Cf. *Constituição Portuguesa Anotada*, I, (...), p. 282.

<sup>58</sup> Cf. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, I, (...), p. 283.

<sup>59</sup> Cf. ARONS DE CARVALHO / MONTEIRO CARDOSO / JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, *Direito da Comunicação Social* (...), p. 378.

quais estes podem ser coercivamente tutelados. É assim que o n.º 2 do artigo 70.º estabelece que “[i]ndependentemente da responsabilidade civil a que haja lugar, a pessoa ameaçada ou ofendida pode requerer as providências adequadas às circunstâncias do caso, com o fim de evitar a consumação da ameaça ou atenuar os efeitos da ofensa já cometida”. Daqui resulta que os meios de tutela geral da personalidade legalmente previstos não se esgotam na garantia de responsabilização civil do lesante dos direitos de personalidade, com o consequente direito de lesado a obter daquele uma indemnização pelos danos causados pela ofensa. Para defender de forma mais eficiente os seus direitos de personalidade, o indivíduo dispõe ainda da possibilidade de requerer as providências adequadas a evitar a consumação da ameaça aos seus direitos de personalidade ou a atenuar os efeitos da ofensa já verificada. A consagração desta possibilidade no CC pode ser hoje, à luz do Direito Processual Civil vigente, enquadrada no âmbito dos procedimentos cautelares, regulados nos artigos 362.º e seguintes do Código de Processo Civil. Constituindo instrumentos céleres e simplificados, os procedimentos cautelares asseguram a efectividade do direito ameaçado, mediante uma medida provisória que acautela o efeito útil, quer das acções de responsabilidade civil, de forma genérica, quer das acções especiais de tutela da personalidade<sup>60</sup>, reguladas nos artigos 878.º e seguintes do CPC.

Consagrando o n.º 1 do artigo 70.º do CC uma cláusula geral no âmbito da tutela da personalidade, daí resulta que, ao lado dos direitos especificamente previstos, como o direito ao nome (artigo 72.º), o direito à imagem (artigo 79.º) e o direito à reserva sobre a intimidade da vida privada (artigo 80.º), a lei civil reconhece, em harmonia com a CRP, um **direito geral da personalidade**<sup>61</sup>. Esta opção do legislador português pela consagração de uma **cláusula geral** permite que possam ser, a cada momento, desvendados e tutelados “novos bens, novos modos de ser da personalidade (...) sem necessidade de uma previsão normativa específica”<sup>62</sup>. Todavia, a par das vantagens da referida opção legislativa, que tem permitido aos tribunais assegurar uma adequada tutela a direitos não tipificados na lei, existem contrapartidas relacionadas com a dimensão da amplitude desta tutela geral, que tem levantado “problemas

---

<sup>60</sup> Cf. ARONS DE CARVALHO / MONTEIRO CARDOSO / JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, *Direito da Comunicação Social* (...), p. 379.

<sup>61</sup> Sobre a natureza jurídica do direito geral de personalidade, em especial, cf. RABINDRANATH CAPELO DE SOUSA, cf. *O direito geral de personalidade*, Coimbra Editora, Coimbra, 1995, pp. 605 ss. Como aponta ANA FILIPA MORAIS ANTUNES, cf. *Comentário aos artigos 70.º a 81.º do Código Civil (Direitos de personalidade)*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2012, p. 62, não é consensual a afirmação de um direito geral de personalidade fundado, designadamente, na norma do artigo 70.º do CC, enquanto direito subjectivo autónomo.

<sup>62</sup> Cf. ARONS DE CARVALHO / MONTEIRO CARDOSO / JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, *Direito da Comunicação Social* (...), p. 378.

complexos de concretização, que apenas se podem resolver de forma adequada, através da ponderação dos interesses em conflito”<sup>63</sup>.

Por sua vez, a *segunda forma de ilicitude (violação de disposições legais destinadas a proteger interesses alheios)*, constante do n.º 1 do artigo 483.º do CC, traduz-se na “infracção de leis que, embora protejam interesses particulares, não conferem aos respectivos titulares um direito subjectivo a essa tutela; e de leis que, tendo também ou até principalmente em vista a protecção de interesses colectivos, não deixam de atender aos interesses particulares subjacentes (de indivíduos ou de classes ou grupos de pessoas)”<sup>64</sup>. A doutrina civilística tem comumente apontado três requisitos cumulativos cuja verificação é necessária (a acrescer à verificação dos demais requisitos gerais da responsabilidade civil) para que esta segunda forma de ilicitude gere a obrigação de indemnizar: (1) “que à lesão dos interesses dos particulares corresponda a ofensa de uma norma legal”; (2) “que se trate de interesses alheios legítimos ou juridicamente protegidos por essa norma”; e (3) “que a lesão se efective no próprio bem jurídico ou interesse privado que a lei tutela”<sup>65</sup>. Embora esta forma de ilicitude possa verificar-se no âmbito da responsabilidade civil na imprensa, entendemos que a sua relevância e frequência serão, neste sede, bastante menores do que as da primeira forma de ilicitude, especialmente sob a forma de violação de direitos de personalidade, bem como da forma especial de ilicitude que se abordará em seguida.

Para além das duas grandes variantes da ilicitude já referidas, existem, em sede de responsabilidade civil, outras **formas especiais de ilicitude**. Merece especial destaque, no âmbito da actividade da imprensa, a forma especial de ilicitude estabelecida no artigo 484.º do CC: a **ofensa do crédito ou do bom nome**<sup>66</sup>. Nos termos da referida norma, “[q]uem afirmar ou difundir um facto capaz de prejudicar o crédito ou o bom nome de qualquer pessoa, singular ou colectiva, responde pelos danos causados”. O facto de este tipo de actos – afirmação ou difusão de factos ofensivos do crédito ou bom nome das pessoas – se encontrar

---

<sup>63</sup> Cf. ARONS DE CARVALHO / MONTEIRO CARDOSO / JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, *Direito da Comunicação Social* (...), p. 378.

<sup>64</sup> Cf. ANTUNES VARELA, *Das Obrigações em Geral*, I, (...), p. 536.

<sup>65</sup> Cf. ALMEIDA COSTA, *Direito das Obrigações*, 12.ª ed., Almedina, Coimbra, 2009, p. 563. O substrato dos requisitos ora enunciados corresponde ao propugnado pela generalidade da doutrina civilística portuguesa, apenas divergindo as formulações adoptadas por cada autor, cf., a título exemplificativo, MENEZES CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, VIII (...), pp. 451-452, MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações*, I, (...), pp. 265-266,

<sup>66</sup> Sobre este tema, merece destaque a obra de FILIPE ALBUQUERQUE MATOS, *Responsabilidade Civil por Ofensa ao Crédito ou ao Bom Nome*, Almedina, Coimbra, 2011. Ao lado da prevista no artigo 484.º do CC, outra forma especial de ilicitude que tem merecido a atenção da doutrina é a prevista no artigo 485.º do CC, relativa à responsabilidade civil por conselhos, recomendações ou informações prestadas. Sobre este tema, em especial, cf. JORGE SINDE MONTEIRO, *Responsabilidade por conselhos, recomendações ou informações*, Almedina, Coimbra, 1989.

especialmente previsto na lei não significa que, na análise da responsabilidade civil resultante da prática dos mesmos, se dispense a verificação dos demais requisitos gerais da responsabilidade civil. Da sua consagração especial em sede legal não se retira que estes casos sejam mais do que casos especiais de factos ilícitos, pelo que se deve considerar que estão subordinados ao princípio geral da responsabilidade civil plasmado no artigo 483.º do CC. Quanto aos requisitos de aplicação do artigo 484.º do CC, desde logo se infere da redacção deste preceito legal que “tem de haver a imputação de um facto, não bastando alusões vagas e gerais”<sup>67</sup>. Nesse sentido, a imputação do facto tem de ser feita com referência a uma pessoa determinada, que pode, no entanto, ser uma pessoa singular ou uma pessoa colectiva. Além disso, a imputação do facto tem de ser susceptível de prejudicar o crédito ou bom nome da pessoa em concreto. Neste âmbito, ANTUNES VARELA define o “prejuízo do crédito” como a diminuição da “confiança na capacidade e na vontade da pessoa para cumprir as suas obrigações” e o “prejuízo do bom nome” como o abalo do “prestígio de que a pessoa goze ou o bom conceito em que ela seja tida (...) no meio social em que vive ou exerce a sua actividade”<sup>68</sup>. É ainda discutido se a aplicação desta norma se encontra dependente de ter havido, da parte do lesante, uma intenção específica de ofender o crédito ou bom nome do lesado, *i.e.* da verificação do *animus difamandi* ou *animus injuriandi*<sup>69</sup>. Como já referido, esta norma não se subtrai ao funcionamento global dos princípios da responsabilidade civil extracontratual e, como tal, o grau de culpa exigido não deverá ser superior ao que resulta da aplicação das normas gerais nesta matéria, *i.e.* do artigo 487.º do CC. Assim, entendemos que o dever de indemnizar não depende de “intencionalidade ofensiva”, bastando a mera culpa para que haja lugar a responsabilidade civil ao abrigo do artigo 484.º do CC, sendo que “a existência de dolo só influi no montante da indemnização”<sup>70</sup>. Face à redacção do artigo 484.º do CC, que apenas refere a imputação de um “facto”, sem qualquer especificação adicional quanto à natureza desse facto, entendemos que, para a aplicação desta norma legal, em regra, será irrelevante se o facto é verdadeiro ou falso. Por um lado, onde o legislador não distinguiu, não deve o intérprete distinguir, ainda para mais quando fruto dessa interpretação

---

<sup>67</sup> Cf. ALMEIDA COSTA, *Direito das Obrigações* (...), p. 564.

<sup>68</sup> Cf. *Das Obrigações em Geral*, I, (...), p. 549.

<sup>69</sup> Apontando o *animus difamandi* ou *animus injuriandi* como requisito de aplicação do artigo 484.º do CC, cf. PIRES DE LIMA, ANTUNES VARELA, *Código Civil Anotado*, I, 1.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 1967, p. 331. Porém, na 4ª edição revista e actualizada da citada obra (1997), na anotação ao referido artigo 484º do CC, estes autores já não fazem qualquer referência à exigência de tal elemento. Expressamente propugnando a dispensa deste elemento, cf. PESSOA JORGE, *Ensaio sobre os pressupostos da responsabilidade civil*, Almedina, Coimbra, 1999 (reimpressão), p. 310.

<sup>70</sup> Cf. acórdão do STJ de 27-05-97 (proc. n.º 96A918; relator: CARDONA FERREIRA), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

restritiva se exclui a aplicação desta disposição legal a tantos casos que a sua *ratio* pretendeu acautelar. Além disso, como já referimos *supra*, o artigo 484.º do CC consagra uma forma especial de ilicitude que, apesar de merecer uma norma expressa que a consagre, decorre do princípio geral da responsabilidade civil extracontratual plasmado no artigo 483.º, pelo que, no limite, ainda que aquela norma não existisse, não deixaria de haver lugar a responsabilidade civil por ofensa do crédito e bom nome. Não decorre dos princípios gerais da responsabilidade extracontratual qualquer exigência no sentido de que o facto afirmado ou divulgado tenha que ser falso para poder dar azo à responsabilização civil, apenas se exigindo que seja ofensivo do crédito ou bom nome, nos termos do artigo 484.º. Assim, “não é possível determinar *a priori* se a divulgação do facto atentatório deve reportar-se a factos falsos ou, também, verdadeiros”, sendo “indubitável que a divulgação de um facto verdadeiro pode, em certo contexto, atentar contra o bom-nome e a reputação de uma pessoa” e que, “por outro lado, a divulgação de um facto falso atentatório pode não constituir um delito – por carência, por exemplo, de elemento voluntário”, estando ambos os casos sujeitos ao “funcionamento global das regras da imputação delitual”<sup>71</sup>. É por estas razões que aceitamos, como regra geral, no que respeita à aplicação do artigo 484.º do CC, a da irrelevância da veracidade ou falsidade do facto, acompanhando a generalidade da doutrina<sup>72</sup>. É de destacar a posição de PESSOA JORGE neste âmbito, autor que entende que “não haverá responsabilidade se o facto afirmado ou difundido for verdadeiro, desde que não haja ofensa à honra”, propugnando o acolhimento da *exceptio veritatis*<sup>73</sup>. Este brocado latino, literalmente traduzido, significa a excepção da verdade, e, a ser acolhido no âmbito do artigo 484.º do CC, significará que não há lugar a responsabilidade civil se o facto afirmado ou difundido for verdadeiro. No âmbito do Direito Penal, paralelamente ao funcionamento das causas de justificação previstas na Parte Geral do CP – cf. artigos 31º a 39º -, o legislador previu a *exceptio veritatis* como uma especial causa de justificação em matéria de crimes contra a honra, mais especificamente nos crimes de difamação (cf. artigo 180º, n.ºs 2 a 4, do CP) e injúria (por força da remissão feita pelo artigo 181º, n.º 2, do CP). Provada a veracidade do facto objecto da difamação ou da injúria, verifica-se o preenchimento desta causa de justificação, o que significa que a conduta

---

<sup>71</sup> Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Obrigações*, II, reimp. (1990), Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 1986, pp. 349-350.

<sup>72</sup> Cf. ANTUNES VARELA, *Das Obrigações em Geral*, I, (...), p. 548; ALMEIDA COSTA, *Direito das Obrigações* (...), p. 564; MENEZES CORDEIRO, *Direito das Obrigações*, II, reimp. (1990), Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 1986, pp. 348-350; MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações*, I, (...), pp. 269-270.

<sup>73</sup> Cf. *Ensaio sobre os pressupostos da responsabilidade civil* (...), p. 310.



não será punível, uma vez que a sua ilicitude é excluída, nos termos gerais previstos no artigo 31.º, n.º 1, do CP. Ora, tendo em conta que os crimes de difamação e injúria são os crimes mais frequentemente cometidos na imprensa, e uma vez que resulta do artigo 30.º n.º 1 da LI uma remissão geral para o CP, podemos concluir que a *exceptio veritatis* tem aplicação quando aqueles crimes sejam cometidos através da imprensa. Assim, há lugar à aplicação do artigo 180.º, n.º 2, do CP, que estabelece que a conduta não é punível quando se verificarem dois requisitos, cumulativamente: “a) a imputação for feita para realizar interesses legítimos; b) o agente provar a verdade da mesma imputação ou tiver tido fundamento sério para, em boa fé, a reputar verdadeira”. Não existem dúvidas quanto ao facto de estes requisitos serem cumulativos, pelo que a lei exige a sua verificação em simultâneo, não bastando que a imputação seja verdadeira, sendo também exigível que tenha sido feita com vista à realização de interesses legítimos. Para este efeito, tem sido entendido que só está coberta por esta causa de justificação a actividade da imprensa que se possa incluir na sua “função pública, onde cabe toda a sua actividade relativa à formação democrática e pluralista da opinião pública em matéria social, política, económica e cultural”<sup>74</sup>, pois só nestes domínios se pode afirmar existir um interesse legítimo, expresso no papel da imprensa na formação da opinião pública em áreas de indiscutível relevância, que justifique a intervenção de uma causa de justificação em matéria penal. Este interesse na divulgação do facto não se torna legítimo pelo facto de a pessoa visada pertencer à vida pública, pois há sempre que ter em conta a ressalva feita pelo artigo 180.º, n.º 3, do CP, nos termos do qual esta causa de justificação “não se aplica quando se tratar da imputação de facto relativo à intimidade da vida privada e familiar”. Face a este quadro penal, importa saber se o regime do artigo 484.º do CC acolhe a *exceptio veritatis*. Numa interpretação literal da referida norma, deve concluir-se que esta excepção não é acolhida no âmbito da responsabilidade civil por afirmação ou divulgação de factos ofensivos do crédito ou bom nome<sup>75</sup>. No entanto, alguns autores, tais como ALMEIDA COSTA<sup>76</sup> e MENEZES LEITÃO<sup>77</sup>, apesar de reconhecerem que a regra neste âmbito corresponde à irrelevância da veracidade ou falsidade do facto<sup>78</sup>, admitem a *exceptio veritatis* quando esteja

---

<sup>74</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “Direito de Informação e Tutela da Honra do Direito Penal da Imprensa Português”, in *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, n.º 3698, 115.º ano, 1982/1983, p. 136.

<sup>75</sup> Pronunciando-se contra o acolhimento da *exceptio veritatis* neste âmbito, cf. ANTUNES VARELA, *Das Obrigações em Geral*, I, (...) p. 548.

<sup>76</sup> Cf. *Direito das Obrigações* (...), p. 564.

<sup>77</sup> Cf. *Direito das Obrigações*, I, (...), pp. 269-270.

<sup>78</sup> Tal como reconhece o STJ, cf., a título exemplificativo, no acórdão de 29-01-2015 (proc. n.º 24412/02.6TVLLSB.L1.S1, relator TÁVORA VICTOR), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt): “Deverá dizer-se à partida, que, à face do estatuído no artigo 484.º do Código Civil, para que o agente seja passível de responsabilidade civil

em causa a protecção de interesses legítimos. Enquanto no campo das ideias e opiniões sobre os mais variados temas, o ordenamento jurídico admite uma grande liberdade de expressão, que conhece poucas limitações no âmbito da responsabilidade civil e penal, o mesmo não se passa com a imputação de factos a pessoas concretas, em especial de factos ofensivos do seu crédito ou bom nome, como razoavelmente se compreende. Efectivamente, num Estado de Direito democrático, é preferível uma imprensa que contribua para um constante debate público e uma sã discussão de ideias, que podem resultar em valiosas conquistas para a sociedade, do que para a divulgação de factos relativos à personalidade e vida de cada um, potenciadora de transtornos e conflitos entre as pessoas. No entanto, como nota FILIPE ALBUQUERQUE MATOS<sup>79</sup>, verificam-se grandes “dificuldades distintivas entre as declarações de facto e os juízos de valor”, devido à “omnipresença de uma atitude valorativa no universo da narração dos factos”.

### 3.3. A culpa

A culpa é um dos requisitos da responsabilidade civil, traçando a fronteira entre a responsabilidade civil subjectiva (dependente da verificação de culpa) e a responsabilidade civil objectiva (independente de culpa, constitui responsabilidade pelo risco). A regra é a responsabilidade por factos ilícitos e culposos, como decorre do disposto do n.º 2 do artigo 483.º do CC, que dispõe que “[s]ó existe obrigação de indemnizar independentemente de culpa nos casos especificados na lei”.

No requisito da culpa está em causa a aferição de um “nexo de imputação do facto ao lesante”, aliado a um “juízo de censura ou reprovação” sobre o facto<sup>80</sup>.

Quanto ao primeiro elemento, desde logo, só pode haver culpa se houver imputabilidade do agente que praticou o facto. Numa formulação pela negativa, resulta do artigo 488.º, n.º 1, do

---

não é por vezes necessário que o facto por ele divulgado seja falso, já que poderá bastar a idoneidade de prejudicar o crédito ou bom nome alheios, quer se trate de uma pessoa singular ou colectiva. O Código Civil afastou-se assim neste particular do Anteprojecto Vaz Serra onde se propugnava que fosse condição sine qua non da ilicitude da conduta do agente, o facto de o mesmo afirmar ou difundir um facto “contra a verdade”, aliás à semelhança do que sucede no artigo 824º do BGB Alemão. Isto não quer dizer, como é óbvio, que devam ser tratados identicamente a notícia verdadeira e a falsa em termos indemnizatórios; trata-se de duas situações distintas em termos de ilicitude e culpa, que, como é óbvio, impõem sanções diversas – artigo 487º n.º 2 do Código Civil”.

<sup>79</sup> Cf. *Responsabilidade Civil por Ofensa ao Crédito ou ao Bom Nome (...)*, pp. 267 ss.

<sup>80</sup> Cf. ANTUNES VARELA, *Das Obrigações em Geral*, I, (...) p. 562.



CC, que “[n]ão responde pelas consequências do facto danoso quem, no momento em que o facto ocorreu, estava, por qualquer causa, incapacitado de entender ou querer, salvo se o agente se colocou culposamente nesse estado, sendo este transitório”. Presumindo-se a falta de imputabilidade “nos menores de sete anos e nos interditos por anomalia psíquica” (cf. artigo 488.º, n.º 2, do CC), fora destes casos a inimputabilidade terá de ser provada. No entanto, um dos exemplos clássicos de inimputabilidade (não presumida) apontados pela doutrina é o da embriaguez do agente que pratica o facto<sup>81</sup>, ainda que, mesmo neste caso, o agente possa responder se se tiver colocado culposamente nesse estado uma vez que o estado de embriaguez é um estado transitório (cf. parte final do n.º 1 do artigo 488.º do CC). Mesmo verificada a inimputabilidade, em certos casos especiais, por motivos de equidade, pode o tribunal condenar o agente inimputável no pagamento de uma indemnização ao lesado, como resulta do artigo 489.º do CC.

Não bastando a imputabilidade do agente, deve ser chamado à colação o segundo elemento referido *supra*: o juízo de censura ou reprovação sobre o acto praticado pelo agente. Neste âmbito, verificando-se que a conduta do agente é reprovável, há ainda que distinguir os diversos graus de culpa. Desde logo, é o próprio artigo 483.º, n.º 1, do CC, que, ao enunciar o princípio geral da responsabilidade civil, distingue o **dolo** da **mera culpa**. Coincidindo a mera culpa com a negligência, que se traduz no “simples desleixo, imprudência ou inaptidão”<sup>82</sup>, por sua vez, no dolo “o agente tem a representação do resultado danoso” do seu acto e pratica-o com a intenção de o produzir ou aceitando reflexamente que ele se produzirá como efeito do seu acto<sup>83</sup>.

Os casos de dolo são mais graves e censuráveis, sendo um exemplo clássico de dolo na actividade da imprensa o do jornalista que intencionalmente publica uma notícia que sabe que causará danos a determinada(s) pessoa(s) precisamente com a intenção de a(s) prejudicar, não

---

<sup>81</sup> Cf. PIRES DE LIMA, ANTUNES VARELA, *Código Civil Anotado*, I, 1.ª ed. (...), p. 334.

<sup>82</sup> Cf. ALMEIDA COSTA, *Direito das Obrigações* (...), p. 582. Dentro da categoria da negligência, é frequente a distinção entre **negligência consciente** (“o autor prevê a produção do facto ilícito como possível, mas por *leviandade, precipitação, desleixo* ou *incúria* crê na sua não verificação, e só por isso não toma as providências necessárias para o evitar”) e **negligência inconsciente** (“o agente não chega sequer, por *imprevidência, descuido, imperícia* ou *inaptidão*, a conceber a possibilidade de o facto se verificar, podendo e devendo prevê-lo e evitar a sua verificação, se usasse da diligência devida”), cf. ANTUNES VARELA, *Das Obrigações em geral*, I, (...) p. 573.

<sup>83</sup> Cf. ALMEIDA COSTA, *Direito das Obrigações* (...), p. 582. Dentro da categoria do dolo, é frequente a distinção entre **dolo directo** (“o autor do facto age com o intuito de atingir o resultado ilícito da sua conduta, que de antemão representou e quis”), **dolo indirecto ou necessário** (“o agente não tem intenção de causar o resultado ilícito, mas bem sabe que este constituirá uma consequência necessária e inevitável do efeito imediato que a sua conduta visa”) e **dolo eventual** (“o agente representa o resultado ilícito, mas o dano surge apenas como consequência meramente possível – e não necessária – da sua conduta, actuando ele sem confiar que o mesmo não se produza”), cf. ALMEIDA COSTA, *Direito das Obrigações* (...), pp. 582-583.

havendo nenhum interesse legítimo na publicação dessa notícia. No entanto, os casos mais comuns nesta sede serão os casos de negligência do jornalista, nomeadamente quanto à averiguação dos factos ou acontecimentos relatados.

Por força do artigo 14.º do EJ, impendem sobre os jornalistas vários deveres inerentes à sua actividade, sendo de destacar, neste âmbito, o dever de “[i]nformar com rigor e isenção, rejeitando o sensacionalismo e demarcando claramente os factos da opinião” (cf. n.º 1, alínea a), o dever de “[p]rocurar a diversificação das suas fontes de informação e ouvir as partes com interesses atendíveis nos casos de que se ocupem” (cf. n.º 1, alínea d), bem como de “[i]dentificar, como regra, as suas fontes de informação, e atribuir as opiniões recolhidas aos respectivos autores” (cf. n.º 1, alínea f), o dever de abstenção de “formular acusações sem provas e respeitar a presunção de inocência” (cf. n.º 2, alínea c), bem como de “recolher declarações ou imagens que atinjam a dignidade das pessoas através da exploração da sua vulnerabilidade psicológica, emocional ou física” (cf. n.º 2, alínea d) e o dever de “[p]reservar, salvo razões de incontestável interesse público, a reserva da intimidade, bem como respeitar a privacidade de acordo com a natureza do caso e a condição das pessoas” (cf. n.º 2, alínea h).

Estão aqui em causa deveres deontológicos dos jornalísticas, sendo que, nos termos do n.º 3 do artigo 14.º do EJ, a violação da “componente deontológica” dos mesmos “apenas pode dar lugar ao regime de responsabilidade disciplinar” previsto no EJ (cf. artigo 21.º). Todavia, a ressalva inicial desta mesma norma contida no n.º 3 do artigo 14.º do EJ (“[s]em prejuízo da responsabilidade civil que ao caso couber nos termos gerais”) permite concluir que, se com a violação de algum destes deveres por parte de um jornalista, se produzirem danos na esfera de alguém, verificados os demais pressupostos gerais, haverá lugar a responsabilidade civil. Em rigor, apenas “a violação da componente deontológica [destes] deveres” gera responsabilidade disciplinar, sendo que, fora dessa componente deontológica, “a responsabilidade civil ou criminal, verificados os seus pressupostos (...), não pode ser afastada pela aplicação de pena disciplinar ao jornalista”<sup>84</sup>. Assim, sob o prisma da responsabilidade civil, estes deveres dos jornalistas traduzem-se em deveres de cuidado na elaboração dos conteúdos de sua autoria que serão publicados e divulgados ao público. Neste âmbito, deve distinguir-se ainda “de acordo com a amplitude do universo de destinatários, um diverso grau de exigências de cuidado”, sendo que “o dever de cuidado deverá ser maior num periódico de âmbito nacional

---

<sup>84</sup> Cf. MARIA MANUEL BASTOS / NEUZA LOPES, *Comentário à Lei de Imprensa e ao Estatuto do Jornalista (...)*, p. 274.

do que no de mero âmbito regional”, e “de acordo com este raciocínio, o poder de difusão é directamente proporcional ao dever de fiabilidade da informação e essa gradação pautará a medida da responsabilização”<sup>85</sup>.

No que respeita ao papel do director da publicação periódica, afigura-se que, sendo um jornalista, ele poderá ser responsabilizado pelos conteúdos publicados que sejam da sua autoria, nos mesmos termos que os demais jornalistas. No entanto, os casos mais comuns de responsabilidade civil do director serão aqueles em que ele intervém, não como autor, mas como instigador ou auxiliar (cf. artigo 490.º do CC), em cooperação com o autor do conteúdo publicado. Nesse caso, tanto os autores da peça como o director serão solidariamente responsáveis pelos danos que hajam causado, nos termos do artigo 490.º e 497.º do CC. Aqui os graus de culpa de cada um dos responsáveis influirão no direito de regresso, nos termos do artigo 497.º, n.º 2, do CC, presumindo-se, à partida, iguais as culpas das pessoas responsáveis, mas podendo esta presunção ser ilidida pelos interessados<sup>86</sup>. Além disso, tendo o director um importante papel nos procedimentos relativos ao exercício dos direitos de resposta e de rectificação, regulados nos artigos 24.º e seguintes da LI, ele pode ser responsabilizado se, com a sua conduta, obstar ao exercício desses direitos injustificadamente, causando danos que lhe caberá ressarcir, apesar de aqueles procedimentos serem independentes do processo por responsabilidade civil a que haja lugar (cf. artigo 24.º, n.º 5, da LI). Isto porque, como resulta implicitamente do artigo 27.º, n.º 2, da LI, é ao director do periódico que cabe dar satisfação ao direito de resposta ou de rectificação, o que se traduz em publicar uma rectificação a uma referência de facto inverídica ou errónea que diga respeito a determinada pessoa e que tenha sido publicada no periódico (cf. artigo 24.º, n.º 2, da LI) ou em publicar a resposta da pessoa visada sobre uma referência publicada no periódico que possa afectar a sua reputação e boa fama (cf. artigo 24.º, n.º 1, da LI), nos termos do artigo 26.º da LI. Ora, se, verificados todos os pressupostos legais de exercício dos direitos de resposta e de rectificação, o director da publicação periódica injustificadamente omitir o seu dever de publicar a respectiva rectificação ou resposta no periódico, terá aplicação o artigo 486.º do CC, por força do qual o director poderá ser civilmente responsável por aquela omissão, uma vez que havia, por força da lei (artigos 24.º e seguintes da LI), o dever de praticar o acto omitido. Porém, esta responsabilidade civil do director limita-se à preterição do seu dever no âmbito dos procedimentos relativos ao direito de resposta e de rectificação, caso não seja o director o

---

<sup>85</sup> Cf. MORAES ROCHA, *Nova Lei de Imprensa* (...), p. 92.

<sup>86</sup> Cf. PIRES DE LIMA, ANTUNES VARELA, *Código Civil Anotado*, I, 1.ª ed. (...), p. 342.

autor do conteúdo publicado que contenha as referências relativas ao terceiro. Nesse caso, só o jornalista autor desse conteúdo poderá, em princípio, ser responsabilizado pelos danos causados com a publicação do mesmo, apenas respondendo o director na medida dos danos que acresceram por força da não publicação da rectificação ou resposta. Ainda quanto ao director, como já referimos, é discutível a questão de saber se ele se encontra adstrito a um dever especial de evitar que na publicação periódica que dirige sejam publicados conteúdos que consubstanciem ilícitos civis geradores de danos, emergente do artigo 20.º, n.º 1, alínea a) da LI, questão que desenvolveremos mais adiante.

Os graus de culpa podem influir no montante da indemnização, já que, nos termos do artigo 494.º do CC, pode haver lugar a limitação da indemnização nos casos de mera culpa ou negligência (que, como especificámos *supra*, são sinónimos). Para além da verificação deste grau mais leve de culpa, é necessário, para haver lugar a limitação da indemnização, que “o grau de culpabilidade do agente, a situação económica deste e do lesado e as demais circunstâncias do caso o justifiquem”, ainda que estes elementos não correspondam a critérios rígidos facultados pela lei mas sejam antes parâmetros que, dentro da margem de apreciação do julgador, poderão ser tidos em conta para justificar uma maior ou menor redução da indemnização. Havendo lugar à aplicação desta norma, a indemnização poderá ser “fixada, equitativamente, em montante inferior ao que corresponderia aos danos causados”.

### 3.4. O dano

Constituindo o dano a “perda in *natura* que o lesado sofreu, em consequência de certo facto, nos interesses (materiais, espirituais ou morais) que o direito violado ou a norma infringida visam tutelar”<sup>87</sup>, é apenas em função deste requisito que o instituto da responsabilidade civil realiza a sua finalidade ressarcitória, “essencialmente reparadora ou reintegrativa”<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> Cf. ANTUNES VARELA, *Das Obrigações em Geral*, I, (...), p. 598.

<sup>88</sup> Cf. ALMEIDA COSTA, *Direito das Obrigações* (...), p. 590. Contudo, tem-se verificado uma inegável evolução no sentido de ultrapassar a exclusividade desta finalidade meramente ressarcitória da responsabilidade civil, alargando o escopo deste instituto de forma a servir simultaneamente finalidades de carácter preventivo e punitivo, cf., a título exemplificativo, com referências gerais, MENEZES CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, VIII (...), pp. 419-421, MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações*, I, (...), p. 254, CARNEIRO DA FRADA, *Direito civil – Responsabilidade civil* (...), pp. 64-68, e, em especial, HENRIQUE ANTUNES, *Da inclusão do lucro ilícito e de efeitos punitivos entre as consequências da responsabilidade civil extracontratual: a sua legitimação pelo dano*, Coimbra Editora, Coimbra, 2011, JÚLIO GOMES, “Uma função punitiva para a responsabilidade civil e uma função reparatória para a responsabilidade penal”, in *Revista de Direito e Economia*, ano XV, 1989, pp 105-144.

Reconhecemos as especificidades que se verificam no âmbito da responsabilidade civil emergente da violação dos bens jurídicos da personalidade<sup>89</sup> – a situação mais comum ocorrida no âmbito da imprensa, em sede de responsabilidade civil. Destaca-se, em especial, o dano, enquanto um dos pressupostos da responsabilidade civil, cujos contornos mais variam em sede de tutela civil da personalidade. É com base na análise deste pressuposto que muitas decisões dos tribunais negam aos lesados na sua personalidade o direito a uma indemnização, por ser difícil de apurar, em sede judicial, a verificação concreta de prejuízos, mesmo com uma prova clara de ilicitude e culpa na actuação do lesante.

Efectivamente, em sede de ofensas à personalidade, o dano traduz-se essencialmente na “perda *in natura* de utilidades ou potencialidades do bem geral ou dos bens especiais de personalidade juridicamente tutelados”<sup>90</sup>. Uma vez que a personalidade humana do lesado não integra propriamente o seu património, da violação da sua personalidade emergem directa e principalmente danos não patrimoniais ou danos morais, que, associados à afectação de interesses de ordem biológica, espiritual, ideal ou moral, são insusceptíveis de avaliação pecuniária, apenas podendo ser compensados com a obrigação pecuniária imposta ao lesante e não, em rigor, indemnizados, no sentido de ressarcimento do lesado por esses danos. Porém, como decorre do artigo 496.º, n.º 1, do CC, apenas os “danos não patrimoniais que, pela sua gravidade, mereçam a tutela do direito” podem ser atendíveis, em sede de responsabilidade civil, sendo o montante da indemnização atribuída por estes danos “fixado equitativamente pelo tribunal”, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo. No entanto, não existem dúvidas de que a lesão dos direitos de personalidade dá origem à obrigação de indemnizar a cargo do autor da lesão, abrangendo a tutela proclamada no artigo 70.º do CC tanto os **danos patrimoniais** como os **danos não patrimoniais**<sup>91</sup> resultantes de qualquer ofensa à personalidade, nos termos gerais da responsabilidade civil. Nesta sede, a jurisprudência tem considerado que, face ao carácter subjectivo dos reflexos que o dano moral tem na vítima, a gravidade deste “depende, por um lado, da intensidade das afirmações feitas e da divulgação que lhes foi dada, e, por outro, da personalidade e funções do visado”<sup>92</sup>.

---

<sup>89</sup> Como reconhece RABINDRANATH CAPELO DE SOUSA, cf. *O direito geral de personalidade* (...), p. 455.

<sup>90</sup> Cf. RABINDRANATH CAPELO DE SOUSA, *O direito geral de personalidade* (...), pp. 457-458.

<sup>91</sup> Abordando a questão da ressarcibilidade dos danos não patrimoniais da perspectiva da tutela da personalidade e da problemática do dano existencial, cf. CARNEIRO DA FRADA, “Tutela da personalidade e dano existencial: nos 40 anos do Código civil português” in *A evolução do direito no século XXI: estudos em homenagem ao Prof. Arnoldo Wald*, Almedina, Coimbra, 2007, pp. 371-394.

<sup>92</sup> Cf. acórdão do STJ de 15-03-2012 (proc. n.º 3976/06.0TBCSC.L1.S1, relator HÉLDER ROQUE), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), em que foram considerados danos não patrimoniais merecedores de tutela os sofridos pelo lesado,

Quanto aos danos não patrimoniais, uma vez que a sua “essência (...) está na repercussão que a ofensa recebida tem no espírito do lesado, traduzindo-se no sofrimento, físico ou moral, nele infligido”<sup>93</sup>, tem sido debatida entre a doutrina e a jurisprudência a questão de saber se as pessoas colectivas podem ser ressarcidas por danos não patrimoniais, com especial acuidade nos casos de responsabilidade civil emergente de publicações na imprensa. Como nota RABINDRANATH CAPELO DE SOUSA<sup>94</sup>, “por força do art. 160, nº 1, do [CC] ou por efeito de disposição legal específica, há seguramente que reconhecer às pessoas colectivas, porquanto, v.g., titulares de valores e motivações pessoais, alguns dos direitos especiais de personalidade que se ajustam à particular natureza e às específicas características de cada uma dessas pessoas jurídicas, ao seu círculo de actividades, às suas relações e aos seus interesses dignos de tutela jurídica”. Ora, entre estes direitos incluem-se o direito ao bom nome e ao crédito, tutelados pela forma especial de ilicitude analisada *supra*, consagrada no artigo 484º do CC, pelo que as pessoas colectivas têm o direito a ser indemnizadas pelos danos sofridos com a afirmação ou difusão de facto que seja susceptível de prejudicar o seu crédito ou bom nome. Se, por um lado, a letra do artigo 484.º abrange expressamente as pessoas colectivas - “(...) qualquer pessoa, singular ou colectiva (...)” -, por outro lado, quanto à admissibilidade da ressarcibilidade de danos não patrimoniais (cf. artigo 496.º do CC) emergentes daquela forma de ilicitude sofridos por pessoas colectivas existem divergências entre os tribunais. A corrente jurisprudencial que se afigura maioritária neste âmbito decide no sentido da inadmissibilidade, impondo a distinção entre “o bem jurídico atingido e o dano que resulta dessa lesão, e considerando que as sociedades comerciais têm como objetivo único ou primordial a obtenção do lucro, o bom nome e a reputação apenas lhes interessam na medida em que contribuam para a obtenção de vantagens económicas”, pelo que “a sua ofensa apenas pode produzir um dano patrimonial indireto, ou seja, um reflexo negativo na potencialidade de lucro a auferir, não sendo, pois, suscetível de indemnização por danos estritamente morais, que apenas afetam os indivíduos com personalidade moral”<sup>95</sup>. Isto porque os juízes que

---

antigo futebolista de eleição e exercendo funções de responsabilidade na Federação Portuguesa de Futebol, com a publicação de uma notícia num jornal futebolístico em que a sua fotografia figurava como pano de fundo sob um título alusivo a um escândalo de doping no clube de futebol no qual havia jogado.

<sup>93</sup> Cf. acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 18-02-2014 (proc. n.º 366/12.0TVLSB.L1-7, relator ROSA RIBEIRO COELHO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>94</sup> Autor citado na fundamentação do acórdão do TRL de 18-02-2014 (proc. n.º 366/12.0TVLSB.L1-7, relator ROSA RIBEIRO COELHO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), cf. *O direito geral de personalidade (...)*, pp. 596 ss.

<sup>95</sup> Cf., seguindo esta corrente jurisprudencial, a título exemplificativo, os acórdãos do STJ de 27-11-2003 (proc. n.º 03B3692, relator: QUIRINO SOARES), de 09-06-2005 (proc. n.º 05B1616, relator: ARAÚJO DE BARROS), e de 23-01-2007 (proc. n.º 06A4001, relator: FARIA ANTUNES), acórdãos do TRL de 23-09-2007 (proc. n.º 8509/2006-7, relator: GRAÇA AMARAL), 8-11-2011 (proc. n.º 4694/04.0TCLRS.L1-7, relator: ROSA RIBEIRO



decidem desta forma consideram que “[o]s prejuízos estritamente morais implicados nas ofensas ao bom nome e reputação apenas calham aos indivíduos e às pessoas morais, para os quais a dimensão ética é importante, independentemente do dinheiro que poderá valer”<sup>96</sup>. No sentido contrário, pode encontrar-se jurisprudência “no sentido de que a ofensa ao bom nome e crédito de sociedade comercial, ainda que se não projete num dano patrimonial, gera obrigação de indemnizar o respetivo dano de natureza não patrimonial”<sup>97</sup>.

Não deixando de destacar os danos não patrimoniais como mais comuns nas ofensas à personalidade<sup>98</sup>, admite-se que das ofensas aos direitos e bens de personalidade também podem resultar, ao menos indirectamente, danos patrimoniais<sup>99</sup>. Estes constituem, neste âmbito, “prejuízos que recaem sobre interesses de natureza material ou económica, que se reflectem no património do lesado e são susceptíveis de avaliação pecuniária, pelo que podem ser estritamente reparados ou indemnizados”<sup>100</sup>.

Também nesta sede não deixam de se considerar indemnizáveis tanto os **danos emergentes** (“prejuízo causado”) como os **lucros cessantes** (“benefícios que o lesado deixou de obter em consequência da lesão”), bem como atender aos **danos presentes** e aos **danos futuros**, nos termos gerais dispostos pelos n.ºs 1 e 2, respectivamente, do artigo 564.º do CC.

Quanto às especificidades do requisito do dano nesta sede, afigura-se ainda que, como nota MORAES ROCHA, “[o] cometimento de um acto ilícito pela imprensa potencia o dano causado seja pelo elevado número de pessoas que tiveram acesso à notícia, seja pela activação da engrenagem social que em consequência da notícia se produz (retransmitindo-a, ampliando-a, deformando-a), seja pelo grau de credibilidade que o acontecimento impresso tem no

---

COELHO) e de 18-02-2014 (proc. n.º 366/12.0TVLSB.L1-7, relator ROSA RIBEIRO COELHO), disponíveis em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>96</sup> Cf. acórdão do STJ de 27-11-2003 (proc. n.º 03B3692, relator: QUIRINO SOARES), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>97</sup> Cf. seguindo esta corrente jurisprudencial, a título exemplificativo, acórdãos do STJ de 12-02-2008 (proc. n.º 07A4618, relator: FONSECA RAMOS) e de 12-09-2013 (proc. n.º 372/08.9TBBCL.G1.S1, relator: OLIVEIRA VASCONCELOS), disponíveis em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>98</sup> Criticando a “mercantilização indecorosa” dos danos não patrimoniais no âmbito da responsabilidade civil na imprensa, cf. AMÉRICO MARCELINO, “Liberdade de expressão e responsabilidade civil”, in *Boletim informação & debate*, VI.ª série, n.º 2, Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP), Dezembro 2009, p. 164.

<sup>99</sup> Sobre a problemática dos danos patrimoniais puros ou danos económicos puros, associados a perdas patrimoniais sem correspondência com a prévia lesão de uma posição jurídica absolutamente protegida, cf., CARNEIRO DA FRADA / MARIA JOÃO VASCONCELOS, “Danos económicos puros: ilustração de uma problemática”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Marcello Caetano: no centenário do seu nascimento*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006, pp. 151-176, MARIA JOÃO VASCONCELOS, “Algumas questões sobre a ressarcibilidade delitual de danos patrimoniais puros no ordenamento jurídico português” in *Novas tendências da responsabilidade civil*, Almedina, Coimbra, 2007, pp. 147-206, JORGE SINDE MONTEIRO, *Responsabilidade por conselhos (...)*, pp. 238 ss.

<sup>100</sup> Cf. RABINDRANATH CAPELO DE SOUSA, *O direito geral de personalidade (...)*, p. 459.

público”<sup>101</sup>. No âmbito dos danos futuros, que, por força do n.º 2 do artigo 564.º do CC, só podem ser atendíveis se previsíveis, o julgador terá em conta o facto de determinada notícia prejudicial poder vir a causar, por exemplo, um impacto na vida profissional de determinada pessoa ou nas vendas de determinada empresa, sendo que, na maior parte dos casos, a previsibilidade dos danos futuros é tanto mais segura quando maior vier a ser a divulgação (em cadeia) da referida notícia. Porém, se, no momento em que o julgador estiver a avaliar os danos, estes não forem ainda determináveis, aquele poderá remeter a fixação da indemnização correspondente para decisão ulterior (cf. parte final do n.º 2 do artigo 564.º do CC) ou conceder uma indemnização provisória, “dentro do quantitativo que considere já provado” quando a indemnização deva “ser fixada em liquidação posterior” (cf. artigo 565.º do CC).

### 3.5. O nexo de causalidade entre o facto e o dano

Se o nexo de causalidade entre o facto e o dano já é, em qualquer situação de responsabilidade civil, um requisito difícil de aferir e justificar, no âmbito de factos danosos cometidos através da imprensa tal requisito assume contornos cuja análise se reveste ainda de maiores dificuldades. Ao contrário de uma situação vulgar de responsabilidade civil em que uma conduta directa do lesante é empreendida contra o lesado, causando-lhe danos perceptíveis e de constatação imediata, v.g. uma agressão física, no caso de um facto cometido através da imprensa, poderá ser bastante mais difícil encontrar a ligação entre o conteúdo criado e divulgado pelo(s) lesante(s) e os danos sofridos pelo(s) lesado(s) que advieram da publicação do referido conteúdo.

Neste âmbito, estabelece o artigo 563.º do CC que “a obrigação de indemnização só existe em relação aos danos que o lesado provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão”. Daqui resulta que o nexo de causalidade entre o facto e o dano desempenha uma “dupla função de *pressuposto* da responsabilidade civil e de *medida* da obrigação de indemnizar”<sup>102</sup>. Com base na formulação do referido preceito legal, a doutrina tem reconhecido que a solução da lei portuguesa se reconduz à teoria da **causalidade adequada**, doutrina dominante em Portugal ainda antes da entrada em vigor do CC de 1966<sup>103</sup>, e segundo a qual “[d]eterminada acção ou omissão será causa de certo prejuízo se, tomadas em conta todas as circunstâncias conhecidas

<sup>101</sup> Cf. *Nova Lei de Imprensa* (...), pp. 90-91.

<sup>102</sup> Cf. ALMEIDA COSTA, *Direito das Obrigações* (...), p. 605.

<sup>103</sup> Cf. GALVÃO TELLES, *Direito das Obrigações*, 7.ª ed. (reimp.), Coimbra Editora, Coimbra, 2010, pp. 409-410.



do agente e as mais que um homem normal poderia conhecer, essa acção ou omissão se mostrava, à face da experiência comum, como adequada à produção do referido prejuízo, havendo fortes probabilidades de o originar”<sup>104</sup>. Aplicando este raciocínio à violação de direitos da personalidade – a mais comumente verificada no âmbito da responsabilidade civil por factos cometidos através da imprensa - resulta que não serão indemnizáveis todos os danos sobrevindos ao facto violador da personalidade alheia, mas apenas aqueles danos que não se teriam verificado sem tal violação e que, se se abstraísse desta, seria de prever, ao tempo da violação e face às circunstâncias então conhecidas ou reconhecíveis pelo lesante, que não se tivessem produzido<sup>105</sup>. Só se deve considerar verificado o nexo de causalidade quando haja adequação em concreto e em abstracto da acção e ou omissão ao desencadear do resultado danoso o que, no âmbito da imprensa, significará que o conteúdo publicado e divulgado, nos moldes em que o foi, era adequado à produção dos danos que efectivamente se verificaram na esfera do lesado (aferindo-se, por exemplo, se a publicação da notícia em determinado jornal, nos moldes em que ocorreu, era apta a produzir o sofrimento do lesado que efectivamente se verificou).

#### **4. Modalidades de indemnização**

Caso se verifiquem todos os requisitos da responsabilidade civil, nascerá, na esfera do lesante, uma obrigação de indemnização do lesado.

No tocante às modalidades de indemnização, também aqui se recorre às normas gerais do CC, em especial, neste âmbito, aos artigos 562.º e 566.º. Por força do princípio da reconstituição natural consagrado no artigo 562.º, a modalidade da obrigação de indemnização por excelência deve ser a reconstituição natural, ou seja, à colocação do lesado na situação em que este se encontraria caso não se tivesse verificado a lesão da sua personalidade que obriga à reparação, a expensas do autor da lesão. A efectivação coerciva do direito de resposta e de rectificação, prevista no artigo 27.º da LI, pode ser uma das formas de reconstituição natural da situação do lesado que tenha sido visado por referências que possam afectar a sua

---

<sup>104</sup> Cf. GALVÃO TELLES, *Manual de Direito das Obrigações*, I, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 1965, pp. 209-210.

<sup>105</sup> Cf. RABINDRANATH CAPELO DE SOUSA, *O direito geral de personalidade (...)*, pp. 460 e 461.

reputação e boa fama (cf. parte final do n.º 1 do artigo 24.º, LI) ou referências de facto inverídicas ou erróneas que lhes digam respeito (cf. parte final do n.º 2 do artigo 24.º da LI). Porém, dado o disposto no n.º 5 do artigo 24.º da LI, e dado o facto de, na maioria dos casos, haver uma parte dos danos que já não é possível reverter no âmbito da imprensa, o lesado pode sempre reclamar uma indemnização em dinheiro pelos danos que considere excedentes, mesmo quando efectivados os seus direitos de resposta e/ou de rectificação. Ainda, por força do artigo 34.º, n.º 4, da LI, as sentenças condenatórias proferidas em acções de efectivação de responsabilidade civil por facto cometido por meio da imprensa poderão ser publicadas no próprio periódico, se assim for requerido pelo lesado. Esta previsão funciona também como um “mecanismo complementar de reparação dos danos causados”<sup>106</sup>, ressalvando o que foi dito acima quanto à efectivação coerciva dos direitos de resposta e de rectificação no sentido de que não fica prejudicada a possibilidade de o lesado reclamar uma indemnização em dinheiro pelos danos excedentes. Como vemos, a reconstituição natural apresenta, em particular em sede de responsabilidade civil na imprensa (mais comumente por ofensas à personalidade), fortes limitações, que tornam, na maior parte das vezes, necessário o recurso, total ou complementar, à indemnização em dinheiro.

Assim, resultam do artigo 566.º, n.º 1, do CC as três situações em que o princípio da reconstituição natural cede, para dar lugar à indemnização em dinheiro. À luz do referido preceito, tal sucede, então, sempre que a reconstituição natural: a) não seja possível ou se tenha tornado impossível, quer do ponto de vista material, quer do ponto de vista jurídico; b) não permita a reparação integral dos danos sofridos pelo lesado; c) não seja exigível, por ser excessivamente onerosa para o devedor.

Contudo, em muitos casos, com especial acuidade em casos de ressarcibilidade de danos não patrimoniais, é difícil proceder ao cálculo da indemnização pecuniária sem correr o risco de arbitrariedade. Para estes efeitos, é importante recorrer a determinados elementos que permitam delinear o quantitativo indemnizatório a ser atribuído ao lesado. No âmbito da responsabilidade civil emergente de factos cometidos através da imprensa, o “meio de difusão da ofensa” surge como um “critério valorativo para cálculo da indemnização pecuniária”, já que “[p]or um lado” existe um “universo indeterminado de pessoas a multiplicar os efeitos do dano, por outro, a frequência da impossibilidade da «efectiva reparabilidade» desse dano”<sup>107</sup>

---

<sup>106</sup> Cf. MARIA MANUEL BASTOS / NEUZA LOPES, *Comentário à Lei de Imprensa e ao Estatuto do Jornalista (...)*, p. 144.

<sup>107</sup> Cf. MORAES ROCHA, *Nova Lei de Imprensa (...)*, p. 91.

tornam mais complexa a tarefa do julgador, no momento de decidir o montante da indemnização a conceder ao lesado.

## **5. Recurso ao instituto da colisão de direitos: direitos de personalidade vs. liberdade de expressão e liberdade de informação**

Como tem sido sentido pelos tribunais portugueses, ao decidir sobre casos em que estejam em causa direitos de personalidade, um dos principais problemas que este tipo de direitos suscita prende-se com a colisão ou conflito de direitos. O problema coloca-se, tanto no caso de conflito de direitos de personalidade entre si, como no caso de colisão entre direitos de personalidade e quaisquer outros direitos de diferente natureza. Sendo os direitos de personalidade os mais frequentemente afectados pela imprensa<sup>108</sup>, interessa-nos aqui particularmente a colisão entre direitos de personalidade - tais como (mais frequentemente) o direito à honra e ao bom nome – e a liberdade de expressão e a liberdade de informação<sup>109</sup>. É, em especial, ao direito de expressão (vertente positiva da liberdade de expressão<sup>110</sup>) e ao direito de informar (compreendido na liberdade de informação<sup>111</sup>) que nos referimos, em confronto com os direitos de personalidade. Assim, numa perspectiva constitucional, está aqui em causa a colisão entre direitos fundamentais<sup>112</sup>, em especial entre os direitos consagrados nos artigos 25.º, n.º 1, e 26.º, n.º 1, da CRP, por um lado, e os consagrados nos artigos 37.º e 38.º da CRP, por outro, em harmonia com as considerações expendidas sobre estas normas constitucionais no início do presente trabalho.

Estes casos de colisão de direitos surgem frequentemente no âmbito de acções de

---

<sup>108</sup> Classificando como “intrinsecamente conflitual” a relação entre a liberdade de imprensa e os bens jurídicos pessoais, cf. MANUEL ANDRADE, *Liberdade de imprensa e inviolabilidade pessoal – uma perspectiva jurídico-criminal*, Coimbra Editora, Coimbra, 1996, p. 28, contudo, procedendo à análise deste conflito apenas da perspectiva da tutela **penal** da personalidade.

<sup>109</sup> A “colisão entre o direito à honra, ao bom nome e reputação e as liberdades de expressão e de informação” é o primeiro dos grupos temáticos de acórdãos dos tribunais portugueses a ser analisado por ELSA VAZ DE SEQUEIRA, a propósito do tema da colisão de direitos de personalidade, na obra que reproduz, no essencial, a sua dissertação de mestrado em Ciências Jurídicas, cf. *Dos pressupostos da colisão de direitos no Direito Civil*, Universidade Católica Editora, 2004, pp. 257 ss.

<sup>110</sup> Cf. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, I, (...), p. 428.

<sup>111</sup> Cf. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, I, (...), p. 429.

<sup>112</sup> Cf. ARONS DE CARVALHO / MONTEIRO CARDOSO / JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, *Direito da Comunicação Social* (...), p. 95.

responsabilidade civil intentadas por particulares que alegam ter sido lesados com a publicação de determinado conteúdo, contra agentes da imprensa responsáveis pela criação e publicação do mesmo. É no âmbito da análise feita pelo tribunal com vista à aferição dos pressupostos da responsabilidade civil que surge a questão da colisão de direitos, que se enquadra em especial dentro do estudo do pressuposto da ilicitude.

Os critérios legais a ter em conta em qualquer ponderação necessária perante uma colisão de direitos resultam do artigo 335.º do CC. Como reconhece a jurisprudência neste âmbito, embora o CC “não se sobreponha à Constituição, este preceito [o artigo 335.º] consagra um princípio que a doutrina tem acolhido como princípio geral de direito”<sup>113</sup>. Nos termos do n.º 1 daquele artigo, “[h]avendo colisão de direitos iguais ou da mesma espécie, devem os titulares ceder na medida do necessário para que todos produzam igualmente o seu efeito, sem maior detrimento para qualquer das partes”, daqui resultando um princípio de harmonização dos direitos. Por sua vez, o n.º 2 do artigo 335.º do CC, estabelece que “[s]e os direitos forem desiguais ou de espécie diferente, prevalece o que deva considerar-se superior”. Esta solução não se traduz já numa harmonização ou concordância prática de direitos, cuja necessidade é justificada pela igual natureza dos direitos em conflito, mas sim numa verdadeira aferição da prevalência de um desses direitos, de distinta espécie. Como tal, no caso de colisão entre direitos de personalidade e direitos patrimoniais, deve, naturalmente, reconhecer-se, como regra geral, a prevalência dos primeiros, uma vez que os direitos referidos a bens jurídicos inerentes à pessoa humana prevalecem sobre os direitos que tenham por objecto coisas corpóreas.<sup>114</sup> Todavia, fora destes casos, e ao contrário do que poderia, numa primeira análise, parecer, esta solução de determinação do direito prevalecente não se revela mais fácil de concretizar casuisticamente. Mais uma vez, só em face das circunstâncias concretas do caso pode ser determinada uma relação de prevalência entre os direitos em colisão, dado que só após uma ponderação casuística se poderá dizer que um dos direitos tem mais peso que o outro, *i.e.* que um deve prevalecer sobre o outro. O facto de não existir um padrão ou critério de soluções de conflitos de direitos válido em termos gerais não prejudica, porém, a utilidade e extrema importância de que se revestem os critérios legais constantes do artigo 335.º do CC, que orientam a tarefa de ponderação e de harmonização concretas a cargo dos tribunais.

---

<sup>113</sup> Cf. acórdão do STJ de 02-12-2013 (proc. n.º 1667/08.7TBCBR.L1.S1, relator PAULO SÁ), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>114</sup> Cf. RABINDRANATH CAPELO DE SOUSA, *O direito geral de personalidade (...)*, pp. 539-540.

Como resulta da análise de ELSA VAZ DE SEQUEIRA<sup>115</sup>, no âmbito da colisão entre o direito à honra e ao bom nome, por um lado, e a liberdade de expressão e a liberdade de informação, por outro, os casos mais comuns na jurisprudência são aqueles em que “o tribunal é chamado a decidir se uma determinada notícia relativa a uma pessoa viola ou não o seu direito à honra, ao bom nome e reputação”, verificando-se duas formas de perspectivar o problema, da parte dos tribunais: “[e]nquanto uns entendem que semelhante situação representa um paradigma de colisão de direitos de personalidade, outros preferem qualificar tais hipóteses como casos de eventual responsabilidade civil ou penal por violação das restrições impostas a esses direitos”.

Como afirmou o STJ num acórdão de 29 de Janeiro de 2015<sup>116</sup>, “[a] liberdade de expressão do pensamento é um direito de personalidade que constitui um dos pilares fundamentais do Estado de Direito, importando, todavia e porque o seu exercício pode colidir com direitos antinómicos (como seja o direito à honra) e não menos relevantes, que o ordenamento jurídico disponha de mecanismos (inclusive, a compressão de um dos direitos colidentes) que assegurem uma exercitação harmónica dos mesmos”. Estava em causa no referido acórdão decidir sobre se o recorrente, outrora juiz de um tribunal de família e menores, tinha ou não direito a indemnização por danos não patrimoniais causados com a publicação de uma reportagem numa revista na qual o recorrente era retratado como um juiz que havia impedido a concretização de muitos processos de adopção, decidindo a reaproximação das crianças às famílias biológicas, com base numa “ideia antiga de que filhos são propriedade dos pais, tendo estes o direito de deixá-los sozinhos por longos períodos de tempo, e agredi-los” e “de que [os pais] têm até o direito de deles [dos filhos] abusar sexualmente”, bem como “de que os filhos são propriedade dos pais”. Estes comentários foram tecidos por uma magistrada do Ministério Público, entrevistada pelos jornalistas da publicação que realizava a referida reportagem. Considerando que estavam em conflito o direito ao bom nome do recorrente e a liberdade de imprensa, o STJ afirmou que se tratam de “dois direitos com igual relevo constitucional - havendo pois que os conciliar tanto quanto possível, ainda que por vezes tal passe, de harmonia com as circunstâncias do caso concreto, em valorizar um deles em detrimento do outro - com o fito de encontrar a solução justa”. Considerou o doutro tribunal que no exercício do seu direito de expressão e informação, desde que a entrevistada e os jornalistas tomem “as providências razoáveis na análise do conteúdo e fonte dos factos que pretendem transmitir, sendo razoável a aceitação da sua verosimilhança, dela estando

---

<sup>115</sup> Cf. *Dos pressupostos da colisão de direitos no Direito Civil (...)*, pp. 257-258.

<sup>116</sup> Proc. n.º 24412/02.6TVLLSB.L1.S1, relator: TÁVORA VICTOR, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

convencido[s], e não extrapole[m] da mesma com comentários inapropriados e abusivos, não poderá ser passível de censura e incorrer em responsabilidade civil”. Considerando que “[n]estas hipóteses (...) apenas os casos que comportam nítida ofensa de dignidade devam ser alvo de censura jurídica”, o STJ decidiu que “[c]ontextualizadas as expressões” utilizadas na reportagem, e “mau grado a sua rudeza, tais críticas não ultrapassaram a fronteira da licitude”, não tendo sido “violados quaisquer preceitos constitucionais”. Assim, prevaleceram neste caso a liberdade de expressão e a liberdade de informação da imprensa sobre o direito ao bom nome do recorrente.

Num caso menos recente, mas bastante mais mediático, ficaram bem patentes as divergências que, neste âmbito, se verificam entre o STJ e o TEDH. No seu acórdão de 8 de Março de 2007<sup>117</sup>, o STJ decidiu a condenação solidária dos jornalistas, director e empresa jornalística no pagamento de uma indemnização no montante de € 75.000 por danos não patrimoniais causados pela ofensa do crédito e bom nome de um clube de futebol com a publicação de uma notícia que referia que tal clube tinha uma avultada dívida ao Fisco, facto este que se veio a revelar corresponder à verdade. Afirmou o STJ que a divulgação jornalística desse facto era “susceptível de diminuir a confiança nela [na entidade] quanto ao cumprimento de obrigações”, ofendendo assim o crédito do clube, bem como, sendo “susceptível de abalar o seu prestígio ou merecimento no respectivo meio social de integração”, ofendia o bom nome do mesmo. Reconhecendo a colisão de direitos em causa, afirmou o douto tribunal que “[o] conflito entre o direito de liberdade de imprensa e de informação e o direito de personalidade - de igual hierarquia constitucional - é resolvido, em regra, por via da prevalência do último em relação ao primeiro”. Tendo este caso sido submetido à apreciação do TEDH, a visão defendida por este tribunal foi diametralmente oposta à apresentada pelo STJ. No seu acórdão de 7 de Dezembro de 2010<sup>118</sup>, o TEDH considerou que “o artigo litigioso relevava, manifestamente, do interesse geral” pois “o eventual desrespeito pelas obrigações fiscais por certos contribuintes – sobretudo se são, como no (...) caso, associações de reconhecida utilidade pública – é um assunto de interesse geral para a comunidade, sobre o qual a imprensa deve poder transmitir informações”, além de que foram respeitadas as normas deontológicas do jornalismo. Como tal, o TEDH condenou o Estado Português a pagar à

---

<sup>117</sup> Proc. n.º 07B566, relator: SALVADOR DA COSTA, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>118</sup> 2.ª secção do TEDH, caso *Público – comunicação social, S.A. e outros c. Portugal* (queixa n.º 39324/07). Tradução portuguesa do acórdão, providenciada pelo Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República, disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/portugal-dh/acordaos/docs/AcordaoTEDHPUBLICO.pdf>.

empresa jornalística uma indemnização no montante de cerca de € 90.000 por considerar que a condenação desta pelo STJ violava o artigo 10.º da CEDH, na medida em que tal condenação não era “necessária numa sociedade democrática”.

Este caso (*Público – comunicação social, S.A. e outros c. Portugal*) foi apenas um – embora um dos mais polémicos - entre muitos outros casos em que o Estado Português foi condenado pelo TEDH, em virtude de decisões dos tribunais portugueses que terão dado prevalência aos direitos de personalidade em prejuízo da liberdade de expressão e informação. Neste âmbito, até final de Junho de 2011, verificaram-se 14 decisões do TEDH em que este condenou o Estado Português, por violação do artigo 10.º da CEDH (garantia da liberdade de expressão)<sup>119</sup>. Mais recentemente, em Junho de 2015, de acordo com dados oficiais do TEDH citados pelo relatório “Criminalização da difamação em Portugal”, elaborado pelo *International Press Institute* (IPI)<sup>120</sup>, constata-se que o número de condenações do TEDH naquela matéria subiu para 18, o que, segundo o referido relatório, corresponde a um número três vezes superior à média europeia<sup>121</sup>.

---

<sup>119</sup> Para uma resenha dos 14 casos, por ordem cronológica e com indicação sintética dos factos que tinham levado à condenação dos queixosos nos tribunais portugueses, cf. ARONS DE CARVALHO / MONTEIRO CARDOSO / JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, *Direito da Comunicação Social* (...), p. 355. Mais recentemente, analisando um acervo de acórdãos do TEDH e decisões da Comissão Europeia dos Direitos do Homem que se debruçaram sobre restrições à liberdade de imprensa em Portugal, cf. FRANCISCO PEREIRA COUTINHO, “O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e a Liberdade de Imprensa: Os Casos Portugueses” in *Media, Direito e Democracia*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 319 ss.

<sup>120</sup> Disponível em [http://www.freemedia.at/fileadmin/user\\_upload/PortugalCriminalDef\\_IPI\\_POR.pdf](http://www.freemedia.at/fileadmin/user_upload/PortugalCriminalDef_IPI_POR.pdf).

<sup>121</sup> Considerando que a “elevadíssima taxa de condenações do Estado português junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem”, associada ao “anómalo desprestígio” da liberdade de expressão junto dos tribunais portugueses, constituem “[p]rovas de que persistem os efeitos das seculares barreiras endémicas” à liberdade de expressão, cf. JOSÉ MELO ALEXANDRINO, “O âmbito constitucionalmente protegido da liberdade de expressão” in *Media, Direito e Democracia*, Almedina, Coimbra, 2014, p. 66.



### III - A responsabilidade civil do director da publicação periódica

#### 1. Enquadramento legal

O artigo 29.º, n.º 1, da LI estabelece que “[n]a determinação das formas de efectivação da responsabilidade civil emergente de factos cometidos por meio da imprensa observam-se os princípios gerais.” Daqui resulta que serão, naturalmente, aplicadas, neste campo, as normas gerais da responsabilidade civil extracontratual dos artigos 483.º e seguintes do CC, para responsabilizar os autores de factos ilícitos e culposos pelos danos causados através da imprensa.

Como referido, entre o espectro de agentes passíveis de responsabilização civil no âmbito da imprensa conta-se o director da publicação periódica. Desde logo, tal parece resultar da função primacial que a lei lhe incumbe: a de “orientar, superintender e determinar o conteúdo da publicação” (cf. artigo 20.º, n.º 1, alínea a). No entanto, estas funções de orientação, superintendência e determinação de conteúdos dizem apenas respeito à publicação globalmente considerada, enquanto reprodução impressa de textos ou imagens compilados, publicação esta que, sendo periódica, é editada “em série contínua, sem limite definido de duração, sob o mesmo título e abrangendo períodos determinados de tempo” (cf. artigo 11.º, n.º 1, da LI). O director pode, simultaneamente, ser autor de alguns dos conteúdos publicados, enquanto jornalista<sup>122</sup>, mas, quando exerce as funções de director, sob esta veste, o seu trabalho diz respeito à publicação periódica tomada como um todo. Como tal, é natural que ele não possa ser, sem mais, responsabilizado por todos os conteúdos, individualmente considerados, constantes da publicação periódica que dirige, na medida em que não seja o autor material dos mesmos. Para que o director possa ser responsabilizado pelos danos resultantes da publicação de determinado conteúdo no periódico que dirige, devem ser observados os princípios gerais da responsabilidade civil, por remissão do *supra* referido artigo 29.º, n.º 1, da LI. Entendemos que a remissão feita por esta norma da LI para os princípios gerais não teve apenas em vista o apuramento da responsabilidade civil do autor material do conteúdo publicado quando este seja um jornalista que não é director da publicação periódica, caso contrário o legislador tê-lo-ia especificado, tal como fez no artigo 29.º, n.º 2, em que apenas se refere expressamente a responsabilidade civil das empresas

---

<sup>122</sup> Cf. artigo 15.º do EJ, o director é equiparado a jornalista, mesmo que não o seja, “para efeitos de garantia de acesso à informação, de sujeição às normas éticas da profissão e ao regime de incompatibilidades”.

jornalísticas. Não o tendo feito, antes tendo, a nosso ver intencionalmente, consagrado uma formulação geral para recortar o âmbito de aplicação da remissão operada pelo artigo 29.º, n.º 1 (“determinação das formas de efectivação da responsabilidade civil emergente de factos cometidos por meio da imprensa”), entendemos que esta remissão abrange, não só a responsabilidade civil do autor material do conteúdo danoso como a do director da publicação periódica em que aquele conteúdo foi publicado. Em consequência desta remissão, entendemos que se aplica integralmente à aferição da responsabilidade civil do director o princípio geral plasmado no artigo 483.º do CC, do qual resulta que, para haver lugar a obrigação de indemnizar, têm de se verificar os requisitos gerais anteriormente enunciados no presente trabalho: (i) facto; (ii) ilicitude; (iii) culpa; (iv) dano; e (v) nexo de causalidade entre o facto e o dano. No entanto, há várias questões que se colocam no âmbito da responsabilidade do director da publicação, relativas aos referidos requisitos, que abordaremos mais adiante.

O artigo 29.º, n.º 2, estabelece que “[n]o caso de escrito ou imagem inseridos numa publicação periódica com conhecimento e sem oposição do director ou seu substituto legal, as empresas jornalísticas são solidariamente responsáveis com o autor pelos danos que tiverem causado”. Esta norma determina, assim, a responsabilidade solidária da empresa jornalística com o lesante (autor do escrito ou da imagem inseridos numa publicação periódica), desde que a publicação em causa tenha sido feita com conhecimento e sem oposição do director ou seu substituto legal. Desta norma resulta que o facto de o director ter tomado conhecimento do escrito ou imagem e não se ter oposto à sua inserção na publicação periódica que dirige consubstancia uma condição da responsabilidade solidária das empresas jornalísticas para com o autor do referido escrito ou imagem, pelos danos que a publicação desses conteúdos houver causado. *A actuação do director em relação ao conteúdo publicado serve, assim, o propósito de estabelecer uma conexão entre a publicação do conteúdo gerador dos danos e a esfera de responsabilização da empresa jornalística. À semelhança da relação entre a empresa jornalística e o jornalista, também entre a empresa jornalística e o director existe uma relação de comissão, pelo que, através da actuação do director, que permitiu a publicação do conteúdo danoso (uma vez que o director teve conhecimento da mesma e não se opôs à sua publicação), se legitima a responsabilização da empresa jornalística.*

Este regime tem sido substancialmente o mesmo desde o Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro. O artigo 24.º daquele diploma corresponde ao actual artigo 29.º da LI. São apenas duas as diferenças dignas de destaque – ainda assim mínimas - entre um e outro preceito. A

primeira diz respeito aos pressupostos de aplicação do regime de responsabilidade solidária das empresas jornalísticas com o autor do escrito ou imagem inseridos na publicação periódica. Enquanto a norma outrora vigente do artigo 24.º n.º 2 do referido Decreto-Lei estipulava como pressuposto de aplicação desse preceito que o escrito ou imagem publicados se encontrassem assinados, o artigo 29.º n.º 2 da LI não faz referência àquele elemento. Daqui pode retirar-se que, à luz da LI actualmente vigente, mesmo um escrito ou imagem não assinados, desde que inseridos “numa publicação periódica com conhecimento e sem oposição do director ou seu substituto legal”, podem dar lugar à responsabilidade solidária das empresas jornalísticas.<sup>123</sup> A segunda diferença diz respeito à supressão do n.º 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei, contendo agora o artigo 29.º da LI apenas os dois números já analisados. Porém, constata-se que aquele n.º 3, que estabelecia que a sentença condenatória em matéria de responsabilidade civil na imprensa deveria ser publicada nos mesmos termos em que o eram as decisões condenatórias por crimes de imprensa, através de uma remissão para o artigo 54.º daquele Decreto-Lei, encontra hoje correspondência no n.º 4 do artigo 34.º da LI<sup>124</sup>, mantendo-se a obrigatoriedade de publicação das sentenças condenatórias civis, nos mesmos termos em que se deve processar a publicação das sentenças condenatórias penais (cf. n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 34.º da LI). Para além de o regime actualmente vigente não diferir substancialmente do regime anterior que resultava do referido Decreto-Lei, verifica-se que, ao longo de toda a vigência da LI, desde 1999, a redacção do artigo 29.º manteve-se, no essencial, inalterada<sup>125</sup>.

Esta estabilidade normativa, contudo, tem-se verificado apenas no campo da responsabilidade civil. O mesmo não pode ser dito quanto às normas que regulam a responsabilidade penal na imprensa. Do regime de responsabilidade penal sucessiva ou escalonada outrora consagrado

---

<sup>123</sup> Porém, há que constatar que, se o escrito ou imagem inserido na publicação periódica não se encontrar assinado, será difícil provar quem foi o autor do mesmo. A nível penal, a LI soluciona a questão da identificação do autor do escrito ou imagem através do mecanismo previsto no artigo 39.º da LI. Contudo, este mecanismo não tem correspondência em sede de responsabilidade civil, encontrando-se a prova da identidade do autor do escrito ou imagem dependente dos elementos fácticos trazidos pelas partes a juízo, em harmonia com o princípio do dispositivo que ainda domina o nosso processo civil (em oposição ao princípio da investigação que enforma o processo penal). De todo o modo, o desconhecimento da identidade do autor do escrito ou imagem não pode acarretar automaticamente a imputação do ilícito ao director da publicação periódica, presumindo-se sem mais a verificação de todos os pressupostos da responsabilidade civil. Mesmo em sede de responsabilidade penal, do artigo 39.º não resulta que o director que não identifique o autor do conteúdo ou que o identifique incorrectamente incorra no crime praticado por este (ex. difamação), antes incorrendo o director nos crimes de desobediência qualificada, falsidade de testemunho ou denúncia caluniosa (cf. n.º 2).

<sup>124</sup> Estabelece o artigo 34.º, n.º 4, da LI, que “[o] disposto nos números anteriores é aplicável, com as devidas adaptações, às sentenças condenatórias proferidas em acções de efectivação de responsabilidade civil”.

<sup>125</sup> Como já foi aqui referido, a LI sofreu as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 9/99, de 4 de Março, pela Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e pela Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio.

no artigo 26.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro, passou-se para um regime cujo princípio geral assenta na responsabilidade penal do autor do texto ou imagem (cf. artigo 31.º, n.º 1, da LI), prevendo-se, contudo, situações específicas em que podem ser outros os sujeitos criminalmente responsáveis, entre os quais o director (cf. artigo 31.º, n.º 3, da LI). A análise do regime de responsabilidade penal na imprensa actualmente vigente e dos seus antecedentes normativos será relevante para compreender algumas interpretações que têm sido feitas no âmbito do regime da responsabilidade civil na imprensa, para o qual muitos dos elementos daquele têm sido indistintamente transpostos<sup>126</sup>.

## **2. Delimitação do problema da natureza da responsabilidade civil do director**

Analísado o regime legal de responsabilidade civil estabelecido na LI, cumpre desvendar se o papel do director na responsabilidade civil pelos conteúdos danosos publicados no periódico que dirige se limita à aferição da sua conduta enquanto condição da responsabilidade solidária da empresa jornalística ou se pode, e em que casos, existir responsabilidade civil directa do director perante terceiros lesados pelos conteúdos publicados no periódico.

Em certa medida, já respondemos a esta questão *supra*, quando referimos que a remissão operada pelo artigo 29.º, n.º 1, da LI, abrange a responsabilidade civil do director da publicação periódica, que depende da verificação dos requisitos gerais enunciados. Assim, o director pode ser responsabilizado enquanto autor do próprio conteúdo publicado, nos mesmos termos em que são os jornalistas, já que, o director, mesmo que não seja um jornalista, é equiparado a jornalista, entre outros, para efeitos “de sujeição às normas éticas da

---

<sup>126</sup> Desde logo porque, ao contrário da lei de imprensa espanhola (*Ley 14/1966, de 18 de marzo, de Prensa e Imprenta*), a LI não distinguiu os casos de responsabilidade civil emergente de actos que simultaneamente consubstanciam um crime dos casos de responsabilidade civil emergente de actos que não se traduzem na prática de um crime. Afigura-se que a referida *Ley de Prensa e Imprenta* distingue, no seu artigo 65, os casos de *responsabilidad civil derivada de delito* (n.º 1) dos casos de *responsabilidad civil por actos u omisiones ilícitos, no punibles* (n.º 2), o que nos parece reconduzir a uma distinção entre a responsabilidade civil emergente de um acto que é também um ilícito penal e a “*responsabilidad estrictamente civil (...) por actos u omisiones no punibles, ni penal ni administrativamente*”, cf. DESANTES GUANTER, citado por IGNACIO BEL MALLÉN / LORETO CORREDOIRA Y ALFONSO / PILAR COUSIDO, *Derecho de la Información*, I (Sujetos y medios), Colex, Madrid, 1992, p. 209. A solução adoptada pelo legislador espanhol afigura-se, assim, ter sido a de consagrar, por um lado, um regime de responsabilidade subsidiária das empresas jornalísticas com os autores dos crimes quando estes não possam ser responsabilizados, nos casos de responsabilidade civil emergente de facto que constitui crime, e, por outro, para os casos de responsabilidade estritamente civil, um regime de responsabilidade solidária de todos os intervenientes da publicação periódica, entre si (autores, directores, editores, impressores e importadores ou distribuidores de publicações estrangeiras).

profissão” (cf. artigo 15.º, n.º 1, do EJ). Mesmo que o conteúdo publicado seja da autoria de um jornalista que não seja o director da publicação periódica, este pode ser considerado, em certa medida, co-autor nos casos em que se prove que tenha contribuído causalmente para o ilícito (por exemplo, quando o director tenha decidido a inserção de títulos lesivos da honra de determinada pessoa para destacar um texto da autoria de um jornalista do periódico<sup>127</sup>).

Porém, o entendimento de que ao director se aplicam os princípios gerais da responsabilidade civil – e, como tal, se exige a verificação de todos os pressupostos deste instituto – tem sido rejeitado por alguns tribunais, que se deparam com uma multiplicidade de acções de responsabilidade civil por factos cometidos através da imprensa, acções instauradas pelos lesados indistintamente contra os jornalistas autores do conteúdo lesivo e, em simultâneo, contra as empresas jornalísticas proprietárias da publicação em que o conteúdo foi publicado e os directores das publicações. Nestes casos, a jurisprudência raramente dá enfoque autónomo à responsabilidade civil do director, destacando antes a sua responsabilidade criminal e, não raro, sobrepondo as duas de uma forma muito pouco rigorosa, do ponto de vista dogmático.

Assim, deparamo-nos com diversas questões relativas à responsabilidade civil do director da publicação periódica:

- Qual o fundamento da responsabilidade civil do director da publicação periódica perante terceiros lesados pelos conteúdos publicados?
- A jurisprudência tem desvendado na lei um dever do director da publicação de evitar que nesta sejam publicados conteúdos que consubstanciem um ilícito penal. Mas existirá semelhante dever a cargo do director no sentido de evitar que sejam publicados conteúdos que consubstanciem um ilícito civil?
- Existe alguma presunção legal de culpa do director da publicação periódica quando os conteúdos nela publicados causem danos a terceiros, como defende uma corrente jurisprudencial que se tem verificado em certas decisões dos tribunais superiores?

De forma a poder compreender estas questões e a decidir qual a posição a adoptar na resposta às mesmas, consideramos necessário proceder a uma análise jurisprudencial para perceber a

---

<sup>127</sup> Cf. exemplo referido por ELSA VAZ DE SEQUEIRA, *Dos pressupostos da colisão de direitos no Direito Civil* (...), pp. 260-261, do acórdão do STJ de 12-01-2000 (proc. n.º 761/99, relator LOURENÇO MARTINS), in *Boletim do Ministério de Justiça*, n.º 493, pp. 156-174., a propósito de notícias publicadas num jornal sobre um ministro das finanças que, “no período em que exercera funções judiciais, não só auferira ilicitamente mais do que uma remuneração por parte do Estado, como tinha obtido uma bolsa de estudos da universidade em que, na altura, era professor”. Embora estas notícias fossem verdadeiras, os títulos das mesmas continham “trocadilhos sugestivos, como o nome do autor e a expressão «mão na bolsa»”, pelo que “o tribunal considerou os títulos lesivos da honra do ministro, tendo por isso condenado o director do jornal, já que coube a ele a escolha desses títulos”.

origem desta questão, o que faremos em seguida.

### 3. Análise jurisprudencial

A nossa análise jurisprudencial remonta à década de 1980-1990, em que vigorava ainda o Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro. Foram interpostos junto do TC muitos recursos cujo objecto se afigurava essencialmente o mesmo: a apreciação da eventual inconstitucionalidade da alínea a) do n.º 2, conjugada com o n.º 3, do artigo 26.º, do referido Decreto-Lei, normas relativas à responsabilidade do director da publicação periódica pelos “crimes de abuso de liberdade de imprensa”<sup>128</sup>. O artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro, estabelecia para este tipo de crimes um regime de responsabilidade sucessiva ou escalonada<sup>129</sup>, imputada a vários agentes da imprensa, entre os quais o director da publicação periódica em que fosse publicado o escrito ou imagem penalmente ilícito. Assim, nos termos do n.º 2 daquele preceito, o director poderia ser criminalmente responsável de duas formas: como cúmplice do crime praticado pelo autor, se não provasse que “não conhecia o escrito ou imagem publicados ou que não lhe foi possível impedir a publicação” (cf. alínea a); como o próprio autor do crime, “no caso de escritos ou imagens não assinados ou de o autor não ser susceptível de responsabilidade” (cf. alínea b). E era no seguimento

---

<sup>128</sup> Os “crimes de abuso de liberdade de imprensa” consubstanciavam um tipo específico e autónomo de crimes criado pelo Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro, aos quais, contudo, era aplicável a legislação penal comum, com algumas especialidades apontadas naquele diploma. Nos termos do artigo 25.º, n.º 1, daquele Decreto-Lei, consideravam-se crimes de abuso de liberdade de imprensa “os actos ou comportamentos lesivos de interesse jurídico penalmente protegido” que se consumassem “pela publicação de textos ou imagens através da imprensa”. Conforme notam ARONS DE CARVALHO, MONTEIRO CARDOSO e JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, “[n]os crimes de abuso de liberdade de imprensa não se protegiam quaisquer bens jurídicos específicos, operando-se um reenvio para as normas de outros diplomas, nomeadamente o CP, onde se prevêem e punem os tipos legais de crimes, que incriminam indistintamente as ofensas, tenham ou não sido cometidas através da imprensa” (cf. *Direito da Comunicação Social* (...), p. 347, nota 6); “[p]orém, a Lei de Imprensa de 1999 optou por se referir simplesmente a **crimes cometidos através da imprensa** (art. 30.º da LI), sublinhando desse modo que não se trata de um tipo específico de crimes” (cf. *Direito da Comunicação Social* (...), p. 347).

<sup>129</sup> “Face à dificuldade de responsabilizar todos os intervenientes, a maior parte das leis de imprensa enveredaram, desde cedo, pelo sistema da responsabilidade sucessiva, de acordo com o qual se estabelecia uma ordem de responsáveis únicos e tal modo que a punição de um deles afastava a dos seguintes”, sendo que “a origem deste sistema de responsabilidade *en cascade* ou *par cascade* parece remontar à lei belga de 1831”, cf. ARONS DE CARVALHO / MONTEIRO CARDOSO / JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, *Direito da Comunicação Social* (...), p. 372 e nota 76. Afigura-se que a lei de imprensa francesa (*Loi du 29 juillet 1881 sur la liberté de la presse*) terá mantido este sistema, embora com variações desde a formulação original, mas ainda um sistema de “*responsabilité dite en cascade organisée par l’article 42 de la loi du 29 juillet 1881* (...)”, cf. LAURE MARINO, *Responsabilité civile: activité d’information et médias*, Presses Universitaires d’Aix-Marseille, Aix-en-Provence, 1997, p. 132.



deste regime que o n.º 3 estabelecia que “[p]ara os efeitos de responsabilidade criminal, o director do periódico presume-se autor de todos os escritos não assinados e responderá como autor do crime, se não se exonerar da sua responsabilidade, pela forma prevista no número anterior”. Foram estas as normas cuja constitucionalidade foi várias vezes posta em causa nos referidos recursos, uma vez que, alegava-se, ao estabelecerem uma *presunção* de autoria do crime que resultava numa inversão do ónus da prova para o director, aquelas normas violavam um dos princípios basilares do Direito Penal, consagrado no artigo 32.º, n.º 2, da CRP: o princípio da presunção de inocência. Contudo, o TC, por várias vezes<sup>130</sup> decidiu pela não inconstitucionalidade deste regime de responsabilidade criminal do director da publicação periódica, quando interpretado no sentido de que a presunção dele resultante seria “meramente relativa, redundando numa simples prova de primeira aparência, ilidível por contra-prova”<sup>131</sup>.

Em todas estas decisões o TC efectivamente teceu considerações sobre o ora vigente regime legal da responsabilidade do director da publicação periódica pelos conteúdos nela publicados. Contudo, em todas elas esta questão foi abordada apenas num prisma de Direito Penal, uma vez que a responsabilidade do director que estava em causa era a sua responsabilidade criminal. Como tal, a nosso ver, estas decisões não permitiriam transpor quaisquer conclusões para o plano da responsabilidade civil.

Porém, do juízo de conformidade proferido pelo TC em relação àquele regime, considerando que o director está adstrito a um dever especial de evitar que, no periódico que dirige, sejam publicados conteúdos susceptíveis de ofender bens jurídicos tutelados pelo Direito Penal (ou seja, conteúdos cuja publicação consubstancie um **crime** cometido através da imprensa), retiraram alguns tribunais conclusões que levaram à proliferação jurisprudencial de uma interpretação que, projectada no plano da responsabilidade civil, desvenda semelhante dever a cargo do director, *i.e.* um dever que vincularia o director a evitar que sejam publicados conteúdos que consubstanciem factos ilícitos causadores de prejuízos, isto é, **ilícitos civis**. *Constata-se que esta corrente jurisprudencial efectivamente terá transposto para o plano da responsabilidade civil um dever que o TC consagrou apenas no plano da responsabilidade penal*. Mesmo após a entrada em vigor da LI, que consagrou um novo regime de

---

<sup>130</sup> A título de exemplo, vejam-se os acórdãos do TC n.º 63/85, de 16-04-1985 (proc. n.º 71/84, 1.ª secção, relator: RAUL MATEUS), n.º 270/87, de 10-07-1987 (proc. n.º 244/86, 1.ª secção, relator: MONTEIRO DINIS), n.º 448/87, de 18-11-1987 (proc. n.º 99/84, 2.ª secção, relator: CARDOSO DA COSTA).

<sup>131</sup> Cf. passagem do acórdão do TC n.º 270/87, de 10-07-1987 (proc. n.º 244/86, 1.ª secção, relator: MONTEIRO DINIS), disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos>.



responsabilidade criminal do director da publicação periódica – deixando este de ser um regime de responsabilidade sucessiva ou escalonada como o anteriormente vigente, e tendo inclusivamente sido eliminada qualquer referência a uma presunção de autoria do crime a recair sobre o director -, esta corrente jurisprudencial manteve-se. Esta transposição para o plano civil das considerações expendidas pelo TC no plano penal trouxe consigo a construção de uma **presunção legal de culpa** que recai sobre o director, no âmbito da sua responsabilidade civil pelos factos ilícitos cometidos através da imprensa.

Ora, esta corrente jurisprudencial procede a uma interpretação da lei que é, a nosso ver, tão excessiva quanto a interpretação das decisões tomadas pelo TC.

Analizando a redacção do artigo 29.º da LI, constata-se, numa interpretação literal e objectiva, que a referência feita no n.º 2 do referido artigo à actuação do director não serve o propósito de o responsabilizar directamente pelos danos causados pela publicação, pelo que dela não é possível retirar a sua responsabilidade pessoal e directa, e muito menos com culpa presumida. Esta referência serve, sim, o propósito de estabelecer a intervenção do director como requisito da responsabilidade solidária da empresa jornalística. Para o legislador, só este nexo entre a actuação do director e a publicação do conteúdo no periódico legitima a responsabilização da empresa jornalística.

No entanto, nem todas as decisões judiciais têm reflectido essa análise e subscrito tal interpretação, pelo que, como resulta do que foi referido, *surgiram, na jurisprudência portuguesa, dois entendimentos diversos, a este respeito:*

- (i) a defesa da existência de uma presunção legal de culpa do director, decorrente do seu dever especial de impedir a publicação de conteúdos susceptíveis de constituir ilícitos civis<sup>132</sup>;
- (ii) a constatação da inexistência de qualquer presunção legal de culpa do director, com a exigência da verificação de todos os pressupostos gerais da responsabilidade civil (facto, ilicitude, culpa, dano e nexo de causalidade entre o facto e o dano) para a sua responsabilidade civil, nos termos gerais<sup>133</sup>.

---

<sup>132</sup> Neste sentido, a título de exemplo, vejam-se os acórdãos do STJ de 8-5-2013 (proc. n.º 1755/08.0TVLSB.L1.S1, relator ALVES VELHO), 15-03-2012 (proc. n.º 3976/06.0TBCSC.L1.S1, relator HÉLDER ROQUE), 14-02-2012 (proc. n.º 5817/07.2TBOER.L1.S1, relator HÉLDER ROQUE), 09-09-2010 (proc. n.º 77/05.2TBARL.E1.S1, relator GONÇALO SILVANO) e 10-07-2008 (proc. n.º 08P1410, relator HENRIQUES GASPAR), bem como os acórdãos do TRL de 16-10-2014 (proc. n.º 1922/12.1YXLSB.L1-6, relator FÁTIMA GALANTE) e 12-07-2012 (proc. n.º 342/09.0TVLSB.L1.7, relator CRISTINA COELHO), disponíveis em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>133</sup> Neste sentido, a título de exemplo, veja-se o acórdão do STJ de 17-12-2009 (proc. n.º 4822/06.0TVLSB,

Desde já anunciamos que aderimos à última das orientações *supra* expostas, com base em razões que explicitaremos mais abaixo. Não consideramos que resulte da lei qualquer presunção de culpa do director da publicação periódica, em sede de responsabilidade civil emergente de conteúdos naquela publicados. Antes julgamos que a responsabilidade civil daquele se encontra sujeita, embora com algumas nuances, ao regime geral da responsabilidade civil que resulta dos artigos 483.º e seguintes do CC, em resultado da remissão operada para estes princípios gerais pelo artigo 29.º, n.º 1, da LI. Antes de procurar fundamentar a posição que adoptamos neste âmbito, julgamos ser necessária uma breve exposição dos pontos-chave de cada um dos referidos entendimentos, acompanhada de algumas referências doutrinárias.

#### 4. Presunção legal de culpa?

Afigura-se ser maioritária entre a **jurisprudência** a corrente segundo a qual recai sobre o director da publicação periódica uma presunção legal de culpa, no âmbito da sua responsabilidade civil pelos conteúdos danosos constantes da publicação periódica que dirige<sup>134</sup>. Os casos nos quais o referido entendimento é invocado e aplicado pelos tribunais assumem quase sempre os mesmos contornos. Trata-se de acções de responsabilidade civil instauradas por lesados que se confrontaram com a publicação na imprensa de factos que os visam. Alegam que a divulgação desses factos na imprensa lhes causou danos e pretendem ver esses danos ressarcidos, pelo que recorrem aos tribunais. A opção imediata passaria por intentar tal acção contra o jornalista autor do conteúdo danoso, *v.g.* texto ou imagem publicados. No entanto, conscientes de que o património de apenas uma pessoa singular *i.e.* o jornalista em causa, pode não ser suficiente para lhes assegurar o pagamento da indemnização que pretendem, os lesados, provavelmente aconselhados pelos advogados que os representam, instauram a acção de responsabilidade civil contra o máximo de agentes de imprensa que se

---

relator OLIVEIRA ROCHA), bem como os acórdãos do TRL de 17-9-2009 (proc. n.º 6160/05-2, relator EZAGÜY MARTINS), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), e de 12-01-1999, disponível em *Colecção de Jurisprudência*, ano XXIV, tomo I, 1999, pp. 73-75.

<sup>134</sup> Cf. acórdão do STJ de 8-5-2013 (proc. n.º 1755/08.0TVLSB.L1.S1, relator ALVES VELHO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), no qual o douto Tribunal refere que “vem sendo entendimento largamente dominante” que “a imputação ao director do periódico da responsabilidade pelos respectivos conteúdos resulta da própria titularidade da função e das competências que a lei lhe comete e com que o onera no exercício dessa função, integrando uma presunção legal”.

encontrem relacionados com a publicação periódica na qual o conteúdo danoso foi publicado. Desta forma, agindo contra o maior número de pessoas, alegam que todos, de alguma forma, contribuíram para que o dano fosse causado na sua esfera pela publicação em causa. É compreensível que assim o façam, uma vez que o que pretendem, *ultima razione*, é assegurar que a indemnização lhes seja paga. Precavendo-se desta forma, os lesados asseguram que, caso o tribunal admita a responsabilidade de todos os réus (ou apenas de alguns, mas em todo o caso, mais do que apenas um, *i.e.* o jornalista autor do conteúdo danoso), exista uma maior base patrimonial para suportar o pagamento da indemnização que pretendem obter.

Na maioria destes casos, os acórdãos começam por reconhecer que a responsabilidade civil do director da publicação periódica não se subtrai aos princípios gerais da responsabilidade civil extracontratual, plasmados desde logo na norma geral do artigo 483.º do CC. Nesse sentido, geralmente é reconhecido, como ponto de partida, que, em regra, é necessária a verificação dos requisitos da responsabilidade civil extracontratual (facto, ilicitude, culpa, dano e nexo de causalidade), resultantes do n.º 1 daquela norma. Além disso, reconhecem que a lei não prevê a responsabilidade objectiva do director, à luz do n.º 2 do mesmo preceito legal, segundo o qual “[s]ó existe obrigação de indemnizar independentemente de culpa nos casos especificados na lei”. Reconhecendo que a responsabilidade civil do director depende do elemento da culpa, os acórdãos rapidamente passam da constatação de tais princípios, como ponto de partida, para o desvendar de especificidades na figura do director que, no seu entendimento, impõem que, em concreto, o requisito da culpa seja analisado sobre outro prisma, quanto a este agente da imprensa. Geralmente, é neste ponto do raciocínio que é chamado à colação o artigo 487.º, n.º 1, do CC, de cujo conteúdo se reconhece que resulta, como princípio geral, que o ónus da prova da culpa do lesante recai sobre o lesado - “[é] ao lesado que incumbe provar a culpa do autor da lesão (...)”. No entanto, o enfoque principal é dado à parte final daquela norma, que consagra como excepção a tal ónus da prova a verificação de uma presunção legal de culpa - “(...) salvo havendo presunção legal de culpa”.

Esta corrente jurisprudencial defende que a presunção legal de culpa do director decorre do artigo 20.º da LI que, epigrafado de “estatuto do director”, estabelece os deveres e direitos inerentes à sua função. Em especial, é invocada a alínea a) do n.º 1 daquele artigo, da qual resulta que ao director compete “orientar, superintender e determinar o conteúdo da publicação”. Ora, desta competência que a lei atribui ao director, tal corrente jurisprudencial retira a imposição de um “**dever especial** de conhecimento antecipado das matérias a publicar e que hão-de constituir o conteúdo do periódico, que lhe importa determinar como um dever

funcional, em ordem a obstar à publicação daquelas que possam integrar um tipo legal de crime ou constituir um facto ilícito gerador de responsabilidade civil”<sup>135</sup>.

Do “conjunto de poderes e deveres” de “orientação e superintendência” da publicação periódica, esta jurisprudência retira para o director a “imposição de uma actuação que implica a realização de escolhas ou opções sobre os conteúdos a publicar, opções que, por sua vez, pressupõem o conhecimento das matérias que os autores ou jornalistas se propõem fazer inserir na publicação”.<sup>136</sup> Não se discorda que “o comportamento devido do director, em execução das competências funcionais que especialmente lhe são deferidas por lei, passa, portanto, necessariamente, por uma actuação diligente tendente a conhecer os conteúdos a publicar, no exercício dos poderes-deveres de orientação e superintendência”. Mas esta corrente vai, a nosso ver, longe de mais quando passa de tal constatação para a conclusão de que “a actuação teleologicamente dirigida para o efectivo controlo e intervenção no conteúdo da publicação” que deve adoptar o director, o adstringe ao dever especial de “impedir a comissão de ilícitos geradores de responsabilidade”.<sup>137</sup> Inclusivamente, considera que deste dever resulta que se deve aceitar que tudo o que vier a ser publicado no seu periódico “não pode deixar de ser tido como aceite e autorizado por ele, pelo menos tacitamente”<sup>138</sup>.

Assim, esta linha jurisprudencial considera que “a imputação ao director do periódico da responsabilidade pelos respectivos conteúdos resulta da própria titularidade da função e das competências que a lei lhe comete e com que o onera no exercício dessa função” integra uma presunção legal. Da existência desta presunção legal resulta, desde logo, a consequência de que bastará ao lesado alegar e demonstrar os factos integradores do ilícito, do dano e do nexo de causalidade, limitando-se a invocar a qualidade de director do demandado, para que este fique onerado com a prova dos factos susceptíveis de ilidirem a presunção que sobre si recai, isto é, provar que desconhecia a publicação, que se opôs à mesma ou que foi impossibilitado de se opor à mesma.

---

<sup>135</sup> Formulação repetida em vários acórdãos do STJ, apenas com pequenas variações, sendo de destacar, a título exemplificativo os seguintes dois acórdãos, nos quais esta formulação é apresentada exactamente nos mesmos termos: 15-03-2012 (proc. n.º 3976/06.0TBCSC.L1.S1, relator HÉLDER ROQUE), 14-02-2012 (proc. n.º 5817/07.2TBOER.L1.S1, relator HÉLDER ROQUE), disponíveis em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>136</sup> Cf. acórdão do STJ de 08-05-2013 (proc. n.º 1755/08.0TVLSB.L1.S1, relator ALVES VELHO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>137</sup> Cf. acórdão do STJ de 08-05-2013 (proc. n.º 1755/08.0TVLSB.L1.S1, relator ALVES VELHO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>138</sup> Cf. acórdão do STJ de 08-05-2013 (proc. n.º 1755/08.0TVLSB.L1.S1, relator ALVES VELHO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Entre a **doutrina** nesta matéria, poucos autores têm abordado esta questão. Embora reconhecendo a existência desta corrente jurisprudencial, na maioria dos casos não são tecidas considerações sobre a sua bondade, limitando-se a referi-la sem “tomar partido” e para dela extrair as suas consequências. Contudo, merece destaque, neste âmbito, o comentário de MARIA MANUEL BASTOS e NEUZA LOPES ao n.º 1 do artigo 29.º da LI<sup>139</sup>, no qual as autoras, ainda que sem uma tomada de posição, referem que “apesar de a jurisprudência tender a considerar a existência de uma presunção legal do conhecimento do director da publicação pelos conteúdos publicados, responsabilizando-o sem que ao lesado caiba demonstrar a existência de culpa, *importa sublinhar que se encontra jurisprudência em sentido divergente e sustentada em argumentos atendíveis*”<sup>140</sup>. Destacamos ainda a posição de COUTINHO RIBEIRO nesta matéria, que, ainda antes da entrada em vigor da nova LI, defendia uma posição contrária à que era, já na altura, a interpretação seguida pela jurisprudência a respeito da norma que hoje corresponde ao artigo 29.º, n.º 2, da LI<sup>141</sup>. Afirmava o autor que “[a]o contrário do que é entendimento comum, em acção cível para ressarcimento dos danos provocados por factos cometidos através da imprensa, os responsáveis parecem ser, de acordo com o n.º 2 deste artigo, para além do autor do escrito ou imagem assinados, a empresa jornalística e não o director do periódico ou o seu substituto legal, mesmo que se prove que tiveram conhecimento prévio da publicação do escrito ou imagem em causa”<sup>142</sup>.

## 5. Posição defendida

Como avançámos anteriormente, não perfilhamos o entendimento segundo o qual resulta da lei uma presunção de culpa do director da publicação periódica, em sede de responsabilidade civil. *Consideramos – com o devido respeito – que a corrente jurisprudencial que deu origem ao referido entendimento não apresenta razões ponderosas que fundamentem, pelo menos em face do direito constituído, a existência daquela presunção de culpa. Antes julgamos que aquele entendimento resultou de uma transposição do regime legal da responsabilidade penal na imprensa para o plano da responsabilidade civil, a qual não é legítima, tal como*

---

<sup>139</sup> Cf. *Comentário à Lei de Imprensa e ao Estatuto do Jornalista* (...), p. 122.

<sup>140</sup> Itálico nosso.

<sup>141</sup> Na altura, o artigo 24.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro.

<sup>142</sup> Cf. *A Nova Lei de Imprensa (anotada) face ao novo Código Penal*, Coimbra Editora, Coimbra, 1995, p. 47.

*procuraremos fundamentar.*

Não estamos isolados na defesa deste entendimento, uma vez que, como referido acima, existe “jurisprudência em sentido divergente e sustentada em argumentos atendíveis”<sup>143</sup>. A título exemplificativo, veja-se o acórdão do STJ de 17 de Dezembro de 2009<sup>144</sup>, em que o doutro Tribunal firma jurisprudência no sentido de que “em acção cível para ressarcimento dos danos provocados por factos cometidos através da imprensa, *os responsáveis, de acordo com o n.º 2 do art. 29.º da [LI], são, para além do autor do escrito ou imagem, a empresa jornalística e não o director do periódico ou o seu substituto legal, mesmo que se prove que tiveram conhecimento prévio da publicação do escrito ou imagem em causa*”<sup>145</sup>. Neste ponto, o STJ subscreveu (citando na íntegra), a posição defendida por COUTINHO RIBEIRO que, como referimos acima, ainda antes da entrada em vigor da nova LI já defendia, mesmo contra o que era, na altura, a interpretação seguida pela jurisprudência, este entendimento<sup>146</sup>. Também o TRL, num acórdão de 17 de Setembro de 2009<sup>147</sup>, firmou jurisprudência no sentido de que “[n]ão existe, no domínio da actual Lei de Imprensa qualquer presunção legal de culpa quanto ao director de publicação periódica ou o seu legal substituto”. Na fundamentação desse acórdão, o TRL admite que “[passa] à margem da questão da repercussão do ilícito criminal na vertente civil” para “concluir pela inexistência de presunção legal de culpa, quanto ao director de publicação periódica”. Para além da afirmação expressa de que não se vislumbra a consagração de qualquer presunção legal de culpa em matéria de responsabilidade civil por ilícito cometido através da imprensa, o douto Tribunal defende antes que “o disposto no (...) art.º 29.º, n.º 2, [da LI] exclui aquela”, uma vez que “não se casa a responsabilidade solidária das empresas jornalísticas com o autor do escrito ou imagem, em caso de inserção destes «com conhecimento e sem oposição do director ou seu substituto legal», com a presunção de culpa do director ou seu substituto legal”. Efectivamente, a estar consagrada na lei tal presunção de culpa, “careceria de justificação a referência, no art.º 29.º, n.º 2, ao conhecimento e ausência de oposição do director”, caso contrário “estar-se-ia a estabelecer, contra toda a arquitectura da responsabilidade civil uma dualidade de regimes, em matéria de responsabilidade da empresa, consoante a culpa do director fosse efectiva ou meramente presumida (ficta)”. O Tribunal acrescenta que, ainda que a prova do conhecimento e não

---

<sup>143</sup> Cf. *Comentário à Lei de Imprensa e ao Estatuto do Jornalista* (...), p. 122.

<sup>144</sup> Proc. n.º 4822/06.0TVLSB, relator OLIVEIRA ROCHA, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>145</sup> Itálico nosso.

<sup>146</sup> Cf. *A Nova Lei de Imprensa (anotada) face ao novo Código Penal* (...), p. 47.

<sup>147</sup> Proc. n.º 6160/05-2, relator EZAGÜY MARTINS, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

oposição do director seja considerada “diabólica (...) por versar sobre factos passados no foro interno do jornal, deparando-se ela com uma situação, à partida, de prática inacessibilidade”, essa extrema dificuldade probatória “não conduz a inversão do ónus probatório”<sup>148</sup>. A Relação apenas admite que tal fosse relevante “no plano de exigência da prova”. Por fim, considera que “também não seria caso de operar qualquer presunção judicial”, uma vez que “aquela pressupõe a existência de factos apurados, de que derivam outros, assim presumidos, atentas as máximas da experiência assentes no normal fluir da vida ou no natural evoluir da realidade das coisas, cf. art.ºs 349.º e 351.º, do Código Civil”. Subscrevemos toda a argumentação traçada pelo TRL neste acórdão, que aplaudimos por não confundir a responsabilidade penal do director com a sua responsabilidade civil. Como referido, o Tribunal admitiu que existe efectivamente uma “questão da repercussão do ilícito criminal na vertente civil”, mas que passa “à margem” da mesma. Tal demonstra a dificuldade com que os tribunais se têm deparado ao decidir nestes casos, já que, na esmagadora maioria dos casos, estão em causa processos penais com pedidos de indemnização civil. Embora com uma separação “turva” entre a argumentação no plano penal e a argumentação no plano civil, destacamos ainda o acórdão do STJ de 7 de Fevereiro de 2008<sup>149</sup>, no qual o douto Tribunal defendeu que se dos factos não resultar expressamente que o director da publicação teve conhecimento e não se opôs à publicação dos conteúdos ilícitos, este não deverá ser condenado. O STJ considerou que no caso em apreço terá sucedido – e que pode sempre suceder – que o director não haja sido “tido nem achado” relativamente à publicação em causa e, como tal, não se deverá presumir que ele teve conhecimento e não se opôs à publicação, quanto muito admite que “as suas funções poderiam levar a menor exigência de prova sobre o seu conhecimento prévio das notícias ou até levar a presunções judiciais que a tal conduzissem” – de notar que o STJ refere presunções judiciais e não presunções legais (de culpa).

Ora, na senda destes acórdãos, não seguimos a corrente jurisprudencial maioritária, entendendo antes que *não existe qualquer presunção de culpa do director da publicação periódica, em face da lei, apenas podendo haver lugar à responsabilização civil daquele agente de imprensa quando estejam verificados todos os pressupostos de responsabilidade civil*.

Quando falamos da responsabilidade civil do director da publicação periódica, não existem

---

<sup>148</sup> Neste ponto, o TRL cita o acórdão do STJ de 7-2-2008 (proc. n.º 07B4403, relator: JOÃO BERNARDO), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>149</sup> Proc. n.º 07B4403, relator JOÃO BERNARDO, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).



dúvidas de que nos movemos no âmbito da responsabilidade civil extra-obrigacional ou delitual. Isto porque entre o director da publicação periódica e a pessoa lesada pelo conteúdo nela publicado não existe, em princípio, qualquer vínculo obrigacional, pelo que o director não incumpe qualquer obrigação quando é publicado um conteúdo ilícito no periódico que dirige. Quanto muito, nesse caso, o director terá incumprido a sua obrigação legal de “orientar, superintender e determinar o conteúdo da publicação”, que resulta da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º da LI. Ora, como foi referido aquando da análise do requisito da ilicitude, do artigo 483.º, n.º 1, do CC resultam duas principais formas de ilicitude: a violação de direitos de outrem e a violação de disposições legais destinadas a proteger interesses alheios. *A nosso ver, não se afigura que a norma do artigo 20.º, n.º 1, alínea a), da LI corresponda a uma disposição legal destinada a proteger interesses alheios. Trata-se apenas de uma norma que estabelece um dever geral do director, no âmbito do seu estatuto profissional.* Julgamos que o legislador não terá querido consagrar naquela norma uma especial vocação da protecção de interesses de terceiros, mas apenas uma lógica de organização e estruturação das publicações periódicas. Como tal, a existir responsabilidade civil do director da publicação periódica pelos conteúdos danosos nela publicados, a forma de ilicitude que estará em causa será a violação de um direito subjectivo do lesado, que na maior parte dos casos será um direito de personalidade, como foi referido aquando da análise do requisito da ilicitude sob o prisma da responsabilidade civil na imprensa. De todo o modo, há que avançar, desde já, que, num plano anterior ao do seu incumprimento, deverá ser rigorosamente determinada a própria natureza da obrigação estabelecida no artigo 20.º, n.º 1, da alínea a), em ordem a aferir se a publicação do conteúdo ilícito no periódico permite, só por si, concluir que o director terá incumprido aquela obrigação legal e, ainda, se daí resulta directamente a responsabilização civil do director pelos danos sofridos pelo lesado. Uma vez que a modalidade de responsabilidade civil aqui em causa é a aquiliana ou extracontratual, torna-se patente a aplicação do artigo 487.º do CC, que consagra no seu n.º 1 o princípio geral quanto ao ónus da prova da culpa: “[é] ao lesado que incumbe provar a culpa do autor da lesão, *salvo havendo presunção legal de culpa*”<sup>150</sup>. Assim, a existência de uma presunção legal de culpa constitui uma excepção à regra segundo a qual o ónus da prova da culpa do lesante recai sobre o lesado. Regra oposta vigora em sede de responsabilidade civil obrigacional, em que existe uma verdadeira presunção de culpa do devedor, que lhe cabe ilidir, provando que “a falta de cumprimento ou o cumprimento defeituoso da obrigação não procede de culpa sua” (cf. artigo

---

<sup>150</sup> Itálico nosso.

799º, n.º1, do CC). A norma que consta do n.º 1 do artigo 487.º do CC não passa da consagração, em sede de responsabilidade civil extracontratual, dos princípios gerais sobre o ónus da prova. Com efeito, o artigo 342.º, n.º 1, do CC estabelece que “[à]quele que invocar um direito cabe fazer a prova dos factos constitutivos do direito alegado”. Ora, numa acção de responsabilidade civil, é o lesado quem invoca, perante o tribunal, o direito a receber uma indemnização pelos danos sofridos, a ser suportada pelo lesante. Os factos constitutivos<sup>151</sup> do direito à indemnização consubstanciam os requisitos do próprio instituto da responsabilidade civil extracontratual, que resultam do artigo 483.º, n.º 1, do CC. Um desses requisitos é precisamente a culpa do lesante. Sendo o lesado quem invoca o direito a indemnização, e sendo a culpa do lesante um dos factos constitutivos do direito do lesado, resulta daquele princípio, em sede de ónus da prova, que caberá ao lesado provar a culpa do lesante. Ora, é precisamente isso que resulta da regra enunciada na primeira parte do artigo 487.º, n.º 1, do CC. Ainda que, porventura, houvesse dúvida sobre se a culpa do lesante consubstancia um facto constitutivo do direito do lesado, esta dúvida seria resolvida com recurso ao n.º 3 do artigo 342.º do CC, que estabelece que “[e]m caso de dúvida, os factos devem ser considerados como constitutivos do direito”<sup>152</sup>. Quanto à parte final do artigo 487.º, n.º 1, que prevê os casos de presunção legal de culpa como excepções à regra da distribuição do ónus da prova, não passa também de uma manifestação do princípio consagrado no artigo 344.º do CC, em sede de inversão do ónus da prova. Efectivamente, nos termos do n.º 1 deste artigo, dá-se a inversão do ónus da prova “quando haja presunção legal” ou “de um modo geral, sempre que a lei o determine”. Assim, o que a parte final do artigo 487.º, n.º 1, prevê é uma verdadeira inversão do ónus da prova da culpa do lesante quando exista uma presunção legal de culpa. Esta inversão dispensa o lesado de provar a culpa do lesante para ter direito à indemnização pelos danos sofridos. Por sua vez, passa o lesante a ficar onerado com a tarefa de provar que não agiu com culpa, ao adoptar a conduta que causou os danos verificados na esfera do lesado.

O ponto-chave do nosso raciocínio traduz-se em saber, afinal, o que é uma presunção legal de culpa. Desde logo, uma presunção traduz-se numa ilação que a lei (no caso das presunções

---

<sup>151</sup> “Os factos constitutivos do direito são aqueles que constituem pressuposto do respectivo aparecimento”, sendo que “a natureza dos factos apenas pode ser identificada numa acção em concreto, em virtude do direito aí invocado”, dependendo essa natureza “da relação jurídica material subjacente à relação processual”, cf. AAVV, *Comentário ao Código Civil – Parte Geral* (...), p. 812.

<sup>152</sup> Fora deste âmbito, em sede de responsabilidade civil obrigacional, existem dúvidas sobre a qualificação do incumprimento enquanto facto constitutivo ou extintivo, “ao invés do que ocorre no accionamento da responsabilidade extracontratual” – que é o que aqui nos interessa – “em que não se duvida da natureza do ilícito como constitutiva do direito do autor”, cf. AAVV, *Comentário ao Código Civil – Parte Geral* (...), p. 812.

legais) ou o julgador (no caso das presunções judiciais) tira de um facto conhecido para firmar um facto desconhecido (cf. artigo 349.º do CC). Como tal, para podermos concluir que estamos perante uma presunção legal é necessário que o legislador tenha estabelecido uma inferência entre a verificação de determinados factos e a forte probabilidade de terem ocorrido outros, que se dão, deste modo, por verificados. Existem alguns exemplos clássicos de presunções legais de culpa em sede de responsabilidade civil extracontratual. Desde logo, as consagradas nos artigos 492.º, n.º 1, e 493.º, n.º 1, do CC. Decorre destas duas normas que, tanto o proprietário ou possuidor de edifício ou outra obra que ruir, no todo ou em parte, por vício de construção ou defeito de conservação, como a pessoa que tiver em seu poder coisa móvel ou imóvel, com o dever de a vigiar, ou que tiver assumido o encargo da vigilância de quaisquer animais – respectivamente -, são presumidamente culpados pelos danos causados. A evidência com que resultam da redacção de ambas estas normas presunções de culpa prende-se com as expressões inequívocas que o legislador utilizou. No artigo 492.º, n.º 1, lê-se que o proprietário ou possuidor da obra ou edifício que ruir “responde pelos danos causados, *salvo se provar que não houve culpa da sua parte, ou que, mesmo com a diligência devida, se não teriam evitado os danos*”. Por sua vez, o 493.º, n.º 1, estabelece que o vigilante das coisas ou animais que causem danos responde por estes “*salvo se prova que nenhuma culpa houve da sua parte ou que os danos se teriam igualmente produzido ainda que não houvesse culpa sua*”. Esta linguagem do legislador não deixa margem para dúvidas de que se pretendeu expressamente que, nestes âmbitos, operassem presunções legais de culpa. Também nos artigos 491.º e 503.º, n.º 3, do CC, podemos encontrar presunções legais de culpa. No primeiro caso, trata-se de uma presunção de culpa que recai sobre as “pessoas que, por lei ou negócio jurídico, forem obrigadas a vigiar outras, por virtude da incapacidade natural destas”. Como apontam PIRES DE LIMA e ANTUNES Varela, nestes casos, “[q]uando haja qualquer lesão cometida pelo incapaz, a lei presume, portanto, que ela proveio de *culpa in vigilando*”<sup>153</sup>. Tal resulta claramente da redacção do artigo 491.º<sup>154</sup>, em especial da parte final, que especifica que os vigilantes só não são responsabilizados “se mostrarem que cumpriram o seu dever de vigilância ou que os danos se teriam produzido ainda que os tivessem cumprido”. Por fim, outro exemplo clássico de presunção legal de culpa respeita ao artigo 503.º, n.º 3, do CC, desta feita em sede de responsabilidade por acidentes causados por veículos. Da afirmação de que o condutor comissário (“aquele que conduzir o veículo por

---

<sup>153</sup> Cf. *Código Civil Anotado*, I, 1.ª ed. (...), p. 336.

<sup>154</sup> Sobre este tema, em especial, cf. HENRIQUE ANTUNES, *Responsabilidade civil dos obrigados à vigilância de pessoa naturalmente incapaz*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2000.

conta de outrem”) “responde pelos danos que causar, *salvo se provar que não houve culpa da sua parte*” resulta a consagração de uma presunção de culpa daquele<sup>155</sup>.

Não é de todo uma redacção semelhante a estas a que se encontra no artigo 20.º, n.º 1, alínea a), da LI. Deste preceito apenas resulta que ao director compete “orientar, superintender e determinar o conteúdo da publicação”. O artigo inclusivamente tem como epígrafe “[e]statuto do director”, pelo que, a nosso ver, dele resultará apenas um **dever geral do director**, no âmbito do seu estatuto profissional, e não qualquer dever especial que o obrigue a impedir que, na publicação periódica que dirige, sejam publicados conteúdos geradores de responsabilidade civil. Efectivamente, à luz da jurisprudência constitucional analisada, o director encontra-se adstrito a um dever especial de evitar que, no periódico que dirige, sejam publicados conteúdos susceptíveis de ofender bens jurídicos tutelados pelo Direito Penal (ou seja, conteúdos cuja publicação consubstancie um crime cometido através da imprensa). Este dever resultará do regime da responsabilidade penal do director, plasmado no artigo 31.º, n.º 3, da LI, segundo o qual o director é criminalmente responsável em co-autoria com o autor do conteúdo criminoso publicado, quando “não se oponha, através da acção adequada, à comissão de crime através da imprensa, podendo fazê-lo”, sendo “punido com as penas cominadas nos correspondentes tipos legais, reduzidas de um terço nos seus limites”. *Todavia, não resulta de qualquer norma da LI um dever semelhante no que respeite a meros ilícitos civis, i.e. o director não se encontra especialmente adstrito a impedir que, no periódico que dirige, sejam publicados conteúdos causadores de danos, até porque escapa ao seu controlo, no âmbito do exercício das suas funções, o espectro de danos que advêm dos conteúdos publicados, quando não seja o seu autor. Não pretendemos com isto afirmar a “irresponsabilização civil” do director. Apenas não consideramos que resulte da lei um tal dever especial com uma consequente presunção de culpa, no plano da responsabilidade civil*

---

<sup>155</sup> Relativamente a esta matéria, merece destaque o assento do STJ n.º 1/83, de 14-04-1983, nos termos do qual “[a] primeira parte do n.º 3 do artigo 503.º do Código Civil estabelece uma presunção de culpa do condutor do veículo por conta de outrem pelos danos que causar, aplicável nas relações entre ele como lesante e o titular ou titulares do direito a indemnização”. Com este assento, o STJ esclareceu que esta presunção de culpa é aplicável nas relações externas. Também relacionados com esta matéria, cf. os assentos do STJ n.º 1/80, de 21-11-1979 (“O disposto no artigo 493.º, n.º 2, do Código Civil não tem aplicação em matéria de acidentes de circulação terrestre.”), n.º 3/94, de 26-01-1994 (“A responsabilidade por culpa presumida do comissário, estabelecida no artigo 503.º, n.º 3, primeira parte, do Código Civil, é aplicável no caso de colisão de veículos prevista no artigo 506.º, n.º 1, do mesmo Código.”), e n.º 7/94, de 02-03-1994 (“A responsabilidade por culpa presumida do comissário, nos termos do artigo 503.º, n.º 3, do Código Civil, não tem os limites fixados no n.º 1 do artigo 508.º do mesmo diploma.”). Preconizando a inconstitucionalidade da presunção de culpa consagrada no artigo 503.º, n.º 3, do CC, por violação do princípio da igualdade, cf. MARIA DA GRAÇA TRIGO, “Das presunções de culpa no regime da responsabilidade civil por acidentes de viação”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 32, Outubro/Dezembro de 2010, pp. 22-44.

do director. Trata-se, para nós, de uma questão de **interpretação da lei**, que deve ser feita em atenção aos critérios consagrados nas normas gerais do CC. Nesse sentido, embora o artigo 9.º, n.º 1, do CC, estabeleça que a “interpretação não deve cingir-se à letra da lei, mas reconstituir a partir dos textos o pensamento legislativo, tendo sobretudo em conta a unidade do sistema jurídico, as circunstâncias em que a lei foi elaborada e as condições específicas do tempo em que é aplicada”, a verdade é que o n.º 2 é categórico quanto ao facto de não poder “ser considerado pelo intérprete o pensamento legislativo que não tenha na letra da lei um mínimo de correspondência verbal, ainda que imperfeitamente expresso”. Ora, a nosso ver, a presunção de culpa do director, em sede de responsabilidade civil, não tem a mínima correspondência na redacção dos artigos 20.º e 29.º da LI, nem tão pouco existe no CC ou em legislação avulsa qualquer norma especial que aponte nesse sentido. Assim, como “na fixação do sentido e alcance da lei, o intérprete presumirá que o legislador consagrou as soluções mais acertadas e soube exprimir o seu pensamento em termos adequados”, não podemos deixar de concluir – pelo menos, em face do direito constituído – pela *inexistência de qualquer presunção legal de culpa* do director nesta sede. O facto de assim entendermos não nos impede de reconhecer que os tribunais, no exercício do seu poder de fixação a matéria de facto, utilizam presunções judiciais nos termos do artigo 351.º do CC, com base nas regras da experiência comum. Cabe aos tribunais proceder a uma análise casuística das situações em que há lugar a responsabilidade civil do director, sem que esta possa, contudo, ter por base a sua culpa presumida, uma vez que esta não resulta da lei, conforme temos vindo a defender. O director apenas poderá ser civilmente responsabilizado quando se verificarem todos os pressupostos da responsabilidade civil: facto, ilicitude, culpa, dano, nexo de causalidade. Parece-nos que terá sido este o entendimento do STJ, no seu acórdão de 18 de Dezembro de 2012<sup>156</sup>. O douto tribunal considerou que “[o] director de uma publicação periódica que permite a publicação de notícia cujo conteúdo lese gravemente o bom nome e reputação de alguém preenche a previsão do art. 484.º do CC, sendo solidariamente responsável – juntamente com os autores do escrito e a empresa jornalística proprietária – pelo ressarcimento dos danos sofridos pelo demandante (art. 497.º do CC), *verificados que estejam todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual*”. O STJ não dispensou a verificação de todos estes pressupostos para condenar o director no pagamento da indemnização ao lesado (neste caso, solidariamente com a empresa jornalística e os autores do escrito lesivo), não tendo aludido a qualquer presunção de culpa neste âmbito. A nosso ver, a

---

<sup>156</sup> Proc. n.º 352/07.1TBALQ.L1.S1, relator PEREIRA DA SILVA, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

verificação de todos os pressupostos da responsabilidade civil - inclusive o da culpa (por isso, não presumida) - não pode mesmo ser dispensada, podendo apenas, quanto muito, recorrer-se ao conceito de sistema móvel de responsabilidade civil, para defender que os referidos pressupostos da responsabilidade civil poderão ter um peso distinto, atendendo à justiça do caso concreto<sup>157</sup>.

A aplicação da presunção de culpa aos casos concretos, operada pela corrente jurisprudencial que a defende, trouxe para o director consequências muito gravosas. Em resultado desta corrente jurisprudencial, o director vê-se sujeito a uma responsabilidade profissional mais ampla do que aquela que o legislador lhe pretendeu atribuir, solução que menos sentido faz tendo em conta que a lei prevê a responsabilidade solidária da empresa jornalística com o autor da publicação (cf. artigo 29.º, n.º 2, da LI). *Assim, esta extensão da responsabilidade civil do director não tem razão de ser nem é coerente com o regime legal da responsabilidade civil por factos praticados na imprensa globalmente analisado*, tal como sublinhou o TRL num dos acórdãos acima analisados<sup>158</sup>. Para além disso, *a aplicação da referida presunção de culpa aumenta os efeitos da “censura” interna na imprensa*, já que os directores das publicações periódicas mais frequentemente limitarão “muito do trabalho dos jornalistas, para além de os ameaçarem com sanções disciplinares ou com o despedimento, mesmo quando estes garantam que o mesmo é fidedigno”<sup>159</sup>, o que resulta, em última análise, numa excessiva compressão da liberdade de imprensa no plano editorial.

---

<sup>157</sup> CF. WALTER WILBURG / RAÚL GUICHARD, “«Desenvolvimento De Um Sistema Móvel No Direito Civil», Apresentação da tradução”, in *Direito e Justiça*, XIV, tomo 3, 2000, pp. 51-52: “O essencial do «sistema móvel» reside em que os «elementos» ou «forças» que o compõem tem um peso distinto e são, de algum modo, «fungíveis» ou permutáveis. Mais precisamente, os fundamentos de determinado efeito jurídico assumirão, entre si, diversa ponderação ou peso (no limite, a particular acuidade de um poderia levar a prescindir da verificação de outro) e interferirão também com a medida da consequência (...)”. O conceito de sistema móvel foi originalmente concebido por WALTER WILBURG na sua obra *Die Elemente des Schadensrecht* (1941), tendo sido, entre nós, considerada a sua aplicação no âmbito da responsabilidade civil por CARNEIRO DA FRADA, em especial como forma de preenchimento do conceito normativo de dano, cf. *Direito civil – Responsabilidade civil* (...), p. 90.

<sup>158</sup> Cf. acórdão do TRL de 17-09-2009 (proc. n.º 6160/05-2, relator EZAGÜY MARTINS): “[n]ão se casa a responsabilidade solidária das empresas jornalísticas com o autor do escrito ou imagem, em caso de inserção destes “com conhecimento e sem oposição do director ou seu substituto legal”, com a presunção de culpa do director ou seu substituto legal. A estar consagrada esta última careceria de justificação a referência, no art.º 29º, n.º 2, ao conhecimento e ausência de oposição do director. Ou então estar-se-ia a estabelecer, contra toda a arquitectura da responsabilidade civil, uma dualidade de regimes, em matéria de responsabilidade da empresa, consoante a culpa do director fosse efectiva ou meramente presumida (ficta)”.

<sup>159</sup> Cf. JÓNATAS MACHADO, *Liberdade de expressão: dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social*, Coimbra Editora, Coimbra, 2002, p. 595, nota 1081, citando BALKIN. Ainda que o autor precise que esta consequência é referida por BALKIN como uma consequência geral da responsabilidade dos directores dos meios de comunicação social, a nosso ver, tal consequência é, naturalmente, ainda mais acentuada com a aplicação de uma presunção de culpa.



## 6. Articulação com o regime da responsabilidade penal

O regime legal da autoria nos crimes cometidos através da imprensa tem evoluído no sentido de uma diminuição da responsabilidade penal do director da publicação periódica. Na verdade, a aferição da autoria deste tipo de crimes sempre levantou inúmeros problemas jurídicos, para a resolução dos quais não bastam as directrizes estabelecidas neste âmbito no regime geral do CP<sup>160</sup>. Isto porque na publicação de um texto ou imagem num jornal ou revista intervêm, geralmente, várias pessoas, na maior parte das vezes numa actuação encadeada que leva ao resultado final da publicação. Assim, a LI consagra, no seu artigo 31.º, um regime especial de autoria e comparticipação nos crimes cometido através da imprensa. A regra geral de autoria destes crimes, enunciada no n.º 1 deste preceito, é a de que será autor do crime “quem tiver criado o texto ou imagem cuja publicação constitua ofensa dos bens jurídicos protegidos pelas disposições incriminadoras”. Porém, resulta de uma interpretação conjugada com o n.º 2 a exigência de um requisito adicional de autoria em relação ao criador do texto ou imagem: o seu consentimento quanto à publicação dos mesmos. Caso este requisito não se verifique, não será o criador do texto ou imagem punido como autor do crime, sendo antes punido como tal quem tiver promovido a publicação (não consentida pelo seu autor) do texto ou imagem. Neste âmbito, “a falta de consentimento do autor do escrito e imagem, para efeitos da exoneração da sua responsabilidade, não tem, necessariamente de ser expressa, isto é, de se traduzir num comportamento activo de oposição, bastando que tal resulte de forma inequívoca perante as circunstâncias de facto”<sup>161</sup>. É o n.º 3 do artigo 31.º que consagra o regime da responsabilidade penal do director da publicação periódica. Estabelece esta norma que “director, o director-adjunto, o subdirector ou quem concretamente os substitua, (...) que não se oponha, através da acção adequada, à comissão de crime através da imprensa, podendo fazê-lo, é punido com as penas cominadas nos correspondentes tipos legais, reduzidas de um terço nos seus limites”<sup>162</sup>. Daqui resulta a consagração de um “crime

---

<sup>160</sup> Cf. artigo 26.º do CP.

<sup>161</sup> Cf. MARIA MANUEL BASTOS / NEUZA LOPES, *Comentário à Lei de Imprensa e ao Estatuto do Jornalista* (...), p. 132.

<sup>162</sup> Afigura-se que este regime de responsabilidade penal do director consagrado no artigo 31.º, n.º 2, da LI se assemelha ao regime consagrado no artigo 57 do *Codice Penale* italiano (“*Salva la responsabilità dell'autore della pubblicazione e fuori dei casi di concorso, il direttore o il vice-direttore responsabile, il quale omette di esercitare sul contenuto del periodico da lui diretto il controllo necessario ad impedire che col mezzo della pubblicazione siano commessi reati, è punito, a titolo di colpa, se un reato è commesso, con la pena stabilita per tale reato, diminuita in misura non eccedente un terzo.*”) – sobre este regime de responsabilidade penal do director da publicação periódica e as suas especificidades em matéria de culpa, cf., em especial,



autónomo cometido por omissão”, pelo que “o director ou quem o substitua só responde, a título de culpa, pela omissão do dever de exercer o devido controlo sobre o conteúdo do periódico, de modo a evitar que se cometam crimes, por meio da publicação”<sup>163</sup>. Ora, nem sempre foi este o regime de responsabilidade penal do director da publicação periódica. Perante a referida dificuldade em aferir da autoria neste tipo de crimes, a maior parte das leis de imprensa dos sistemas jurídicos romano-germânicos (*civil law*) adoptou um sistema de responsabilidade sucessiva, do qual resultava uma “ordem de responsáveis únicos de tal modo que a punição de um deles afastava a dos seguintes”<sup>164</sup>. Assim, ao abrigo da lei de imprensa anterior, de 1975, o director da publicação periódica era punido como cúmplice do autor do escrito ou imagem se não provasse que não conhecia o escrito ou imagem publicados ou que não lhe foi possível impedir a publicação, sendo ainda presumido autor de todos os escritos não assinados, caso em que era punido como autor do crime se não procedesse à referida prova negativa exoneratória (cf. artigo 26.º, n.ºs 2 e 3). Este regime era extremamente gravoso para o director, tendo sido questionada várias vezes a sua constitucionalidade, conforme referimos *supra*, aquando da nossa análise jurisprudencial. Com a LI actual, o paradigma neste âmbito mudou. Desde logo, resulta da própria exposição de motivos da proposta de lei n.º 90/VII, que veio a originar a actual LI, que uma das inovações que se pretendia com a nova lei era precisamente “a consagração de novas regras sobre a autoria nos crimes de imprensa, com a *supressão da responsabilidade solidária dos directores*”<sup>165</sup>, assim como de outras normas inibidoras dos seus direitos”. Daqui se pode concluir que, no plano penal, o legislador pretendeu que o director deixasse de ser punido por um facto praticado por outrem, o que, “representava uma manifesta entorse ao princípio da responsabilidade pessoal que informa o direito penal”<sup>166</sup>. Ora, se no plano da responsabilidade penal houve uma evolução do próprio legislador neste sentido, a nosso ver, não se pode pretender que no plano da

---

GIUSEPPE PAVICH, *La colpa penale*, Giuffrè Editore, Milano, 2013, pp. 192-195. Por sua vez, o regime de responsabilidade civil por factos cometidos através da imprensa constante do artigo 11 da lei de imprensa italiana (*Legge n. 47 del 1948 - legge sulla stampa*), parece consagrar um regime de responsabilidade solidária das entidades proprietárias da publicação periódica (“*Per i reati commessi col mezzo della stampa sono civilmente responsabili, in solido con gli autori del reato e fra di loro, il proprietario della pubblicazione e l'editore.*”), de uma forma que se assemelha também ao artigo 29.º, n.º 2, da LI, para as empresas jornalísticas. No entanto, afigura-se que aquele preceito da lei de italiana não introduz, como faz o artigo 29.º, n.º 2, da LI, a condição de aplicabilidade relativa à intervenção do director.

<sup>163</sup> Cf. ARONS DE CARVALHO / MONTEIRO CARDOSO / JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, *Direito da Comunicação Social* (...), p. 375.

<sup>164</sup> Cf. ARONS DE CARVALHO / MONTEIRO CARDOSO / JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, *Direito da Comunicação Social* (...), p. 372.

<sup>165</sup> Itálico nosso.

<sup>166</sup> Cf. ARONS DE CARVALHO / MONTEIRO CARDOSO / JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, *Direito da Comunicação Social* (...), p. 375.

*responsabilidade civil o director continue, à luz da actual LI, a ser considerado presumidamente culpado pelos ilícitos civis cometidos através das publicações do periódico que dirige.* Seguimos neste ponto, de perto, a análise de ARONS DE CARVALHO, MONTEIRO CARDOSO e JOÃO PEDRO FIGUEIREDO<sup>167</sup>, nos termos da qual resulta que “ao contrário da legislação anterior, não existem nesta lei [LI vigente] quaisquer disposições das quais possam decorrer quaisquer presunções de culpabilidade”. E se tal conclusão é acertada no plano da responsabilidade penal - no qual, ainda assim, se verifica a punição do director por um crime autónomo cometido por omissão, nos moldes anteriormente explicados, cf. artigo 31.º, n.º 3, da LI -, a nosso ver, a mesma conclusão se retira no plano da responsabilidade civil, cujo regime legal consagrado na LI não prevê quaisquer presunções de culpa. Abandonado o sistema da responsabilidade penal sucessiva, o artigo 31.º consagrou este novo regime sancionatório que, porém, não deixou de levantar problemas, na sua aplicação prática<sup>168</sup>. Enunciada a regra de que o director apenas será responsabilizado quando não se tenha oposto “através da acção adequada, à comissão do crime através da imprensa, podendo fazê-lo” (cf. n.º 3), cabe aos tribunais a ponderação necessária à aferição da prova da omissão culposa do director. Nos casos em que resulte provado que não é o director quem habitualmente autoriza ou recusa a publicação de determinado conteúdo submetido por um jornalista, ou que o director não tem sequer conhecimento prévio do texto, os tribunais geralmente decidem apenas pela punição do jornalista<sup>169</sup>. Porém, o grau de exigência quanto à diligência do director de uma publicação periódica varia de caso para caso.

Analisado o regime penal consagrado na LI, podemos concluir que a corrente jurisprudencial que defende a presunção de culpa do director espelha uma certa sobreposição entre o Direito Civil e o Direito Penal, provavelmente fruto do princípio da adesão consagrado no artigo 71.º do Código de Processo Penal, segundo o qual o apuramento da responsabilidade civil

---

<sup>167</sup> Cf. *Direito da Comunicação Social* (...), p. 375.

<sup>168</sup> “Enquanto que o autor da peça jornalística detém o completo domínio do facto, e é ou deve ser capaz de representar todas as consequências dele decorrentes, já o diretor editorial, devido à latitude das suas funções, apenas consegue formular um juízo muito genérico sobre cada peça, admitindo-se que as consiga conhecer a todas antecipadamente, e tem de confiar na qualidade do trabalho jornalístico efetuado para validar a publicação/emissão do mesmo. (...) Nesse sentido, cremos que ao diretor editorial não deveria continuar a aplicar-se o regime da comparticipação, devendo o legislador voltar a permitir que o queixoso decida se pretende ou não responsabilizar o diretor editorial por crime autónomo de omissão. Sendo a causalidade da omissão meramente normativa, não naturalística, cremos que não faz sentido equiparar esta à acção, obrigando o diretor a diligências probatórias com vista à exoneração, o que configura uma inversão do ónus da prova, análoga ao que resultaria de uma presunção de culpa”, cf. VICTOR NUNO DE CARVALHO E CASTRO ROSA, “Crimes contra a honra no ordenamento jurídico português – alguns aspetos específicos à luz da legislação de imprensa” in *Media, Direito e Democracia*, Almedina, Coimbra, 2014, p. 419.

<sup>169</sup> Foi o que sucedeu, por exemplo, no caso do acórdão do TRP de 06-03-2002 (proc. n.º 0210097, relator ESTEVES MARQUES), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

emergente de crime é processado em conjunto com o apuramento do próprio ilícito penal. Deste princípio resulta que o lesado que pretenda o ressarcimento de danos emergentes de um facto previsto e punido na lei como crime, deve deduzir o correspondente pedido de indemnização civil no processo penal respectivo, excepto nos casos previstos na lei (cf. artigo 71.º do CPP). Entre os vários casos em que o pedido de indemnização civil pode ser deduzido em separado perante o tribunal civil elencados no artigo 72.º, n.º 1, do CPP, destacamos o previsto na alínea c) do preceito – “o procedimento depender de queixa ou de acusação particular”. Como constatámos no presente trabalho, os crimes cometidos através da imprensa são, na sua grande maioria, crimes contra a honra (previstos nos artigos 180.º e seguintes do CP), os quais, como resulta do artigo 188.º do CP, são crimes dependentes de queixa ou de acusação particular. Assim, o lesado que pretenda uma indemnização fundada na prática deste tipo de crimes pode deduzir o pedido perante o tribunal civil (cf. artigo 72.º, n.º 1, c) do CPP), sendo que a prévia dedução desse pedido perante o tribunal civil pelas pessoas com direito de queixa ou de acusação vale como renúncia a este direito (cf. artigo 72.º, n.º 2, do CPP). De qualquer modo, quando o pedido civil seja formulado no processo penal (ou por não estar em causa nenhum dos casos previstos no artigo 72.º do CPP, ou por opção do lesado), estamos perante o sistema de interdependência das acções penal e civil adoptado no Direito Português<sup>170</sup>. Contudo, esta interdependência das acções não acarreta a perda da sua autonomia. Conforme aponta PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE<sup>171</sup>, “a indemnização civil arbitrada em processo penal mantém a sua natureza civil e a sua autonomia em face do destino da acção penal”, uma vez que decorre do artigo 129.º do CP que caberá à lei civil determinar, nomeadamente “os pressupostos, o montante e os prazos de prescrição do direito à responsabilidade civil”. Consistindo a ilicitude penal numa “ilicitude qualificada”, pode dar-se o caso de existir uma “base factual, com autonomia e identidade próprias, que não atinja” essa dimensão “qualificada” do nível de ilicitude, e que consequentemente “possa suportar ou exigir uma valoração de outro nível segundo uma outra fonte de anti-normatividade, nomeadamente no plano dos pressupostos da responsabilidade civil”<sup>172</sup>. Como tal, mesmo nos

---

<sup>170</sup> Em oposição a outros sistemas processuais adoptados noutros países para fazer valer a responsabilidade civil neste âmbito, tais como o “sistema de identidade, em que não há qualquer discriminação processual” e o “sistema de absoluta dependência, em que para cada um dos tipos de responsabilidade se seguem processos autónomos”, cf. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal I – Noções gerais, elementos do processo penal*, 6.ª ed., Verbo, Lisboa, 2010, p. 141.

<sup>171</sup> Cf. *Comentário do Código de Processo Penal*, 4.ª ed. actualizada, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011, p. 229.

<sup>172</sup> Cf. acórdão do STJ de 10-07-2008 (proc. n.º 08P1410, relator HENRIQUES GASPAREL), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

casos, muito frequentes, em que o pedido de responsabilidade civil se funda na prática de um crime cometido através da imprensa, há que distinguir dois planos:

- Plano processual: o pedido de indemnização civil deve ser deduzido no processo penal respectivo ao abrigo do princípio de adesão consagrado no artigo 71.º do CPP;
- Plano substantivo: a responsabilidade civil, ainda que emergente de crime, não deixa de ser regulada pela lei civil, por força do artigo 129.º do CP<sup>173</sup>.

*Se cabe à lei civil – e não à lei penal – determinar os pressupostos da responsabilidade civil, não se poderá extrair do artigo 31.º, n.º 3, da LI (que estabelece a responsabilidade penal do director da publicação periódica “que não se oponha, através da acção adequada, à comissão de crime através da imprensa, podendo fazê-lo”) a responsabilidade civil do director, nos mesmos moldes. Antes entendemos, como *supra* referido, que terão de se encontrar verificados todos os requisitos da responsabilidade civil, ao abrigo do artigo 483.º, n.º 1, do CC, por força da remissão operada pelo artigo 29.º, n.º 1, da LI, não havendo lugar à transposição de normas de Direito Penal substantivo (como é o caso da norma do artigo 31.º, n.º 3, da LI) para o plano da responsabilidade civil na imprensa.*

---

<sup>173</sup> “A indemnização de perdas e danos emergentes de crime é regulada pela lei civil”.

## IV - A responsabilidade civil da empresa jornalística

### 1. Responsabilidade solidária

O artigo 29.º, n.º 2, da LI estabelece um regime de responsabilidade solidária da empresa jornalística, isto é, daquela norma resulta que a empresa jornalística é solidariamente responsável com o autor do escrito ou imagem inseridos na publicação periódica pelos danos causados, desde que o escrito ou imagem tenham sido inseridos na publicação com conhecimento e sem oposição do director ou seu substituto legal.

Consideramos que a referência feita nesta norma ao director não serve o propósito de o responsabilizar directamente perante o lesado com culpa presumida, pelo que, qualquer que seja a interpretação que dela se faça, não será possível retirar uma presunção legal de culpa. *A referência feita ao director serve o propósito de estabelecer a sua intervenção como um requisito da responsabilidade solidária da empresa jornalística. Só este nexo entre a actuação do director e a publicação do conteúdo no periódico pode legitimar, à face da lei, a responsabilização da empresa jornalística.*

O regime especial de responsabilidade solidária da empresa jornalística estabelecido no artigo 29.º, n.º 2, da LI, não pode deixar de ser analisado em conformidade com o regime geral da responsabilidade solidária que resulta do artigo 497.º do CC, que deve ser ainda conjugado com o regime das obrigações solidárias, regulado nos artigos 512.º e seguintes.

No tocante ao artigo 497.º do CC, reconhecemos, com PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA<sup>174</sup>, que esta norma, “ao prescrever a responsabilidade solidária, não tem em vista apenas os que causaram o dano, mas todos os responsáveis, como o comitente”. Em sede de responsabilidade civil na imprensa, o autor do escrito ou imagem será, em primeira linha, o causador dos danos que advenham da publicação dos conteúdos no periódico. No entanto, a lei não deixa de responsabilizar a empresa jornalística solidariamente com aquele.

Assim, nas **relações externas**, verificada que esteja a referida condição da intervenção do director, os lesados podem exigir de qualquer um dos dois – autor do conteúdo e empresa jornalística – a prestação integral correspondente à indemnização pelos danos causados. Assim, “cada um dos devedores responde pela prestação integral e esta a todos libera”, nos

---

<sup>174</sup> Cf. *Código Civil Anotado*, I, 1.ª ed. (...), p. 342.

termos do artigo 512.º, n.º 1, do CC. Trata-se de um caso de solidariedade passiva, regulada nos artigos 518.º e seguintes do CC. Por força do artigo 519.º, n.º 1, o lesado (credor) tem o direito de exigir de qualquer um daqueles dois lesantes (devedores) toda a indemnização “ou parte dela, proporcional ou não à quota do interpelado; mas, se exigir judicialmente a um deles a totalidade ou parte da prestação, fica inibido de proceder judicialmente contra os outros pelo que ao primeiro tenha exigido, salvo se houver razão atendível, como a insolvência ou risco de insolvência do demandado, ou dificuldade, por outra causa, em obter dele a prestação.” Assim, o pagamento da indemnização ao lesado, por um daqueles dois lesantes, produz a extinção, relativamente àquele, das obrigações de todos os devedores, por força do artigo 523.º do CC. Além disso, a solidariedade não impede que os devedores solidários sejam demandados conjuntamente pelo credor, nos termos do artigo 517.º, n.º 1, do CC. Através do mecanismo do artigo 29.º, n.º 2, da LI, os lesados têm a garantia de que, pelo menos, o património da empresa jornalística – geralmente, mais sólido que o património das pessoas singulares (autores do conteúdo publicado) – responderá pelo pagamento da indemnização devida.

Já nas **relações internas**, estando aqui em causa a solidariedade passiva, funciona o mecanismo do direito de regresso, isto é, “[o] devedor que satisfizer o direito do credor além da parte que lhe competir tem direito de regresso contra cada um dos condevedores, na parte que a estes compete”, conforme resulta do artigo 524.º do CC. Ainda, prescreve o artigo 497.º, n.º 2, que “[o] direito de regresso entre os responsáveis existe na medida das respectivas culpas e das consequências que delas advieram, presumindo-se iguais as culpas das pessoas responsáveis”. Assim, caso a empresa jornalística pague ao lesado a integralidade da indemnização pelos danos causados com a publicação, aquela terá um direito de regresso sobre os restantes responsáveis – veremos em que termos mais adiante.

Este regime de responsabilidade solidária no âmbito da imprensa encontra um lugar paralelo no âmbito de outros meios de comunicação social, como a rádio e a televisão. À semelhança da LI, tanto a LR como a LT consagram um preceito específico sobre o regime da responsabilidade civil nos respectivos meios de comunicação social (cf. artigo 64.º da LR e artigo 70.º da LT). Numa formulação idêntica à do artigo 29.º, n.º 1, da LI, os referidos preceitos consagram uma remissão para os princípios gerais na determinação das formas de efectivação da responsabilidade civil emergente de factos cometidos “através da actividade de rádio” e “através de serviços de programas televisivos ou de serviços audiovisuais a pedido” (cf. artigo 64.º, n.º 1, da LR e artigo 70.º, n.º 1, da LT). Daqui resulta que, também nesta sede,

serão aplicáveis as normas gerais do CC que regulam a responsabilidade civil extracontratual (cf. artigos 483.º e seguintes). Tanto os operadores de rádio como os operadores de televisão (bem como os operadores de serviços audiovisuais a pedido), à semelhança das empresas jornalísticas, respondem solidariamente com os responsáveis pela transmissão de materiais previamente gravados (que podem ser equiparados aos autores dos conteúdos publicados na imprensa), “com excepção dos transmitidos ao abrigo do direito de antena, de réplica política, de resposta e de rectificação ou no decurso de entrevistas ou debates protagonizados por pessoas não vinculadas contratualmente ao operador” (cf. artigo 64.º, n.º 2, da LR e artigo 70.º, n.º 2, da LT). Verifica-se, assim, que também nesta sede o legislador consagrou um regime de responsabilidade solidária das empresas que detêm estes meios de comunicação social, embora com diferentes contornos<sup>175</sup>.

---

<sup>175</sup> Como referimos *supra*, o regime de responsabilidade civil por factos cometidos através da imprensa constante do artigo 11 da lei de imprensa italiana (*Legge n. 47 del 1948 - legge sulla stampa*), parece consagrar um regime de responsabilidade solidária das entidades proprietárias da publicação periódica (“*Per i reati commessi col mezzo della stampa sono civilmente responsabili, in solido con gli autori del reato e fra di loro, il proprietario della pubblicazione e l'editore.*”), de uma forma que se assemelha também ao artigo 29.º, n.º 2, da LI, para as empresas jornalísticas. No entanto, afigura-se que aquele preceito da lei de imprensa italiana não introduz, como faz o artigo 29.º, n.º 2, da LI, a condição de aplicabilidade relativa à intervenção do director. O fundamento da solução italiana prende-se com duas ideias principais, apontadas por GIOVANNI STELLA nas suas anotações a acórdãos do Tribunale de Milano sobre este tema, cf. “Responsabilità civile e risarcimento dei danni per diffamazione a mezzo stampa” in *La nuova giurisprudenza civile commentata*, Parte Seconda, a.13n.1 (Gennaio-Febbraio 1997), Padova, 1997, p. 131: por um lado, a solução justifica-se com base numa ideia de assunção do risco da empresa no exercício da sua actividade, uma vez que, beneficiando com ela, a empresa terá também de suportar os riscos que dela advenham; por outro lado, a norma visa garantir uma melhor e mais equitativa distribuição do dano entre os sujeitos que contribuíram para o ilícito e que podem até ter beneficiado com este. Parecem ainda existir algumas semelhanças com o regime consagrado no artigo 44 da lei de imprensa francesa (*Loi du 29 juillet 1881 sur la liberté de la presse*): “*Les propriétaires des journaux ou écrits périodiques sont responsables des condamnations pécuniaires prononcées au profit des tiers contre les personnes désignées dans les deux articles précédents, conformément aux dispositions des articles 1382, 1383, 1384 du code civil. Dans les cas prévus au deuxième alinéa de l'article 6, le recouvrement des amendes et dommages-intérêts pourra être poursuivi sur l'actif de l'entreprise.*”. Afigura-se que a primeira parte da referida norma remete para preceitos que consagram normas gerais de responsabilidade civil extracontratual do *Code Civil* francês: sobre a aplicação das normas do regime geral do *Code Civil* no âmbito da responsabilidade civil na imprensa, cf. CHARLES DEBBASCH / HERVÉ ISAR / XAVIER AGOSTINELLI, *Droit de la communication: Audiovisuel – Presse – Internet*, 1.ª ed., Dalloz, Paris, 2002, pp. 745 ss., EMMANUEL DERIEUX, *Droit de la communication*, 2.ª ed., LGDJ, Paris, 1994, p. 375, LAURE MARINO, *Responsabilité civile: activité d'information et médias*, Presses Universitaires d'Aix-Marseille, Aix-en-Provence, 1997, pp. 134-135. Já a última parte da norma parece exigir a condição de existir um director regularmente designado como condição de aplicabilidade do regime segundo o qual será o activo da empresa proprietária a responder pela indemnização devida a terceiros, como aponta EMMANUEL DREYER, cf. *Responsabilités civile et pénale des médias: presse, télévision, internet*, 2.ª ed., Litec (Litec professionnels. Responsabilités et assurances), Paris, 2008, p. 385. O mesmo autor sublinha que este é um mecanismo de garantia que beneficia fortemente os lesados e que esta solução derivou historicamente do facto de, no século XIX, se ter registado uma insolvência crónica dos gestores das empresas jornalísticas que terá levado a que se pretenda que seja o património da empresa a garantir o pagamento da indemnização aos lesados.



## **2. Relação entre o artigo 29.º, n.º 2, da Lei de Imprensa e o regime da responsabilidade do comitente (artigo 500.º do Código Civil)**

Tanto na jurisprudência<sup>176</sup> como na doutrina<sup>177</sup> é frequente encontrar, a propósito do regime que decorre do artigo 29.º, n.º 2, da LI, referências ao regime geral da responsabilidade civil do comitente pelos actos do comissário, consagrado no artigo 500.º do CC.

Contudo, nem sempre resulta claro o tipo de relação existente entre as duas normas. Propomos, assim, aferir dessa relação, equacionando, desde já, duas hipóteses:

- **Primeira hipótese:** O artigo 29.º, n.º 2, da LI constitui uma norma especial face à norma geral do artigo 500.º do CC, pelo que a primeira derroga a segunda, por força do princípio *lex specialis derogat legi generali*;
- **Segunda hipótese:** A norma do artigo 29º, nº 2, da LI não difere da norma geral do artigo 500.º do CC, pelo que a primeira constitui mero reflexo da segunda, encontrando-se apenas inserida na sede sistemática própria da regulação da responsabilidade civil na imprensa.

Para podermos tomar uma posição nesta matéria, não podemos deixar de analisar os contornos do regime geral da responsabilidade do comitente estabelecido no artigo 500.º do CC, que estabelece o seguinte:

“1. Aquele que encarrega outrem de qualquer comissão responde, independentemente de culpa, pelos danos que o comissário causar, desde que sobre este recaia também a obrigação de indemnizar.

2. A responsabilidade do comitente só existe se o facto danoso for praticado pelo comissário, ainda que intencionalmente ou contra as instruções daquele, no exercício da função que lhe foi confiada.

3. O comitente que satisfizer a indemnização tem o direito de exigir do comissário o reembolso de tudo quanto haja pago, excepto se houver também culpa da sua parte; neste caso

---

<sup>176</sup> A título de exemplo, cf. os acórdãos do STJ de 08-05-2013 (proc. n.º 1755/08.0TVLSB.L1.S1, relator ALVES VELHO), 18-06-2009 (proc. n.º 159/09.1YFLSB, relator ALBERTO SOBRINHO) e 26-04-1994 (proc. n.º 084765, relator CARLOS CALDAS), disponíveis em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), bem como o acórdão do TRL de 12-01-1999, disponível em *Colecção de Jurisprudência*, ano XXIV, tomo I, 1999, pp. 73-75.

<sup>177</sup> A título de exemplo, cf. ARONS DE CARVALHO / MONTEIRO CARDOSO / JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, *Legislação anotada da comunicação social*, 1.ª ed., Casa das Letras, Lisboa, 2005, p. 89, MARIA MANUEL BASTOS / NEUZA LOPES, *Comentário à Lei de Imprensa e ao Estatuto do Jornalista* (...), p. 122-123.

será aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 497.º”.

Este regime integra-se na responsabilidade civil objectiva, independente de culpa, uma vez que dele resulta que o comitente pode ser responsabilizado, sem culpa, pelos actos praticados pelo comissário, cumpridos os demais requisitos. Como decorre do princípio geral da responsabilidade civil extracontratual ou delitual espelhado no artigo 483.º, n.º 1, do CC, “só a violação ilícita do direito ou interesse alheio é fonte de responsabilidade civil. Mas, ao lado da ilicitude do acto, a lei exige como fundamento da responsabilidade delitual a culpa do agente. A responsabilidade objectiva ou pelo risco tem, pois, carácter excepcional, como o afirma expressamente o n.º 2 do artigo 483.º”<sup>178</sup>. São, assim, consideradas “normas excepcionais” as que prevejam casos de responsabilidade civil objectiva, pelo que lhes é aplicável o regime do artigo 11.º do CC, em consequência do qual tais normas não podem ser aplicadas analogicamente<sup>179</sup>. A responsabilidade objectiva pode resultar de normas constantes de legislação especial mas encontra-se também prevista no CC, nos seus artigos 499.º e seguintes. Desde logo, o artigo 499.º consagra uma remissão para as disposições que regulam a responsabilidade por factos ilícitos, “extensivas aos casos de responsabilidade pelo risco, na parte aplicável e na falta de preceitos legais em contrário”. Ora, um dos casos de responsabilidade objectiva previstos no artigo CC é precisamente a responsabilidade do comitente, previsto no artigo 500.º. Afigura-se que a “*objectividade* da responsabilidade lançada sobre o comitente traduz-se, praticamente, em ela não depender de qualquer culpa (dolo ou negligência) na escolha do comissário, nas instruções que a este tenham sido dadas ou na fiscalização do exercício da comissão”<sup>180</sup>.

Nesta sede, reconhecemos, na senda de MARIA DA GRAÇA TRIGO<sup>181</sup>, como pressupostos ou condições de aplicabilidade do regime do artigo 500.º do CC:

- (i) a existência de uma relação de comissão entre o comitente e o comissário;
- (ii) a responsabilidade do comissário pelo acto danoso;
- (iii) a ocorrência do facto danoso no decurso das funções atribuídas ao comissário pelo comitente (acto praticado no exercício das funções).

---

<sup>178</sup> Cf. PIRES DE LIMA, ANTUNES VARELA, *Código Civil Anotado*, I, 1.ª ed. (...), pp. 329-330.

<sup>179</sup> Cf. PIRES DE LIMA, ANTUNES VARELA, *Código Civil Anotado*, I, 1.ª ed. (...), p. 344.

<sup>180</sup> Cf. PIRES DE LIMA, ANTUNES VARELA, *Código Civil Anotado*, I, 1.ª ed. (...), p. 345.

<sup>181</sup> Cf. *Responsabilidade civil delitual por facto de terceiro*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 260 ss.

Para que se considere verificado o primeiro dos pressupostos enunciados, é necessário que “o comitente disponha de um poder de controlo sobre o comissário e que este, por sua vez, se encontre numa situação de subordinação ou dependência em relação àquele”<sup>182</sup>.

Já quanto ao segundo requisito, a sua imposição resulta da parte final do n.º 1 do artigo 500.º do CC: “desde que sobre este [comissário] recaia também a obrigação de indemnizar”.

O terceiro requisito, resulta da exigência plasmada no n.º 2 do artigo 500.º do CC, de que o facto danoso seja praticado pelo comissário, ainda que intencionalmente ou contra as instruções do comitente, no exercício da função que lhe foi confiada por este.

A nosso ver, a norma do artigo 29.º, n.º 2, da LI é uma **norma especial** face ao regime geral consagrado no artigo 500.º do CC, em sede de responsabilidade civil do comitente pelos actos do seu comissário, senão vejamos.

Desde logo, “[u]ma regra é especial em relação a outra quando, sem contrariar substancialmente o princípio nela contido, a adapta a circunstâncias particulares”<sup>183</sup>. Ora, o artigo 29.º, n.º 2, da LI, ao responsabilizar a empresa jornalística pelos danos causados pelos conteúdos da publicação periódica de que é proprietária (cf. artigo 7.º), está a responsabilizá-la, por princípio, enquanto comitente, pelos danos causados pelos seus comissários (jornalistas), independentemente da culpa na escolha destes, nas instruções que a estes tenham sido dadas ou na fiscalização do exercício da comissão. Como tal, o princípio contido naquela norma da LI é substancialmente o mesmo que preside à norma geral do artigo 500.º do CC: “aquele que encarrega outrem de qualquer comissão responde, independentemente de culpa, pelos danos que o comissário causar (...)”. No entanto, há que distinguir os casos em que os autores dos escritos e imagens publicados no periódico detido pela empresa jornalística são jornalistas integrados na estrutura da publicação periódica dos casos em que os autores dos conteúdos publicados são terceiros. O primeiro caso referido será o mais comum: aquele em que os autores dos conteúdos inseridos numa publicação periódica são jornalistas que integram a estrutura dessa mesma publicação periódica. Neste caso, quer essa integração na publicação opere mediante um contrato de trabalho, quer mediante uma prestação de serviços, ou mesmo sem qualquer base contratual, afigura-se existir uma relação de comissão entre o autor do conteúdo inserido na publicação e a empresa jornalística<sup>184</sup>. São as “relações de dependência” do comissário perante o comitente, ou seja, a subordinação de um ao outro, (...)

<sup>182</sup> Cf. MARIA DA GRAÇA TRIGO, *Responsabilidade civil delitual por facto de terceiro* (...), p. 442.

<sup>183</sup> Cf. OLIVEIRA ASCENSÃO, “*O Direito - Introdução e Teoria Geral*”, Almedina, Coimbra, 1995, p. 554.

<sup>184</sup> Como nota MARIA DA GRAÇA TRIGO, “[n]a maioria das vezes, a relação de comissão constitui-se através de um contrato de trabalho; outras vezes, através de outra base contratual, ou até mesmo sem qualquer base contratual”, cf. *Responsabilidade civil delitual por facto de terceiro* (...), p. 442.

que justificam a responsabilidade deste, independentemente de culpa”<sup>185</sup> e não o título formal ao abrigo do qual tais relações existem. Embora essa dependência e subordinação possam ser graduadas, no caso de a autoria dos conteúdos publicados pertencer a um jornalista integrado na publicação periódica, o substrato da relação de comissão é suficiente para responsabilizar objectivamente o comitente. Já nos casos em que o autor do texto ou imagem é um terceiro em relação à empresa jornalística, a relação de comissão não existe, mas ainda assim, a letra do n.º 2 do artigo 29.º da LI não exclui a responsabilidade solidária da empresa jornalística. Estes casos são, por exemplo, os previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 31.º da LI (embora este preceito regule a autoria dos crimes cometidos através da imprensa e não a responsabilidade civil). Trata-se dos casos de “declarações correctamente reproduzidas, prestadas por pessoas devidamente identificadas” (cf. artigo 31.º, n.º 4) e de “artigos de opinião, desde que o seu autor esteja devidamente identificado” (cf. artigo 31.º, n.º 5, da LI). Nestes casos, ao abrigo do regime geral do artigo 500.º do CC, apenas as pessoas que prestaram as declarações e os autores dos artigos de opinião seriam civilmente responsabilizados, uma vez que não existe uma relação de comissão entre estas e a empresa jornalística, pelo que esta não deveria ser objectivamente responsabilizada. Neste raciocínio, não havendo uma verdadeira relação de comissão entre o autor e a empresa jornalística, a publicação periódica que esta detém teria servido apenas como veículo de divulgação dos referidos conteúdos (declarações ou artigos de opinião). Contudo, não parece ter sido essa a intenção do legislador, já que o artigo 29.º, n.º 2 da LI, não contém qualquer passagem da qual se possa retirar a exigência de uma verdadeira relação de comissão entre o autor dos conteúdos publicados e a empresa jornalística. Uma vez que, por força do artigo 9.º, n.º 2, do CC o intérprete da norma jurídica não pode considerar o “pensamento legislativo que não tenha na letra da lei um mínimo de correspondência verbal, ainda que imperfeitamente expresso”, entendemos que não se deve distinguir onde o legislador não fez qualquer distinção. *Uma vez que o autor dos conteúdos divulgados na publicação periódica pode ser alguém sem qualquer tipo de relação de subordinação ou dependência com a empresa jornalística, e tendo apenas o legislador afirmado a responsabilidade solidária desta com “o autor pelos danos que tiverem causado” (cf. artigo 29.º, n.º 2, da LI), entendemos que o legislador não quis exigir como pressuposto de aplicação deste regime a existência de uma relação de comissão entre a empresa jornalística e o autor dos conteúdos danosos publicados.* Mesmo nos casos mais comuns em que o autor do escrito ou imagem inseridos na publicação periódica seja um jornalista

---

<sup>185</sup> Cf. PIRES DE LIMA, ANTUNES VARELA, *Código Civil Anotado*, I, 1.ª ed. (...), p. 345.

integrado na estrutura desta, poder-se-ia considerar não existir, materialmente, em rigor, uma relação de dependência ou de subordinação entre este e a empresa jornalística, ao abrigo dos princípios deontológicos de independência, autonomia e liberdade de criação de expressão e criação que resultam do estatuto destes profissionais liberais (cf. artigo 6.º do EJ) – e, ainda assim, não deixaria a empresa jornalística de ser solidariamente responsável com o autor. *Não existindo relação de dependência entre a empresa e o autor, o elemento que justifica a responsabilidade da empresa jornalística prende-se já com a actuação do director que, no âmbito das funções que exerce na publicação periódica, teve conhecimento do conteúdo e não se opôs à sua publicação.* Apenas nos casos em que o director não tenha tido conhecimento do escrito ou imagem ou, tendo tido conhecimento do mesmo, se tenha oposto à sua publicação, é que não será legítimo, à luz da LI, responsabilizar a empresa jornalística pelos danos causados com a publicação de um conteúdo cujo autor não é comissário.

Consideramos que a condição específica de aplicabilidade do artigo 29.º, n.º 2, da LI, traduzida na exigência de que o escrito ou imagem tenham sido inseridos na publicação periódica “com conhecimento e sem oposição do director ou seu substituto legal”, só por si, torna aquela norma especial face ao artigo 500.º do CC. Assim, se por um lado, o artigo 29.º, n.º 2, da LI é mais amplo que o artigo 500.º do CC porque, dispensando a relação de comissão, permite responsabilizar a empresa jornalística por escritos e imagens da autoria de terceiros que não sejam comissários, por outro lado, o regime da LI é mais restritivo porque, mesmo nos casos de jornalistas que sejam verdadeiros comissários, exige o conhecimento e não oposição do director da publicação, enquanto que o regime do CC prevê expressamente que a responsabilidade do comitente se mantém mesmo que a conduta do comissário tenha sido exercida “intencionalmente ou contra as instruções” do comitente (cf. artigo 500.º, n.º 2, do CC).

No sentido de que o regime da LI reveste natureza especial em relação ao do CC se pronunciou o STJ, no seu acórdão de 8 de Maio de 2013<sup>186</sup>, ao afirmar que “a hipótese normativa [do artigo 29.º, n.º 2, da LI] contempla os especificados casos do escrito ou imagem publicados com conhecimento e sem oposição do director, estabelecendo regime de responsabilidade solidária da empresa jornalística e do autor da peça, conferindo-lhes, assim, um **tratamento de especialidade**<sup>187</sup> relativamente ao que poderia resultar da aplicação dos princípios gerais de responsabilidade civil que o n.º 1 do mesmo artigo prevê como regra”. O

---

<sup>186</sup> Proc. n.º 1755/08.0TVLSB.L1.S1, relator ALVES VELHO, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>187</sup> Negrinho nosso.

doutro tribunal afirmou que, “[a] não ser assim, teria de se admitir que a norma do n.º 2 seria não só completamente inútil como despropositada, entendimento que a lei não consente ao intérprete ao impor-lhe a presunção de que o legislador soube exprimir o seu pensamento em termos adequados (art. 9º-3 C. Civil)”, e ainda que “se o sentido da norma ficasse limitado ao entendimento segundo o qual o seu alcance seria o de afirmar a responsabilidade solidária da empresa com a do autor do escrito ou imagem, quando provada a responsabilidade do director, à luz dos princípios gerais da responsabilidade extracontratual, nada acrescentaria ao regime geral da responsabilidade civil nas relações de comissão (art. 500º C. Civil)”.

Assim, por força do regime do artigo 29.º, n.º 2, da LI afigura-se que a empresa jornalística responde objectivamente, independentemente de culpa, pelo risco subjacente à publicação de conteúdos da autoria de jornalistas integrados na estrutura da publicação periódica (em regra, comissários) ou mesmo de terceiros (como nos casos já referidos de declarações reproduzidas e artigos de opinião, entre outros, em que tais terceiros não serão, em regra, comissários da empresa jornalística), desde que o director tenha tido conhecimento do conteúdo e não se tenha oposto à sua publicação.

### **3. Direito de regresso**

Como concluímos, resulta do artigo 29.º, n.º 2, da LI que, nos casos em que se verifique que o escrito ou imagem foram inseridos na publicação periódica com conhecimento e sem oposição do director, a empresa jornalística será solidariamente responsável com o autor pelos danos que tenham causado. Tal significa, como já avançámos, que o lesado poderá reclamar tanto do autor do conteúdo danoso, como da empresa jornalística, a totalidade da indemnização que lhe seja devida para ressarcimento dos prejuízos sofridos. Estamos aqui no plano das relações externas entre os condevedores da indemnização e o lesado, ao abrigo do artigo 519.º, n.º 1, do CC. Caso a empresa jornalística pague a indemnização ao lesado, as obrigações que existiam na esfera tanto da empresa como do autor do escrito ou imagem danosos extinguem-se, por força do artigo 523.º do CC. O lesado é ressarcido dos prejuízos sofridos e vê o seu direito a indemnização satisfeito.

Por sua vez, no plano das relações internas, estando em causa a solidariedade passiva, funciona o mecanismo do direito de regresso, de acordo com o qual “[o] devedor que

satisfizer o direito do credor além da parte que lhe competir tem direito de regresso contra cada um dos devedores, na parte que a estes compete”, (cf. artigo 524.º do CC). Neste âmbito, caso a empresa jornalística pague ao lesado a integralidade da indemnização pelos danos causados com a publicação, aquela terá um direito de regresso sobre o autor do conteúdo publicado (escrito ou imagem). Esta solução, no caso de o autor ser um jornalista integrado na estrutura da publicação periódica, assemelha-se à responsabilidade do comitente pelos actos do comissário, já que, em regra, existe uma relação de subordinação e dependência entre a empresa jornalística e o jornalista autor do conteúdo. Nesse caso, a empresa jornalística, enquanto “comitente” que pagou a indemnização ao lesado, tem o direito de exigir do jornalista, seu “comissário”, o reembolso de tudo quanto haja pago, nos termos do artigo 500.º, n.º 3, do CC. Ainda, a nosso ver, a redacção do artigo 29.º, n.º 2, da LI não exclui a hipótese de a empresa jornalística poder exercer direito de regresso sobre o autor do conteúdo publicado que não seja um jornalista integrado na estrutura da publicação periódica em causa, já que mesmo nesses casos a empresa jornalística será solidariamente responsável com o autor, pelo que não há razão para não haver lugar à aplicação das normas gerais sobre direito de regresso.

Assim, afigura-se que, ao abrigo do artigo 29.º, n.º 2, da LI, *a empresa jornalística que pague a indemnização ao lesado terá direito de regresso contra o autor do conteúdo publicado*, quer este seja um jornalista integrado na estrutura da publicação periódica detida pela empresa, quer seja um terceiro. Contudo, a nosso ver, *não haverá direito de regresso da empresa jornalística contra o director pelo simples facto de se ter verificado a condição de aplicabilidade do artigo 29.º, n.º 2 (de que o director tenha conhecido e não se tenha oposto à publicação do conteúdo)*. Isto porque é nosso entendimento, conforme *supra* exposto, que o director só poderá ser responsabilizado se resultar provada a verificação de todos os pressupostos da responsabilidade civil, não havendo lugar a qualquer presunção de culpa. Assim, só no caso de se provar a culpa do director, bem como todos os demais pressupostos da responsabilidade civil, poderá haver direito de regresso da empresa jornalística contra o director, não bastando a mera constatação de que o director conheceu e não se opôs à publicação do conteúdo.



#### 4. Responsabilidade objectiva pelo risco da actividade jornalística?

Vimos já que o artigo 29.º, n.º 2, da LI, estabelece um regime de responsabilidade civil solidária da empresa jornalística com o autor do texto ou imagem publicados no periódico detido por aquela. Defendemos que esta norma é uma norma especial face ao artigo 500.º do CC, o que significa que, embora aquela norma adapte o regime geral da responsabilidade do comitente às particularidades da actividade da imprensa, não contraria totalmente o princípio ínsito de responsabilidade do comitente. Assim, afigura-se que a responsabilidade civil da empresa jornalística é, no âmbito do artigo 29.º, n.º 2, uma responsabilidade objectiva, independente de culpa, não deixando, no entanto, de ser uma responsabilidade solidária com a do autor (ou autores) do conteúdo, sobre o qual a empresa jornalística pode exercer o seu direito de regresso. Além disso, tal responsabilidade da empresa jornalística depende da verificação da condição de o director da publicação periódica ter conhecido e não se ter oposto à publicação do conteúdo. É esta, a nosso ver, a solução consagrada *de iure constituto*, que se traduz num regime de responsabilidade objectiva e indirecta da empresa jornalística: objectiva porque independente de culpa, indirecta porque pressupõe a responsabilização do autor do conteúdo publicado.

Contudo, tem sido discutido, *de iure constituendo*, a introdução de um regime de responsabilidade objectiva, com diferentes contornos, das empresas de comunicação social<sup>188</sup> - o que abrangeria, naturalmente, as empresas jornalísticas. Não se trata aqui da responsabilidade objectiva nos moldes do artigo 29.º, n.º 2, da LI, solidariamente com os jornalistas, caso o director tenha conhecido e não se tenha oposto à publicação, mas sim de uma verdadeira forma de responsabilizar a empresa jornalística pelo risco da actividade da imprensa, que teria como consequência uma desresponsabilização civil do jornalista, excepto nos casos de dolo directo, restando a sua responsabilidade disciplinar<sup>189</sup>. Trata-se, assim da proposta de um regime de responsabilidade objectiva e directa da empresa jornalística: objectiva porque independente de culpa, directa porque não pressupõe a responsabilização do autor do conteúdo publicado<sup>190</sup>.

---

<sup>188</sup> Cf. JÓNATAS MACHADO, *Liberdade de expressão* (...), p. 596.

<sup>189</sup> Cf. JÓNATAS MACHADO, *Liberdade de expressão* (...), pp. 596-597.

<sup>190</sup> Defendendo a instituição de um regime de responsabilidade objectiva directa da generalidade das empresas, como forma de ultrapassar as limitações do art. 500º CC, cf. MARIA DA GRAÇA TRIGO, *Responsabilidade civil delitual por facto de terceiro* (...), pp. 421 ss. Sobre a discussão em torno da aplicação analógica das hipóteses

Esta solução teria a vantagem de “minimizar os perigos de auto-censura”<sup>191</sup> por parte dos jornalistas, tornando a questão da responsabilidade numa questão económica, num plano empresarial paralelo ao plano editorial em que se movem os delicados contornos da liberdade de expressão e informação. Contudo, há quem aponte, em contrapartida, o risco de essa auto-censura ser, por sua vez, substituída por uma “heterocensura privada interna à própria empresa de comunicação”. Além disso, um sistema destes exigiria uma generalização dos contratos de seguro de responsabilidade civil no âmbito empresarial da actividade da imprensa, o que traria “custos (...) susceptíveis de produzirem um impacto desproporcional sobre a viabilidade económica das empresas de comunicação social”<sup>192</sup>. Contudo, consideramos que as vantagens desta solução poderiam superar as suas eventuais desvantagens, uma vez que seria possível atingir um ponto de equilíbrio entre a garantia da protecção dos lesados e a liberdade de imprensa (com o referido reforço da separação entre o plano empresarial e o plano editorial).

---

de responsabilidade pelo risco e da viabilidade de uma cláusula geral de responsabilidade objectiva, cf. ANA MIRANDA BARBOSA, *Estudos a propósito da responsabilidade objectiva*, Principia, Cascais, 2014, pp. 97 ss.

<sup>191</sup> Cf. JÓNATAS MACHADO, *Liberdade de expressão* (...), p. 597, nota 1087.

<sup>192</sup> Cf. JÓNATAS MACHADO, *Liberdade de expressão* (...), p. 597.

## CONCLUSÕES

Uma vez que na determinação das formas de efectivação da responsabilidade civil emergente de factos cometidos por meio de imprensa, por expressa remissão do legislador no artigo 29.º, n.º 1, da LI, se devem observar os princípios gerais da responsabilidade civil, tem cabido fundamentalmente à jurisprudência a tarefa de adaptar esses princípios às especificidades da actividade da imprensa.

Na publicação de um texto ou imagem através da imprensa estão geralmente envolvidas várias pessoas, com diferentes tipos de intervenção, sendo muitas vezes difícil para os tribunais decidir qual deles será responsabilizado ou qual a quota-parte de responsabilidade de cada um. No caso das publicações periódicas, existem três principais tipos de “lesantes em potência”, que se traduzem em diferentes níveis de responsabilidade civil: o autor do texto ou imagem publicado, o director da publicação periódica e a empresa jornalística.

O regime consagrado no artigo 29.º, n.º 2, da LI, que estabelece a responsabilidade solidária da empresa jornalística com o autor do escrito ou da imagem inseridos numa publicação periódica, condicionada ao facto de a publicação em causa ter sido feita com conhecimento e sem oposição do director ou seu substituto legal, tem sido objecto das mais diversas interpretações pelos tribunais, que dele retiram consequências diversas.

Não perfilhamos o entendimento, adoptado nalguma jurisprudência, segundo o qual resulta da lei uma presunção de culpa do director da publicação periódica, em sede de responsabilidade civil. Consideramos que este entendimento terá resultado de uma transposição do regime da responsabilidade penal na imprensa para o plano da responsabilidade civil, transposição que não é admissível nem juridicamente rigorosa, tendo até em conta que, para além das indemnizações por violação de bens jurídicos ético-sociais fundamentais protegidos pelo Direito Penal, existe uma vasta área do ressarcimento de danos que, não merecendo tutela penal pela sua menor gravidade, não podem deixar de ser ressarcidos pela via civil - no âmbito da qual se devem aplicar rigorosamente os princípios gerais de responsabilidade civil, sem interferência de elementos jurídico-penais. Consideramos, assim, que em face da lei vigente, não existe qualquer presunção de culpa do director da publicação periódica, apenas podendo haver lugar à responsabilização civil daquele agente de imprensa quando estejam verificados todos os pressupostos de responsabilidade civil. Não pretendendo com isto afirmar a “irresponsabilização civil” do director, antes não consideramos que resulte da lei um dever especial de evitar toda e qualquer produção de dano, com uma consequente presunção de culpa, no plano da responsabilidade civil. Se no plano da responsabilidade penal houve uma

evolução legislativa no sentido de amenizar a responsabilidade do director, não se pode pretender que no plano da responsabilidade civil o director seja considerado presumidamente culpado pelos ilícitos civis cometidos através das publicações do periódico que dirige, por uma questão de coerência sistemática e unidade teleológica da ordem jurídica.

A aplicação da presunção de culpa do director pela corrente jurisprudencial que a defende, trouxe uma desarmonia com o regime de responsabilidade solidária da empresa jornalística, aumentando ainda em grande dimensão os efeitos da “censura” interna na imprensa. Consideramos que a referência feita à conduta do director no artigo 29.º, n.º 2, da LI, serve o propósito de estabelecer a sua intervenção como um requisito da responsabilidade solidária da empresa jornalística, de forma tal que só este nexo entre a actuação do director e a publicação do conteúdo no periódico pode legitimar, à face da lei, a responsabilização da empresa jornalística solidariamente com o autor do conteúdo publicado.

No âmbito da responsabilidade civil da empresa jornalística, consideramos que o regime consagrado na LI é especial face ao regime geral da responsabilidade do comitente constante do CC. Uma vez que o autor dos conteúdos divulgados na publicação periódica pode ser alguém sem qualquer tipo de relação de subordinação ou dependência com a empresa jornalística, e tendo o legislador afirmado apenas a responsabilidade solidária desta com o autor pelos danos que tiverem causado, entendemos que o legislador não quis exigir como pressuposto de aplicação deste regime a existência de uma relação de comissão entre a empresa jornalística e o autor dos conteúdos danosos publicados. A empresa jornalística que satisfaça a indemnização ao lesado tem direito de regresso contra o autor do conteúdo publicado, quer este seja um jornalista integrado na estrutura da publicação periódica detida pela empresa, quer seja um terceiro. Contudo, a nosso ver, não haverá direito de regresso da empresa jornalística contra o director pelo simples facto de se ter verificado a condição de aplicabilidade do regime (que o director tenha conhecido e não se tenha oposto à publicação do conteúdo), sendo necessária a verificação de todos os requisitos da responsabilidade civil em relação à actuação do director.

Tem sido discutida a possibilidade de responsabilização objectiva da empresa jornalística *per se*, mesmo nos casos em que não seja responsabilizado o autor do conteúdo publicado. Afigura-se nos que, *de iure condendo*, tal solução poderia assegurar uma maior garantia de protecção dos lesados e uma separação entre o plano editorial e o plano empresarial potenciadora de uma imprensa simultaneamente mais livre e mais responsável.

## Índice de Abreviaturas

AACS	Alta Autoridade para a Comunicação Social
CC	Código Civil
CCPJ	Comissão da Carteira Profissional de Jornalista
CEDH	Convenção Europeia dos Direitos do Homem
CP	Código Penal
CPC	Código de Processo Civil
CPP	Código de Processo Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
EDJ	Estatuto Disciplinar dos Jornalistas
EJ	Estatuto do Jornalista
ERC	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
LI	Lei de Imprensa
LR	Lei da Rádio
LT	Lei da Televisão
p. / pp.	Página / páginas
proc.	Processo
ss.	Seguintes
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TC	Tribunal Constitucional
TEDH	Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
TRL	Tribunal da Relação de Lisboa
TRP	Tribunal da Relação do Porto

## **Índice de Jurisprudência**

### **Tribunal Europeu dos Direitos do Homem**

TEDH 07-12-2010, 2.<sup>a</sup> secção, *Público – comunicação social, S.A. e outros c. Portugal*, queixa n.º 39324/07, tradução portuguesa do Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República, disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/portugal-dh/acordaos/docs/AcordaoTEDHPUBLICO.pdf>.

### **Tribunal Constitucional**

TC 18-11-1987, ac. n.º 448/87, proc. n.º 99/84, 2.<sup>a</sup> secção, relator CARDOSO DA COSTA, disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos>.

TC 10-07-1987, ac. n.º 270/87, proc. n.º 244/86, 1.<sup>a</sup> secção, relator MONTEIRO DINIS, disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos>.

TC 16-04-1985, ac. n.º 63/85, proc. n.º 71/84, 1.<sup>a</sup> secção, relator RAUL MATEUS, disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos>.

### **Supremo Tribunal de Justiça**

STJ 29-01-2015, proc. n.º 24412/02.6TVLLSB.L1.S1, relator TÁVORA VICTOR, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 21-10-2014, proc. n.º 941/09.0TVLSB.L1.S1, relator GREGÓRIO SILVA JESUS, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 02-12-2013, proc. n.º 1667/08.7TBCBR.L1.S1, relator PAULO SÁ, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 12-09-2013, proc. n.º 372/08.9TBBCL.G1.S1, relator OLIVEIRA VASCONCELOS, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 08-05-2013, proc. n.º 1755/08.0TVLSB.L1.S1, relator ALVES VELHO, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 18-12-2012, proc. n.º 352/07.1TBALQ.L1.S1, relator PEREIRA DA SILVA, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 15-03-2012, proc. n.º 3976/06.0TBCSC.L1.S1, relator HÉLDER ROQUE, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 14-02-2012, proc. n.º 5817/07.2TBOER.L1.S1, relator HÉLDER ROQUE, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 09-09-2010, proc. n.º 77/05.2TBARL.E1.S1, relator GONÇALO SILVANO, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 20-01-2010, proc. n.º 1839/06.9TVLSB.L1.S1, relator FONSECA RAMOS, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 17-12-2009, proc. n.º 4822/06.0TVLSB, relator OLIVEIRA ROCHA, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 18-06-2009, proc. n.º 159/09.1YFLSB, relator ALBERTO SOBRINHO, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 10-07-2008, proc. n.º 08P1410, relator HENRIQUES GASPAR, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 12-02-2008, proc. n.º 07A4618, relator FONSECA RAMOS, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 07-02-2008, proc. n.º 07B4403, relator JOÃO BERNARDO, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 08-03-2007, proc. n.º 07B566, relator SALVADOR DA COSTA, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 23-01-2007, proc. n.º 06A4001, relator FARIA ANTUNES, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 09-06-2005, proc. n.º 05B1616, relator ARAÚJO DE BARROS, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 27-11-2003, proc. n.º 03B3692, relator QUIRINO SOARES, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 12-01-2000, proc. n.º 761/99, relator LOURENÇO MARTINS, disponível em *Boletim do Ministério de Justiça*, n.º 493, pp. 156-174.

STJ 27-05-97, proc. n.º 96A918, relator CARDONA FERREIRA, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

STJ 26-04-1994, proc. n.º 084765, relator CARLOS CALDAS, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

### **Tribunal da Relação de Lisboa**

TRL 16-10-2014, proc. n.º 1922/12.1YXLSB.L1-6, relatora FÁTIMA GALANTE, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

TRL 18-02-2014, proc. n.º 366/12.0TVLSB.L1-7, relatora ROSA RIBEIRO COELHO, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

TRL 12-07-2012, proc. n.º 342/09.0TVLSB.L1.7, relatora CRISTINA COELHO, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

TRL 08-11-2011, proc. n.º 4694/04.0TCLRS.L1-7, relatora ROSA RIBEIRO COELHO, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

TRL 17-09-2009, proc. n.º 6160/05-2, relator EZAGÜY MARTINS, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

TRL 23-09-2007, proc. n.º 8509/2006-7, relatora GRAÇA AMARAL, disponível em



[www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

TRL 12-01-1999, disponível em *Colectânea de Jurisprudência*, ano XXIV, tomo I, 1999, pp. 73-75.

### **Tribunal da Relação do Porto**

TRP de 06-03-2002, proc. n.º 0210097, relator ESTEVES MARQUES, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

TRP 25-07-1984, disponível em *Colectânea de Jurisprudência*, ano IX, 1984, n.º 4, pp. 245-246.

## Bibliografia

AAVV, *Comentário ao Código Civil – Parte Geral*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2014.

ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal*, 4.<sup>a</sup> ed. actualizada, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011.

ALEXANDRINO, JOSÉ MELO, “O âmbito constitucionalmente protegido da liberdade de expressão” in *Media, Direito e Democracia*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 41-66.

ANDRADE, MANUEL DA COSTA, *Liberdade de imprensa e inviolabilidade pessoal – uma perspectiva jurídico-criminal*, Coimbra Editora, Coimbra, 1996.

ANTUNES, ANA FILIPA MORAIS, *Comentário aos artigos 70.º a 81.º do Código Civil (Direitos de personalidade)*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2012.

ANTUNES, HENRIQUE SOUSA, *Responsabilidade civil dos obrigados à vigilância de pessoa naturalmente incapaz*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2000.

- *Da inclusão do lucro ilícito e de efeitos punitivos entre as consequências da responsabilidade civil extracontratual: a sua legitimação pelo dano*, Coimbra Editora, Coimbra, 2011.

ASCENSÃO, JOSÉ DE OLIVEIRA, “O Direito - Introdução e Teoria Geral”, Almedina, Coimbra, 1995.

BARBOSA, ANA MAFALDA CASTANHEIRA NEVES DE MIRANDA, *Estudos a propósito da responsabilidade objectiva*, Principia, Cascais, 2014.

BASTOS, MARIA MANUEL / LOPES, NEUZA, *Comentário à Lei de Imprensa e ao Estatuto do Jornalista*, Coimbra Editora, Coimbra, 2011.

CARVALHO, ALBERTO ARONS DE, “O Direito de Resposta e de Retificação” in *Media, Direito e Democracia*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 193-206.

- / CARDOSO, ANTÓNIO MONTEIRO / FIGUEIREDO, JOÃO PEDRO, *Direito da Comunicação Social*, 3.<sup>a</sup> ed., Texto Editores, Lisboa, 2012.

- / CARDOSO, ANTÓNIO MONTEIRO / FIGUEIREDO, JOÃO PEDRO, *Legislação anotada da comunicação social*, 1.<sup>a</sup> ed., Casa das Letras, Lisboa, 2005.

CONDESSO, FERNANDO DOS REIS, *Direito da Comunicação Social (Lições)*, Almedina, Coimbra, 2007.

CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, *Tratado de Direito Civil, VIII – Direito das Obrigações: Gestão de negócios. Enriquecimento sem causa. Responsabilidade civil*, Almedina, Coimbra, 2014.

- *Direito das Obrigações*, II, reimp. (1990), Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 1986.

CORREIA, LUÍS BRITO, *Direito da Comunicação Social*, I, Almedina, Coimbra, 2000.

COSTA, MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA, *Direito das Obrigações*, 12.<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2009.

COUTINHO, FRANCISCO PEREIRA, “O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e a Liberdade de Imprensa: Os Casos Portugueses” in *Media, Direito e Democracia*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 319-360.

DEBBASCH, CHARLES / ISAR, HERVÉ / AGOSTINELLI, XAVIER, *Droit de la communication: Audiovisuel – Presse – Internet*, 1.<sup>a</sup> ed., Dalloz, Paris, 2002.

DERIEUX, EMMANUEL, *Droit de la communication*, 2.<sup>a</sup> ed., LGDJ, Paris, 1994.

DIAS, JORGE DE FIGUEIREDO “Direito de Informação e Tutela da Honra do Direito Penal da Imprensa Português”, in *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, n.ºs 3697, 3698 e 3699, ano 115.º, 1982/1983, pp. 100-106, 133-137 e 170-173.

DREYER, EMMANUEL, *Responsabilités civile et pénale des médias: presse, télévision, internet*, 2.<sup>a</sup> ed., Litec (Litec professionnels. Responsabilités et assurances), Paris, 2008.

FARIA, JORGE RIBEIRO DE, *Direito das Obrigações*, I, Almedina, Coimbra, 1990.

FRADA, MANUEL CARNEIRO DA, *Direito civil – Responsabilidade civil – O método do caso*, Almedina, Coimbra, 2006.

- “Tutela da personalidade e dano existencial: nos 40 anos do Código civil português” in *A evolução do direito no século XXI: estudos em homenagem ao Prof. Arnaldo Wald*, Almedina, Coimbra, 2007, pp. 371-394.

- / VASCONCELOS, MARIA JOÃO PESTANA DE, “Danos económicos puros: ilustração de uma problemática”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Marcello Caetano: no centenário do seu nascimento*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006, pp. 151-176.

GOMES, FÁTIMA, *Manual de Direito Comercial*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2012.

GOMES, JÚLIO VIEIRA, “Uma função punitiva para a responsabilidade civil e uma função reparatória para a responsabilidade penal”, in *Revista de Direito e Economia*, ano XV, 1989, pp 105-144.

JORGE, FERNANDO PESSOA, *Ensaio sobre os pressupostos da responsabilidade civil*, Almedina, Coimbra, 1999 (reimpressão).

LEITÃO, LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES, *Direito das Obrigações*, I, 12.<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2015.

LIMA, PIRES DE / VARELA, JOÃO DE MATOS ANTUNES, *Código Civil Anotado*, I, 1.<sup>a</sup> ed., Coimbra Editora, Coimbra, 1967.

- *Código Civil Anotado*, I, 4.<sup>a</sup> ed., Coimbra Editora, Coimbra, 1997.

MACHADO, JÓNATAS EDUARDO MENDES, *Liberdade de expressão: dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social*, Coimbra Editora, Coimbra, 2002.

MALLEN, IGNACIO BEL / ALFONSO, LORETO CORREDOIRA Y / COUSIDO, PILAR, *Derecho de la Información*, I (Sujetos y medios), Colex, Madrid, 1992.

MARCELINO, AMÉRICO, “Liberdade de expressão e responsabilidade civil”, in *Boletim informação & debate*, VI.<sup>a</sup> série, n.º 2, Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP), Dezembro 2009, pp. 155-171.

MARINO, LAURE, *Responsabilité civile: activité d'information et médias*, Presses Universitaires d'Aix-Marseille, Aix-en-Provence, 1997.

MATOS, FILIPE MIGUEL CRUZ DE ALBUQUERQUE, *Responsabilidade Civil por Ofensa ao Crédito ou ao Bom Nome*, Almedina, Coimbra, 2011.

MENDES, EVARISTO, “Constituição e direito comercial” in *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, Coimbra Editora, Coimbra, 2012, pp. 635-671.

MIRANDA, JORGE, *Manual de Direito Constitucional*, IV, 3.<sup>a</sup> ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2000.

- / MEDEIROS, RUI, *Constituição Portuguesa Anotada*, I, Coimbra Editora, Coimbra, 2005.

MONTEIRO, JORGE SINDE, *Responsabilidade por conselhos, recomendações ou informações*, Almedina, Coimbra, 1989.

MOREIRA, VITAL MARTINS, *O Direito de Resposta na Comunicação Social*, Coimbra Editora, Coimbra, 1994.

OLIVEIRA, NUNO PINTO, “Sobre o conceito de ilicitude do art. 483º do Código Civil”, in *Estudos em Homenagem a Francisco José Veloso*, Braga, 2002, pp 521-544.

PAVICH, GIUSEPPE, *La colpa penale*, Giuffrè Editore, Milano, 2013.

PROENÇA, JOSÉ CARLOS BRANDÃO, *Direito das Obrigações – Relatório sobre o programa, o conteúdo e os métodos de ensino da disciplina*, Publicações Universidade Católica, Porto, 2007.

RIBEIRO, JOAQUIM MANUEL COUTINHO, *Lei de Imprensa (anotada) e Legislação Conexa*,

Quid Juris, Lisboa, 2001.

- *A Nova Lei de Imprensa (anotada) face ao novo Código Penal*, Coimbra Editora, Coimbra, 1995.

ROCHA, JOÃO LUÍS DE MORAES, *Nova Lei de Imprensa*, Livraria Petrony Lda., Lisboa, 1999.

ROSA, VÍCTOR NUNO DE CARVALHO E CASTRO, “Crimes contra a honra no ordenamento jurídico português – alguns aspetos específicos à luz da legislação de imprensa” in *Media, Direito e Democracia*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 389-423.

SEQUEIRA, ELSA VAZ DE, *Dos pressupostos da colisão de direitos no Direito Civil*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2004.

SERRA, ADRIANO VAZ, “Requisitos da responsabilidade civil”, in *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 92, Janeiro de 1960, pp. 37-136.

SILVA, GERMANO MARQUES DA, *Curso de Processo Penal I – Noções gerais, elementos do processo penal*, 6.ª ed., Verbo, Lisboa, 2010.

SOUSA, NUNO E, *A Liberdade de Imprensa*, Almedina, Coimbra, 1984.

SOUSA, RABINDRANATH VALENTINO ALEIXO CAPELO DE, *O direito geral de personalidade*, Coimbra Editora, Coimbra, 1995.

STELLA, GIOVANNI, “Responsabilità civile e risarcimento dei danni per diffamazione a mezzo stampa” in *La nuova giurisprudenza civile commentata*, Parte Seconda, a.13n.1 (Gennaio-Febbraio 1997), Padova, 1997, pp. 98-142.

TELLES, INOCÊNCIO GALVÃO, *Direito das Obrigações*, 7.ª ed. (reimp.), Coimbra Editora, Coimbra, 2010.

- *Manual de Direito das Obrigações*, I, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 1965.

TRIGO, MARIA DA GRAÇA, *Responsabilidade civil delitual por facto de terceiro*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009.

- “Das presunções de culpa no regime da responsabilidade civil por acidentes de viação”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 32, Outubro/Dezembro de 2010, pp. 22-44.

VARELA, JOÃO DE MATOS ANTUNES, *Das Obrigações em Geral*, I, 10.<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2000.

- / LIMA, PIRES DE, *Código Civil Anotado*, I, 1.<sup>a</sup> ed., Coimbra Editora, Coimbra, 1967.

- / LIMA, PIRES DE, *Código Civil Anotado*, I, 4.<sup>a</sup> ed., Coimbra Editora, Coimbra, 1997.

VASCONCELOS, MARIA JOÃO PESTANA DE, “Algumas questões sobre a ressarcibilidade delitual de danos patrimoniais puros no ordenamento jurídico português” in *Novas tendências da responsabilidade civil*, Almedina, Coimbra, 2007, pp. 147-206.

- / FRADA, MANUEL CARNEIRO DA, “Danos económicos puros: ilustração de uma problemática”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Marcello Caetano: no centenário do seu nascimento*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006, pp. 151-176.

WILBURG, WALTER / GUICHARD, RAÚL, “«Desenvolvimento de um sistema móvel no Direito Civil», Apresentação da tradução”, in *Direito e Justiça*, XIV, tomo 3, 2000, pp. 51-75.



## Índice

INTRODUÇÃO .....	1
I – A imprensa no ordenamento jurídico português .....	3
1. A Lei de Imprensa .....	3
2. O conceito de imprensa .....	4
3. A liberdade de imprensa e as suas limitações .....	10
II - O regime da responsabilidade civil na imprensa .....	16
1. O artigo 29.º da Lei de Imprensa .....	16
2. Os principais agentes da imprensa .....	17
2.1. O autor material do conteúdo publicado .....	17
2.2. O director da publicação periódica .....	19
2.3. A empresa jornalística .....	24
3. Pressupostos da responsabilidade civil .....	28
3.1. O facto .....	29
3.2. A ilicitude .....	30
3.3. A culpa .....	38
3.4. O dano .....	42
3.5. O nexo de causalidade entre o facto e o dano .....	46
4. Modalidades de indemnização .....	47
5. Recurso ao instituto da colisão de direitos: direitos de personalidade vs. liberdade de expressão e liberdade de informação .....	49
III - A responsabilidade civil do director da publicação periódica .....	54
1. Enquadramento legal .....	54
2. Delimitação do problema da natureza da responsabilidade civil do director .....	57
3. Análise jurisprudencial .....	59
4. Presunção legal de culpa? .....	62
5. Posição defendida .....	65
6. Articulação com o regime da responsabilidade penal .....	74
IV - A responsabilidade civil da empresa jornalística .....	79
1. Responsabilidade solidária .....	79
2. Relação entre o artigo 29.º, n.º 2, da Lei de Imprensa e o regime da responsabilidade do comitente (artigo 500.º do Código Civil) .....	82
3. Direito de regresso .....	87
4. Responsabilidade objectiva pelo risco da actividade jornalística? .....	89
CONCLUSÕES .....	91
Índice de Abreviaturas .....	93
Índice de Jurisprudência .....	94
Bibliografia .....	97